

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Claudinei de Sousa Fernandes

ANÁLISE ESTRUTURAL DO MUNICÍPIO DE
MINEIROS/GO PARA IMPLANTAÇÃO DA CIDADE
DIGITAL

Taubaté – SP

2016

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Claudinei de Sousa Fernandes

ANÁLISE ESTRUTURAL DO MUNICÍPIO DE
MINEIROS/GO PARA IMPLANTAÇÃO DA CIDADE
DIGITAL

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientadora: Profa. Dra. Monica Franchi Carniello

Taubaté – SP

2016

CLAUDINEI DE SOUSA FERNANDES

**ANÁLISE ESTRUTURAL DO MUNICÍPIO DE MINEIROS/GO PARA
IMPLANTAÇÃO DA CIDADE DIGITAL**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.
Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Franchi Carniello

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Mônica Franchi Carniello

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. Dr. George Rembrandt Gutlich

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. Dr. Elton Domingues Rivas

Anhanguera Educacional

Assinatura: _____

À Vânia minha amiga e esposa, por sua dedicação a nossa família. Sem seu auxílio esta conquista seria impossível.

Aos meus filhos Danilo, Ian Vítor e Elyel por entenderem as minhas ausências para a realização deste trabalho.

Aos meus pais pelo ensinamento sobre atitude ética, pelo incentivo na hora em que fraquejei e pelo voto de confiança.

AGRADECIMENTO

A Deus por me dar as forças necessárias para realizar este trabalho.

À Professora Dr^a. Mônica Franchi Carniello, por sempre estar acessível nas vezes que solicitei, pela grande ajuda, pela humildade e pelo tanto que aprendi com o seu profissionalismo e extrema competência.

Aos gestores entrevistados pela disponibilidade, colaboração e boa receptividade.

Aos meus chefes dos locais onde trabalho, que me apoiaram sem hesitar e me liberaram quando necessitei, tornando menos árdua a realização desta jornada.

RESUMO

Devido a participação cada vez maior das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em diversas áreas do conhecimento, estabelecendo fluxos de comunicação em escala global, percebe-se que sua aplicação pode favorecer a sociedade como um todo, em razão da diversidade e do caráter de utilidade pública das ferramentas que são disponibilizadas na Cidade Digital, projeto regulamentado pelo Ministério das Comunicações com o objetivo de modernizar os municípios com a aplicação das TICs. Esta dissertação busca analisar quais as estruturas existentes e necessárias no âmbito da gestão pública municipal para efetivação da implantação da Cidade Digital em Mineiros no estado de Goiás. Como procedimento metodológico realizou-se uma pesquisa descritiva, qualitativa e documental. Foram entrevistados os gestores responsáveis pela área de TI do município e analisado documentos disponibilizados pela prefeitura, a fim de identificar leis e normas a respeito da implantação. O local da pesquisa foi o município de Mineiros, Estado de Goiás, especificamente na zona urbana, onde há maior abrangência da operação tecnológica que propicia a implantação da Cidade Digital. Este estudo comprova o potencial para a implantação da Cidade Digital e que o município possui instalado diversos dispositivos e recursos tecnológicos que favorecem a efetivação desta implantação. Conforme o relato dos gestores nas entrevistas, verifica-se interesse para a implantação da Cidade Digital, embora que nos documentos pesquisados não foram encontrados leis ou normas sobre o tema.

Palavras-chave: Planejamento. Desenvolvimento local. Cidade digital.

ABSTRACT

STRUCTURAL ANALYSIS OF THE MUNICIPALITY OF MINIEROS/GO TO IMPLEMENTATION OF DIGITAL CITY

Due to increasing participation of Information and Communication Technologies (ICT) in various areas of knowledge, establishing communication flows on a global scale, it is clear that their application may favor the society as a whole, because of the diversity and character utility of the tools that are available in the Digital City project regulated by the Ministry of Communications in order to modernize the municipalities with the application of ICT. This research seeks to analyze which existing structures and necessary in the context of municipal public administration to execute the Digital City Deployment in Mineiros in State of Goiás. As methodological procedure carried out a descriptive, qualitative and desk research. It was conducted interviews with managers responsible for IT area of the municipality and analyzed documents provided by the city in order to identify laws and regulations regarding the deployment. The research site is the municipality of Mineiros, State of Goiás, specifically in urban areas, where there is greater scope of technological operation that provides the implementation of Digital City. This study demonstrates the potential for the deployment of Digital City and the municipality has installed various devices and technological resources that promote the realization of this deployment. As the account managers in interviews, there is interest for the implementation of Digital City, although we researched documents laws have not been found or regulations on the subject.

Keywords: Planning. Local development. Digital City.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Parte Superior do Sítio Eletrônico da Prefeitura de Mineiros/GO.....	37
Figura 2 – Parte Inferior do Sítio Eletrônico da Prefeitura de Mineiros/GO.....	37
Figura 3 – Mapa do Estado de Goiás com o município de Mineiros em destaque.....	47
Figura 4 – Mapa do município de Mineiros.....	53
Figura 5 – Mapa município de Mineiros e suas adjacências.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cidades Digitais por Unidades Federativas.....	26
Quadro 2: Estrutura do roteiro de entrevista	51
Quadro 3: Síntese da Análise Documental.....	57
Quadro 4: Caracterização dos Entrevistados: formação, cargo, tempo no cargo e processo de contratação.....	63
Quadro 5: Conceito de Cidade Digital – Pergunta 5.....	65
Quadro 6: Conceito de Cidade Digital – Pergunta 6.....	66
Quadro 7: Conceito de Cidade Digital – Pergunta 7.....	67
Quadro 8: Estrutura Tecnológica e de Gestão – Pergunta 8.....	68
Quadro 9: Estrutura Tecnológica e de Gestão – Pergunta 9.....	69
Quadro 10: Estrutura Tecnológica e de Gestão – Pergunta 10.....	70
Quadro 11: Estrutura Tecnológica e de Gestão – Pergunta 11.....	70
Quadro 12: Estrutura Tecnológica e de Gestão – Pergunta 12.....	71
Quadro 13: Estrutura Relativa a Instrumentalização da Sociedade – Pergunta 13.....	73
Quadro 14: Estrutura Relativa a Instrumentalização da Sociedade – Pergunta 14.....	73
Quadro 15: Estrutura Relativa a Instrumentalização da Sociedade – Pergunta 15.....	74
Quadro 16: Estrutura Relativa a Instrumentalização da Sociedade – Pergunta 16.....	75
Quadro 17: Estrutura Relativa a Instrumentalização da Sociedade – Pergunta 17.....	75
Quadro 18: Estrutura Relativa a Instrumentalização da Sociedade – Pergunta 18.....	76
Quadro 19: Estrutura Relativa a Instrumentalização da Sociedade – Pergunta 19.....	77
Quadro 20: Predisposição Política – Pergunta 20.....	78
Quadro 21: Predisposição Política – Pergunta 21.....	79
Quadro 22: Predisposição Política – Pergunta 22.....	79
Quadro 23: Processos Implementados – Pergunta 23.....	80
Quadro 24: Processos Implementados – Pergunta 24.....	81
Quadro 25: Barreiras – pergunta 25.....	82
Quadro 26: Barreiras – pergunta 26.....	83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA	16
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	17
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	17
1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	18
2 REVISÃO DA LITERATURA	20
2.1 CONCEITO DE CIDADE DIGITAL	21
2.2 TERMINOLOGIAS DE CIDADE DIGITAL	27
2.3 SERVIÇOS PRESTADOS PELA CIDADE DIGITAL	28
2.3.1 Governo Eletrônico	35
2.3.2 Inclusão Digital	39
2.3.3 Interligação dos Órgãos Públicos	41
2.3.4 Uso das TICs pelos Servidores Administrativos	42
3 MÉTODO	47
3.1 TIPO DE PESQUISA	47
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	47
3.3 INSTRUMENTO	50
3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	51
3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	52
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	53
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	53
4.2 ANÁLISE DOCUMENTAL	56
4.2.1 Aspectos Político-Institucionais	57
4.2.2 Aspectos Estruturais	60
4.2.3 Aspectos Sociais	61
4.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	63
4.3.1 Caracterização dos Entrevistados	63

4.3.2 Conceito de Cidade Digital	64
4.3.3 Estrutura Tecnológica e de Gestão	68
4.3.4 Estrutura Relativa a Instrumentalização da Sociedade.....	72
4.3.5 Predisposição Política.....	78
4.3.6 Processos Implementados.....	80
4.3.7 Barreiras	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	92
APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA EG1.....	94
APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA EG2.....	99
ANEXO A – TERMO LIVRE E ESCLARECIDO INDIVIDUAL.....	109
ANEXO B – TERMO LIVRE E ESCLARECIDO INSTITUCIONAL.....	111
ANEXO C – PARECER COMITÊ DE ÉTICA	1113

1 INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) introduziram significativas mudanças na sociedade de diversos países e regiões. Estas mudanças são perceptíveis na forma como a sociedade tem se organizado nas suas relações interpessoais, no uso destas, como auxiliar e ferramenta de profusão contínua da informação e do conhecimento de forma acelerada, no cenário midiático, nos processos educacionais, bem como nos processos de gestão de organizações públicas e privadas. No âmbito da gestão pública, tal contexto permitiu a formulação do conceito de Cidade Digital, compreendido como um processo de formação de uma sociedade do conhecimento, da informação e tecnologicamente moderna (LEMOS, 2007).

O termo Cidade Digital era usado no início dos anos 90 por municípios de pequeno porte que por meio de recursos próprios disponibilizaram internet de forma gratuita para os usuários. Posteriormente, os governos estaduais e federais foram abordados pelos gestores destas cidades que tinham o interesse de ampliar e melhorar suas estruturas tecnológicas. Com o decorrer do tempo a Cidade Digital estendeu os serviços disponibilizados.

Conforme Lemos (2007) ressalta que a Cidade Digital abarca quatro tipos diferentes de esboços na relação entre as cidades e as TICs. Em primeiro está o fato de que Cidade Digital está baseada em projetos privados, da sociedade civil e governamentais, com o propósito de representar uma cidade na Internet. Sua atuação está em prestar serviços e informar o cidadão, bem como também a representação política, por meio de um portal institucional, de uma área urbana. Em segundo está relacionado ao acesso público a determinados serviços de interfaces entre o físico e o virtual e oferece aos cidadãos Telecentros, Teleportos, acesso à internet sem fio gratuitamente e quiosques multimídia. Em terceiro, com base em sistemas computacionais com visualização 3D da cidade real. Em quarto, são representações virtuais de uma cidade com comunidades também virtuais.

A cidade Mineiros está categorizada como de pequeno porte. Ela possui interligação e infraestrutura de fibra ótica que possibilita transmissão de dados em alta velocidade e suporte para tecnologia sem fio na maior parte da cidade. Está bastante inserida nas questões de Tecnologia de Precisão para o cultivo de soja e cana-de-açúcar. Possui produção de aves em grande escala devido unidade instalada da BRF Brasil uma das maiores empresas mundial do ramo de alimentos, que demanda para ser instalada infraestrutura tecnológica eficiente. Atualmente o agronegócio, importante fator econômico do município, é uma das áreas que há

um envolvimento de grandes avanços tecnológicos para apoio da produtividade, logística e comercialização, conforme destaca Massruhá (2014).

Em decorrência do cenário atual, onde grandes empresas que necessitam de uma aplicação efetiva da infraestrutura tecnológica se instalam no município, proporciona a oportunidade de fazer um levantamento de como são aplicados estes recursos tecnológicos, no processo de gestão de cidades e, conseqüentemente, no desenvolvimento local, pois esses recursos são ferramentas que facilitam e melhoram a vida do cidadão e gestores.

Essa abordagem se justifica pelas mudanças de estruturação da sociedade decorrentes das Tecnologias da Informação e Comunicação. De acordo com Castells (2011), no final do século XX vários fatores históricos mudaram a humanidade, devido a revolução tecnológica das TICs, remodelou a sociedade de maneira acelerada, impulsionada por uma interdependência na economia no aspecto global, acentuada pelo fim da bipolarização no cenário político global, com uma marcante influência numa maior flexibilidade de gerenciamento, descentralizou o poder das organizações em geral e as inseriu em sistema de rede.

É perceptível que as Tecnologias da Informação e Comunicação têm influenciado os cidadãos em ampliar suas redes de comunicação, visto que estas conseguem aproximar-se aos que se encontram distantes geograficamente e, ainda, se atualizar sobre o que tem acontecido pelo mundo de forma rápida e com várias fontes informativas. Também favorece ampliar informações e conhecimento a respeito de diversos assuntos, que evidenciam pontos de vista diferentes relativo a determinados conceitos a respeito da sociedade e política, entre outros. Com relação a isto, a busca de melhorias da aplicação das TICs para as questões públicas, são impelidas para que a mudança aconteça de forma planejada e para que o poder público também esteja inserido neste contexto em proporcionar maior transparência de suas ações, e informa aos cidadãos assuntos que lhes são pertinentes.

De acordo com Cunha, Frey e Duarte (2009) o governo eletrônico é um importante quesito na governança eletrônica e é entendido como aquele que envolve todas as partes interessadas que possam garantir certa estabilidade, bem-estar e desenvolvimento da sociedade. Advindo deste conceito é que surge uma boa governança que se sustenta por meio de acessos a processos de governo com métodos que proporciona a participação de modo efetivo dos cidadãos.

Segundo a argumentação dos autores a aplicação adequada do governo eletrônico permite ao cidadão acesso a transparência nas ações e aplicações dos recursos públicos, ademais, uma maior proximidade por intermédio da viabilidade de acesso entre o cidadão e o

poder público. Promove um significativo elo entre cidadão e gestores e a ocorrência desta proximidade é extremamente importante e relevante no conceito de Cidade Digital, devido ao fato desta ser uma ferramenta que prioriza aprimorar a cidadania e a democracia.

O presente estudo busca analisar se o município de Mineiros está preparado ou se está se preparando para fazer frente a implantação da Cidade Digital. Verifica junto ao poder público as etapas que já foram concluídas para que este processo de implantação ocorra e quais etapas ainda faltam para serem colocadas em prática. Para tanto, será verificado junto ao poder público de Mineiros como estão as estruturas no que se refere a tecnologia e política existentes e necessárias para a implantação da Cidade Digital.

Segundo Lefebvre (2004) a cidade deve ser concebida sobre a ótica de uma nova cidade, uma nova base, outras condições e outra sociedade, portanto, a busca para a construção de uma nova cidade deve estar relacionada ao fato de que não existe mais a possibilidade de voltar ao tradicional, mas de se seguir para o novo. Assim baseado neste conceito a cidade deve revolucionar e incorporar as ferramentas que favorecem a implementação deste paradigma.

A cidade de Mineiros tem tido um crescimento bastante considerável, se comparada com os municípios adjacentes, tanto de aumento populacional como de empresas que se estabelecem no município, mediante o conhecimento que a aplicação das novas tecnologias possui um caráter extremamente importante para o desenvolvimento local. Busca avaliar a possibilidade desta implantação no referido município.

Conforme Mattar (2009) existem linhas de financiamento inicial tanto da Caixa Econômica Federal como do BNDES para os gestores que pretendem implantar a Cidade Digital, e também destaca que há formas de captar recursos financeiros via emendas parlamentares.

O governo federal possui projetos para a implantação de Cidades Digitais no país, conforme Brasil (2011). Estes projetos incluem uma gama de recursos a fim de favorecer para que ocorra a implantação. Proporcionam apoio estrutural, instrucional e financeiro, entre outros, visam a agilidade e a ampliação em todo território nacional para que a implantação aconteça nos municípios brasileiros

Conforme destaca Castells (2011), mesmo sem determinar a tecnologia, a sociedade pode reprimir o seu desenvolvimento com a intervenção do Estado. Ele pondera também que, pela intervenção do mesmo Estado é viável provocar um aceleração do desenvolvimento e da modernização tecnológica que tem a possibilidade de transformar em pouco tempo o destino econômico e o bem-estar da sociedade.

É importante ressaltar que dentre diversos anseios dos indivíduos que vivem em sociedade, portanto neste contexto se destaca o papel dos cidadãos, buscam uma melhor condição de vida na cidade. Que os gestores da cidade tenham eficiência e que sejam comprometidos com as necessidades dos seus habitantes, no qual proporcione um ambiente que propicie a melhoria constante da qualidade de vida. Que haja políticas públicas sustentáveis, transparentes, comunicativa e participativa. Isto pode ser conquistado com uma adequada aplicação dos recursos disponibilizados pelas tecnologias.

As cidades estão se tornando cada vez mais habitadas e a população cresce a um ritmo acelerado. A sua infraestrutura de forma geral não está preparada para o crescimento devido à falta de políticas de planejamento. Normalmente as atitudes dos gestores frente aos problemas que surgem são paliativas e com uma aplicação efetiva da Cidade Digital pode propiciar ações inteligentes e planejadas, para não somente atender uma necessidade pontual, mas sim, ações preventivas com caráter mais definitivo.

Com planejamento adequado no qual o gestor possui informações atualizadas e tem a possibilidade de conhecer as principais necessidades que envolvam as características próprias de sua cidade. Realiza na prática a expansão urbana de modo não apenas quantitativo, mais também qualitativo. Com as informações pode realizar um planejamento urbano onde sejam respeitados os espaços que ocupam o cidadão e o meio ambiente.

Dentre os benefícios de uma Cidade Digital bem estruturada está em proporcionar cidades governadas com um controle rigoroso das suas receitas e despesas as quais facilitam disponibilizar acesso para todos cidadãos das contas públicas de forma transparente. O cidadão, de acordo com Castells (2011), bem informado e envolvido na sociedade pode exercer um papel de influência nas decisões governamentais que lhes sejam de interesse. Pode optar em participar de forma cooperativa e democrática com os seus pares, bem como, junto aos gestores nas ações de governo.

A Cidade Digital disponibiliza sistemas, informações, serviços para os cidadãos e gestores, o que converge com as premissas da Constituição de 1998, conhecida como a constituição da democratização, e que se constitui como a gênese de um modelo de gestão pautado na participação cidadã. Tais processos se formam a partir de uma construção cultural paulatina, e aos poucos, barreiras de modelos de planejamento gestão anteriormente predominantes cedem ou são confrontados por meio de iniciativas e ações, sejam da população ou do Estado. Tal processo demanda cenários caracterizados pelo acesso, disseminação e transparência de informações de interesse público. Dentre os caminhos possíveis para o alcance deste cenário, a cidade digital se apresenta como uma possibilidade concreta e que

combina a potencialidade das tecnologias de informação e comunicação com os interesses públicos.

1.1 PROBLEMA

A evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação tem ocasionado grandes transformações no mundo, envolve diversas áreas da atuação humana. Provocou alterações para os indivíduos que afeta de modo significativo sua vida: na forma que trabalha, no lazer, como interage e como se comunica com outros, na maneira que adquire informação, entre outras situações.

A tecnologia também tem contribuído com o novo formato de gestão pública, possibilita maior interação e participação dos cidadãos. O acesso às tecnologias proporciona fluidez da comunicação e da informação, em tempo real e sem fronteiras e pode propagar rapidamente ideias, culturas e conceitos a respeito de novas perspectivas de ver o mundo e sobre liberdade (SEN, 2000).

Mineiros tem apresentado um crescimento bastante considerável, tanto em relação do aumento populacional, como de empresas que se estabeleceram no município e iniciou a partir de 1990 um processo acelerado de agro industrialização. Este aspecto trouxe consequentemente transformações no estilo de convivência dos cidadãos e adversidades em relação ao uso dos serviços públicos devido a sua limitação em atender as crescentes necessidades e demandas da população.

Diante do exposto sobre evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação e o crescimento de Mineiros, a Cidade Digital, devido a suas aplicações surge como alternativa que gera benefícios em diversos sentidos para os cidadãos e o governo. Para tanto, busca responder a seguinte questão: Quais as estruturas existentes e necessárias no âmbito da gestão pública municipal para efetivação da implantação da Cidade Digital em Mineiros?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Realizar uma análise junto ao poder público de Mineiros sobre as estruturas tecnológicas e políticas existentes e necessárias para a implantação da Cidade Digital.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar a estrutura de gestão para implantação da Cidade Digital.
- Verificar as barreiras e potencialidades para implantação da Cidade Digital sob a ótica dos gestores públicos municipais.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo busca destacar os processos implantados no município que caracterizam os procedimentos para efetivação da Cidade Digital. O foco é a análise dos seguintes pontos: interligação dos órgãos públicos municipais por meio de fibra ótica, programas de inclusão digital, acessibilidade dos cidadãos aos serviços e informações disponibilizadas por meio eletrônico fornecidas pelo governo municipal, sistema computacional de gestão.

Busca abordar o fato que tal implantação de Cidade Digital proporciona para o município importantes avanços para ampliar a comunicação entre os cidadãos e os gestores, e aprimora o atendimento as necessidades da população, bem como promove uma melhoria regional com a aplicação das TICs.

É importante destacar que não se pretende avaliar o empenho e a capacidade do governo municipal referente ao tema. Ainda vale salientar que não se propõe estudar como a implantação da Cidade Digital ocorre em outra cidade do entorno do município em questão.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Com o crescimento desordenado do município a população fica prejudicada no atendimento dos serviços públicos, a implantação da Cidade Digital favorece o desenvolvimento de diversos setores do município, dentre os quais a melhora da comunicação entre os órgãos públicos e com isto o cidadão pode ter melhor acessibilidade aos serviços públicos.

Outros aspectos que com a implantação da Cidade Digital pode beneficiar ao cidadão são: a centralização das informações importantes e relevantes para o cidadão, a

disponibilização dos recursos como acesso à internet para a população e ainda ações de inclusão digital, entre outras questões que favorecem os usuários.

De acordo com Lordêlo (2009), um aspecto muito positivo é que existe um marcado interesse federal e uma indução positiva de relevantes órgãos de representatividade mundial para que ocorra a implantação das Cidades Digitais, visto que com isto apoia o estabelecimento e o fortalecimento dos ideais democráticos, pois se intensificam com a transparência e com a ampliação dos canais de interação entre governo e governado.

Com a análise dos documentos e as entrevistas o presente estudo aporta informações relevantes para que haja interesse do governo, bem como da sociedade organizada, em apoiar a execução de um projeto de implantação de Cidade Digital neste município ou em outros municípios de pequeno ou médio porte. Conforme IBGE (2010) existem 1.262 municípios brasileiros que estão entre 20 mil e 100 mil habitantes num total de 22,69% dos municípios, ou seja, pouco menos de um quarto da população brasileira vivem nessas localidades e o município de Mineiros se enquadra entre eles.

Com exposto anteriormente, é possível entender a importância de realizar um estudo para conhecer a estrutura atual do município para a implantação da Cidade Digital e quais as etapas posteriores para a conclusão desta implantação. Mineiros tem um papel de centralidade na região em que está situado, convergindo com os estudos de desenvolvimento local e regional.

1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Este texto apresenta a estrutura dos conteúdos relativos à pesquisa e segue uma sequência de seções conforme está descrita a continuação.

A primeira seção apresenta a introdução com argumentos a respeito da implantação da Cidade Digital no município de Mineiros. Destaca-se o problema a seguir: quais as estruturas existentes e necessárias no âmbito da gestão pública municipal para efetivação da implantação da Cidade Digital em Mineiros. Os objetivos, tanto geral como os específicos, a delimitação do estudo que evidencia a área onde será realizada a pesquisa bem como a relevância e importância da realização deste trabalho. São partes desta seção.

Na segunda seção expõe a revisão de literatura subdividida em quatro subseções: conceito de Cidade Digital, terminologias de Cidades Digitais, serviços prestados pela Cidade Digital que se subdivide em cinco subitens que são: governo eletrônico, inclusão digital,

interligação dos órgãos públicos, uso das TICs pelos servidores públicos e relação das TICs no desenvolvimento regional com aplicação da Cidade Digital, por último a quarta parte que descreve um caso de sucesso de Cidade Digital.

A terceira seção apresenta a metodologia da pesquisa subdividida nas seguintes subseções: tipo de pesquisa, população e amostra, instrumento de coleta, procedimentos coletas e análise de dados.

Na quarta seção é apresentado os resultados e discussão, que está subdividida em quatro subseções que são: a caracterização da área de estudo, análise documental subdividida em: aspecto político-institucional, aspectos estruturais e aspectos sociais. A subseção análise das entrevistas está subdividida em sete subitens: caracterização dos entrevistados, conceito de cidade digital, estrutura tecnológica e de gestão, estrutura relativa a instrumentação da sociedade, predisposição política, processos implementados e barreiras. E por último a subseção que trata da discussão.

Na quinta seção consta as considerações finais e por último, estão as referências, o apêndice A contém o roteiro da entrevista, o anexo A com o termo livre e esclarecido individual e o anexo B com o termo de consentimento livre e esclarecido institucional e finaliza esta seção e o trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Com a aplicação das Novas Tecnologias, no que se verifica mediante a bibliografia, foi analisado os conceitos relacionados à democracia e ao desenvolvimento regional e como estes pontos podem ser aprimorados com o intuito de que a sociedade avance no sentido de um maior envolvimento com as questões políticas, sociais e econômicas. Segundo Maia, Gomes e Marques (2011) salientam que com a aplicação destas tecnologias a sociedade pode ter maior e melhor acesso à informação, aos serviços públicos, uma maior acessibilidade e interação com os governantes e ainda a possibilidade de uma comunicação entre seus pares de maior e melhor qualidade. Os mesmos autores ainda destacam que:

Os efeitos da participação política, em geral, e da participação via internet, em particular, precisam ser compreendidas em sua especificidade em relação aos vários desígnios da democracia – sejam eles relativos ao desenvolvimento de habilidades políticas, virtudes cívicas ou capacidades críticas dos indivíduos, [...] (MAIA; GOMES; MARQUES, 2011, p.78).

A Cidade Digital é um tema discutido por vários autores, principalmente no âmbito internacional e está relacionado com o desenvolvimento regional e o envolvimento da sociedade nas decisões políticas e públicas. Nesta revisão de literatura são apresentados autores que discutem a aplicação de recursos tecnológicos para uma maior abrangência da democracia nas sociedades atuais, e visam fundamentar suas opiniões em acontecimentos históricos e, ainda, em pesquisas dentro do contexto atual para melhor dar a perceber o quanto este tema é importante para um aceleração da sociedade vir a ser mais coletiva, participativa e direcionada rumo a uma democracia plena.

Segundo Bourdin (2001) considera que o modelo de sociedade coletiva local necessita ter como imprescindível a unidade entre os residentes desta localidade com o objetivo de buscar a construção de uma sociedade que seja organizada e regulamentada, atendida por serviços públicos específicos para as necessidades deste grupo. Por este motivo o autor destaca que:

A solidariedade e a sociabilidade podem se desenvolver dentro de redes muito dispersas, mas muitas vezes mais fáceis de criar quando se apoiam na vizinhança. Enfim, o quadro local pode servir para se organizarem grupos muito unidos, ou coalizões para ação. Tudo isso, porém, nada tem de obrigatório e automático (BOURDIN, 2001, p.13).

A respeito de Cidades Digitais, segundo Lemos (2007), dentre as diversas redes internas de uma cidade convencional, a Cidade Digital ou cibercidade figura pela disponibilidade de suas ferramentas, como uma rede que atualmente completa as infraestruturas dessas diversas redes com as tecnologias digitais, realiza transformações nas vias de circulação das informações, dos dados, dos veículos, das pessoas, pois a informação é um recurso indispensável para que as relações sociais, inseridas nos espaços urbanos, funcionem de maneira adequada.

2.1 CONCEITO DE CIDADE DIGITAL

Conceituar Cidade Digital é um desafio devido à complexidade do tema, porém, conforme Ishida e Isbister (2000), pode ser definida como o processo de transformação das cidades e das zonas urbanas por intermédio da utilização de tecnologias modernas. Estas técnicas proporcionam serviços interativos para os cidadãos e governo, e ainda, fornecem informações e transações para os governos, cidadãos e empresas.

Komninos (2008) define Cidade Digital como um espaço comunitário digital, que aumenta e facilita as atividades e funções que acontecem no espaço físico da cidade, e promove agilidade no atendimento das solicitações advindas dos cidadãos por parte do poder público.

Alguns exemplos de iniciativas de Cidades Digitais que Ishida e Isbister (2000) destacam são:

Seattle, do condado de King no estado norte-americano de Washington, devido a implantação de Cidade Digital evoluiu na maturidade em relação à sustentabilidade e competitividade. Com tal inserção fomentou o crescimento de negócios conhecidos como mercados verticais, que são aqueles que são definidos pelos tipos de clientes, que também é uma prática em outros projetos com conceitos de Cidade Digital norte-americana.

Kyoto, cidade do Japão que pertence a província homônima, lançou no seu projeto a criação de infraestrutura social de informação para utilizar a integração de um sistema de informação em tempo real. Incluindo compras, negócios, transporte, educação, bem-estar e assim por diante, no ambiente virtual.

Em Helsinque capital da Finlândia, a rede metropolitana da próxima geração está planejada em formato 3D, o projeto é muito virtualizado e realiza transferências em vídeo ao vivo entre grupos de interesse do cidadão.

Amsterdan, capital do Reino dos Países Baixos, onde o termo Cidade Digital foi usado pela primeira vez em 1994, teve no objetivo inicial criar espaço público de comunicação e reunião dos cidadãos que residiam ou não, na cidade física.

No Brasil segundo estimativas do IBGE (2015) município de até 100 mil habitantes são em torno de 94,5% os de mais de 100 mil até 500 mil são ao redor de 4,7%. Simão (2010) salienta que os municípios com mais de 500 mil habitantes independentemente da eficiência possuem presença na internet. Esta situação se apresenta desconfortável ao observar as cidades pequenas devido sua representatividade com quase 95% do total das cidades brasileiras não contém uma adequada infraestrutura tecnológica. O autor destaca que muito das infraestruturas nos pequenos municípios estão voltadas a visão empresarial e normalmente desconsidera a necessidade de informação da população. O autor ainda ressalta que esta situação explica o motivo da grande parte dos serviços disponibilizados pelo e-governo dos municípios brasileiros são relativos a arrecadação de impostos. Os projetos de Cidade Digital devem contemplar interatividade entre cidadãos bem como a questão da via de mão dupla, que proporciona maior acessibilidade do cidadão ao governo da cidade.

De acordo com Ishida e Isbister (2000) cada Cidade Digital tem seu próprio objetivo e que dependem da forma de organização que cada uma toma em seu projeto, com o propósito de atender as necessidades próprias de cada comunidade.

As Cidades Digitais surgem por toda parte no mundo. Apesar da terminologia comum existem diferenças que dependem de seu contexto social, conforme argumenta Besselaar e Beckers (1998). Um dos conceitos relacionados a Cidade Digital está voltado para as questões de infraestrutura que são disponibilizadas por meio das TICs e desempenha um papel importante na solução de problemas referentes ao tráfego urbano, mobilidade dos cidadãos. Outros conceitos que estão relacionados a questão de infraestrutura referente a segurança, na qual sensores e atuadores estariam ativos proporcionariam a diminuição de acidentes de trânsito e também em crimes e outros voltados a serviços urbanos como limpeza, iluminação, manutenção da malha viária.

Um aspecto relevante em termos da aplicação das TICs em contextos sociais, segundo Trachana (2014), está na interação entre os cidadãos no que se refere ao fator lúdico. As cidades normalmente podem ser tidas como um ambiente focado no habitar e trabalhar, no entanto a autora ressalta a importância da cidade como espaço para a diversão, criatividade,

fantasia. Ainda destaca o aspecto da sociedade participativa que deseja realizar atividades coletivas conectadas em Rede por meio do uso das ferramentas tecnológicas. A autora também salienta que as TICs proporcionam o empoderamento do coletivo e favorece a participação ativa cidadã conectadas na apropriação, autogestão e transformação dos espaços de uso coletivo. A Cidade Digital propicia a aplicação deste conceito.

Na forma em que os dispositivos informáticos se evoluíram, se espera que as cidades também evoluam, mesmo com as peculiaridades que são existentes, devido à complexidade para aplicação da mesma. Pois é perceptiva a existência de convergência em diversas áreas do analógico para o digital. Áreas que quando são ferramentas para o fluxo da informação e da comunicação, possuem aspectos próprios que são distintos de uma cidade, que por ser um meio físico precisa se adequar para receber esta convergência dentro de suas particularidades. Conforme Jenkins (2009) esclarece que convergência são múltiplos sistemas de mídia que convivem de modo simultâneo e passa por eles conteúdos de forma fluida. São séries contínuas ou processos contínuos nos quais há uma junção entre diferentes sistemas de mídia. Os habitantes, que são os potenciais usuários destas ferramentas, precisam estar preparados para se beneficiarem desta convergência.

Segundo salienta Canclini (2015), na América Latina há uma coexistência de culturas diversas, diferentes entre si, no entanto, mescladas. Este espaço proporciona uma estrutura híbrida nas cidades latino-americanas, que se tornam ambientes complexos. Lemos (2008) destaca a emergência na transformação de suas estruturas urbanas clássicas por meio da aplicação das tecnologias digitais de comunicação e informação, que podem realizar uma interação entre as diferenças culturais existentes nas cidades.

Com a implantação de Cidade Digital, proporciona oportunidades de desenvolvimento de aplicações computacionais para facilitar ações da sociedade. As quais podem ampliar o acesso de informações dos projetos de governo, pode dar voz ao cidadão e proporcionar meio de comunicação no qual este possa expressar suas necessidades, opiniões, ou mesmo onde existem falhas nos serviços prestados pelos órgãos públicos. Lemos (2007) argumenta que as mediações por instrumentos computacionais, entre cidadão e governo, devem ser usadas como mecanismos que aumentam as cargas tanto da informação como das ações sobre o mundo, em uma sinergia dos processos de comunicação comuns e as atuais tecnologias.

A Cidade Digital também pode ser vista como um modelo avançado de comunidade na qual são realizadas novas formas desta sociedade se comunicar, além de possibilitar o estreitamento das relações entre os agentes sociais, com aplicação das TICs. Segundo destaca Tancman (2004) que as cidades são produtoras e geradoras de riquezas no modelo de

economia atual, de modo que relaciona o termo de inteligência com o conceito onde as relações sociais desenvolvidas na cidade, estejam voltadas para o âmbito funcional e vinculado ao aspecto de digital e o de ciberespaço.

Conforme relata Casas Pérez (2014), para os governos locais as TICs propiciam a facilidade do acesso ao cidadão facultando a interação entre ambos, pois pode abrir canais de comunicação, não é apenas aquele que informa, mas também o que se é informado. Por intermédio destes canais o governo proporciona informações para o cidadão que, por sua vez, pode informar ao governo dentro de contextos que sejam pertinentes a ambos. Por tanto, altera a maneira que os atores, que estão envolvidos neste processo de desenvolvimento da cidade, interagem entre si e seus pares, impulsionado a remodelagem e as inovações dentro da sociedade. Devido a todos os fatores envolvidos, existe uma certa urgência nas ações, principalmente governamental, para dar continuidade na transformação da cidade como está constituída na atualidade, para uma cidade modernizada, e uma sociedade informada.

A autora ainda destaca que a compreensão da relação entre a cidade tradicional e uma Cidade Digital, na questão de aplicação dos recursos computacionais devem superar a visão típica de impactos tecnológicos na cultura e na sociedade, para uma visão mais funcional que analise quais benefícios, transformações e adaptações trazem melhorias para a sociedade. Mesmo no entendimento que impactos obviamente ocorrem na maior parte dos desenvolvimentos sociais. É fundamental destacar o que tange ao desenvolvimento da cidade que aplique as Tecnologias da Informação e Comunicação como forma de aparelhar governo e sociedade.

No Brasil, o projeto para a implantação das Cidades Digitais foi instituído mediante a Portaria Nº 376, de 19 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União no dia 22 de agosto de 2011. O documento definiu que as Cidades Digitais são redes digitais locais de comunicação voltadas para o intuito de fornecer a inclusão digital para os cidadãos. Um aspecto que está correlacionado com os seus objetivos estão “a melhoria da qualidade e transparência na gestão pública; A democratização do acesso; o fomento à economia criativa e sustentável; A criação e desenvolvimento de conteúdos; a construção de ambientes de colaboração em redes abertas ” (BRASIL, 2011).

Faz parte do escopo do Ministério das Comunicações aventar um projeto de Cidades Digitais e o estabelecimento de uma política contínua e efetiva que ao longo do tempo realiza a integração de outras ações de inclusão digital e que possua caráter sustentável. Com base neste conceito, o projeto é apresentado como estruturante, com o objetivo de estabelecer e também contribuir para que a sociedade brasileira se inclua na cultura digital, com iniciativas

que favoreçam a inclusão social, a redução das brechas digitais, conforme Lemos (2007) argumenta:

Não parece ser errado assumir a hipótese de que a ausência de formas de inclusão digital poderá aumentar ainda mais a exclusão social, devido as reconfigurações da sociedade informacional pelas quais passam o país e o mundo. Como consequência, a inclusão digital deve ser pensada como uma estratégia para a inclusão social das camadas mais desfavorecidas da população, transcendendo os modismos que se agregaram ao conceito. (LEMOS, 2007, p.39).

Uma cidade estar incluída em um programa de implantação de Cidade Digital ou por intervenção do Ministério das Comunicações ou pelo planejamento do próprio poder público municipal caracteriza que está inserida num processo de evolução rumo ao desenvolvimento. A aproximação da população às novas tecnologias implica no fato de que a ocorrência de desenvolvimento, por parte de diversos aspectos para aquela sociedade, nas questões não apenas de infraestruturas físicas, mas principalmente, nas questões relacionadas a informação e comunicação proporciona ao cidadão o acesso à internet, projetos de inclusão digital, transparência de informação do governo à população, serviços ao cidadão, entre outros aspectos importantes para o desenvolvimento democrático.

É necessário atentar para o que está apresentado no Plano Diretor da cidade no texto do artigo 182 “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. (BRASIL, 1988: título VII, capítulo III, art. 182). Como evidencia a coerência da proposta para a implantação de cidade Digital de acordo com a propositura do Ministério das Comunicações, pois tal implantação, auxilia o desenvolvimento da democracia na sociedade, que é uma característica que favorece o desenvolvimento das funções sociais.

O quadro 1 a seguir mostra a quantidade de municípios por Unidades Federativas que estão em processo de criação de programas de Cidades Digitais ou que já são de fato Cidade Digital. O total de Cidades Digitais no Brasil chega até a data informada a 1.156 municípios. Conforme o portal Rede Cidade Digital (2014) os critérios para os municípios serem indicados para o Mapa Cidades Digitais, devem apresentar as seguintes características mínimas: fornecimento de internet sem fio de modo gratuito para a população, o uso de ferramentas computacionais de gestão e infraestrutura de e-governo e interligação dos órgãos públicos por cabo ótico.

Quadro 1- Cidades Digitais por Unidades Federativas

	UNIDADES FEDERATIVAS	CIDADES DIGITAIS
1	Acre (AC)	22
2	Alagoas (AL)	16
3	Amapá (AP)	3
4	Amazonas (AM)	18
5	Bahia (BA)	46
6	Ceará (CE)	75
7	Distrito Federal (DF)	1
8	Espírito Santo (ES)	15
9	Goiás (GO)	44
10	Maranhão (MA)	21
11	Mato Grosso (MT)	23
12	Mato Grosso do Sul (MS)	10
13	Minas Gerais (MG)	79
14	Pará (PA)	74
15	Paraíba (PB)	28
16	Paraná (PR)	115
17	Pernambuco (PE)	28
18	Piauí (PI)	10
19	Rio de Janeiro (RJ)	33
20	Rio Grande do Norte (RN)	14
21	Rio Grande do Sul (RS)	89
22	Rondônia (RO)	6
23	Roraima (RR)	4
24	Santa Catarina (SC)	201
25	São Paulo (SP)	173
26	Sergipe (SE)	2
27	Tocantins (TO)	6
	Total Brasil	1.156

Fonte: adaptado de Rede Cidade Digital.

O Brasil possui 5.570 municípios e destes apenas 1.156, pouco mais de 20% do total dos municípios, estão com projetos de implantação de Cidades Digitais efetivos ou em processo de efetivação. Segundo o Rede Cidade Digital (2014) a primeira Cidade Digital brasileira foi São Miguel das Missões no Rio Grande do Sul, ela foi contemplada no programa do Ministério da Comunicação em 29 abril de 2014.

O estado de Goiás tem, de acordo com Rede Cidade Digital (2014), 44 Cidades Digitais que disponibiliza sinal de internet sem fio gratuito aos cidadãos em alguma parte da cidades, ferramentas e infraestrutura de governo eletrônico, serviços de atendimento ao cidadão via internet, interligação dos órgãos públicos via cabo ótico.

As cidades com as características anteriores são: Abadiânia, Alexânia, Alto Horizonte, Americano do Brasil, Anápolis, Anicuns, Araguapaz, Caldas Novas, Campo Limpo de Goiás, Castelândia, Cavalcante, Chapadão do Céu, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Crixás, Divinópolis de Goiás, Goianápolis, Goiânia, Heitoraí, Inaciolândia, Ipameri, Ipiranga de Goiás, Itaguaru, Itarumã, Itumbiara, Jandaia, Jussara, Morro Agudo de Goiás, Nerópolis, Nova Roma, Ouro Verde de Goiás, Palestina de Goiás, Palmeiras de Goiás, Paranaiguara, Perolândia, Pirenópolis, Portelândia, Rio Quente, Santa Rita do Araguaia, São Simão, Terezópolis de Goiás, Trombas, Urutaí, Vicentinópolis.

Mineiros possui as características dos critérios de infraestrutura mínimos exigidos, porém, não está catalogada e cadastrada entre as Cidades Digitais do estado de Goiás. Este fato provavelmente ocorre pois requer que os gestores públicos realizem o cadastro do município e aporte as informações solicitadas para o credenciamento no portal Rede Cidade Digital. Tal ação não foi constatada por meio das entrevistas com os gestores municipais e dos documentos municipais.

2.2 TERMINOLOGIAS DE CIDADE DIGITAL

Os termos relacionados a Cidade Digital são diversos, os mais comuns são: Cidade Inteligente cujo destaque é o envolvimento e o desenvolvimento dos cidadãos para obter uma melhor utilização das TICs; Cidade Virtual que é um simulacro da cidade física em um ambiente computacional; Cidade do Conhecimento altamente relacionada com a sociedade da informação; Cibercidade cujo contexto se aplica ao conceito de cidade pós-industrial. Para o presente trabalho o termo Cidade Digital é usado devido o aspecto inicial de propagação do

termo estar relacionado com pequenos municípios, que contextualiza com a cidade de Mineiros.

Os autores Besselaar e Beckers (1998) indicam que as Cidades Digitais irão se desenvolver em um ritmo idêntico ao dos computadores e tecnologias de rede. Ainda ressaltam que no futuro para uma boa prestação de serviços para os cidadãos, os gestores devem ter em conta que as cidades crescerão na ocupação de áreas e com maior número de habitantes. E com isso haverá uma forte dependência de infraestrutura das tecnologias digitais. Que por sua vez, conforme os autores argumentam, são capazes de proporcionar as redes de telecomunicações que utilizarão um enorme volume de máquinas, que realizarão um grande número de transmissão de dados que utilizam dispositivos e componentes essenciais nas Cidades Digitais do futuro.

De acordo com Asociación Hispanoamericana de Centros de Investigación y Empresas de Telecomunicación - AHCIET, se entende por Cidade Digital como o entorno do ambiente local no qual já existe uma considerável implantação da sociedade da informação, tanto no conjunto de cidadãos envolvendo o contexto habitacional, trabalho, utilização dos serviços públicos, bem como também as empresas e instituições públicas e privadas, (AHCIET, 2004) considera que o uso das TICs prestam serviços que proporcionam melhorias das atividades de cidadania.

2.3 SERVIÇOS PRESTADOS PELA CIDADE DIGITAL

Conforme Komninos (2008) enfatiza que a principal preocupação da Cidade Digital é com a prestação de diversos aplicativos online ligados ao governo local. Alguns exemplos destacados pelo autor são representações de cidade virtual e serviços de governo eletrônico que suportam vários objetivos das políticas públicas, tais como informações sobre o tráfego, estacionamento, inclusão social ou a consciência ambiental. Segundo destacam Ishida e Isbister (2000) a respeito deste contexto, a importância de identificar necessidades e desenvolver novas aplicações de internet para apoiar os governos locais e avaliar a sua eficácia na resposta aos objetivos de política determinadas.

Os serviços da Cidade Digital envolvem, de acordo (AHCIET, 2004), os seguimento: governo eletrônico, comércio eletrônico, gestão de serviços públicos destinados aos cidadãos disponibilizados em rede, aplicações para pessoas com necessidade especiais, aplicações no turismo, na cultura e no lazer, aplicações de tipo residencial e móvel, produção de conteúdo

para os usuários cidadãos, trabalho realizado a distância, medicina integrada em rede onde os profissionais da área de saúde debatem questões relativo a saúde pública, educação com aplicação dos recursos tecnológicos, inclusão digital, entre outros.

As cidades virtuais evidenciam interações que sejam complementos entre a cidade eletrônica e física. Logicamente esta não desaparece, mas ocorre um forte relacionamento entre os espaços físicos e eletrônicos. Este aspecto pode ser observado muito próximo, pelos cidadãos atuais, onde os espaços físicos foram alterados e estão cada vez mais dependentes dos meios eletrônicos, fato observado nos aspectos que envolvem a economia, o trabalho, a política, a cultura, o lazer, esta transformação da cidade física corresponde ao processo de virtualização, propicia práticas sociais alheia ao meio territorial, cabe salientar o que Castells (2011) denomina de espaços de fluxos e que de acordo com Levy (1996) são uma nova estrutura organizada e bem definida conhecida por ciberespaço.

Embora existam evidências do impacto das TICs sobre o ambiente urbano, Graham e Marvin (2001) expõem o fato de que há uma crença, por parte de alguns seguimentos da sociedade, na qual a tecnologia da informação por conta própria torna uma cidade inteligente. No entanto a tecnologia é um facilitador e não é necessariamente o fator mais crítico em Cidades Digitais. Pois o que representa uma complexidade enorme é a parceria e o comprometimento de todos os envolvidos num projeto de futuro e de melhor qualidade de vida na cidade. Estes são fatores dependem do desejo e da vontade destes em atingir o objetivo de uma cidade inteligente.

Com relação as capitais físicas, no futuro, a prestação de serviços em todas as cidades bem-sucedidas, que estão aumentando rapidamente, tanto em tamanho e população, vai depender de infraestrutura física que novas tecnologias digitais são capazes de interligar e operar, conforme analisam os autores Gann, Dodgson e Bhardwaj (2011).

As redes de telecomunicação utilizarão um grande volume de máquina para máquina de transmissão de dados, os sensores e atuadores serão componentes essenciais nas Cidades Digitais do futuro. Os autores ressaltam que para melhorar os serviços existentes e a criação de outros novos é necessário integrar os diversos sistemas de componentes dentro de uma cidade. Assim, a integração física digital de infraestrutura será de extrema importância para o sucesso e sobrevivência da próxima geração de cidades. A incorporação de nova infraestrutura tecnológica nas cidades faz funcionar os serviços a favor dos seus habitantes e, também, requer a tomada de uma séria consideração não só sobre o capital físico, mas também, sobre os capitais humano e social.

Os diversos programas existentes para que haja maior desenvolvimento de Cidades Digitais nos municípios são impulsionados tanto por organizações civis, governos, instituições privadas, entre outras, os quais tem diante de si um grande obstáculo, que é o de superar as limitações de infraestrutura para a aplicação das TICs nos serviços disponibilizados pelos municípios.

Existem linhas de financiamento para serem empregados especificamente para a implantação da Cidade Digital. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, possui a linha de financiamento Projeto de Modernização da Administração Tributária (PMAT) que financiam sistemas e tecnologias da informação, programa informatizado de gestão pública.

O Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), apoiado pela Caixa Econômica Federal, pertence ao plano estratégico do Governo Federal a fim de consolidar e aperfeiçoar o pacto federativo constitucional. O objetivo de fortalecer as instituições municipais e os órgãos responsáveis pela gestão administrativa e fiscal. De acordo com o que destacam Nam e Pardo (2011) a superação deste obstáculo proporcionarão várias melhorias para os usuários destes serviços, que esperam um retorno eficiente que atendam às suas necessidades.

Esta inovação se torna visível em diversos níveis da vida, seja ela social como também privada, já que é na cidade onde evidenciam as redes de informação e comunicação entre os vários atores sociais, que são partes fundamentais no desenvolvimento da Sociedade da Informação conforme Castells (2011). As Cidades Digitais oferecem uma diversidade de serviços, que impulsionam a melhoria para o desenvolvimento social, cultural, econômico, e outros mais.

O Governo Eletrônico propicia a participação cidadã por meio do uso das TICs, o cidadão pode acessar informações que lhes sejam úteis, pode interagir com o governo, pode ser mais participativo nos interesses do município, pode conferir as ações governamentais, acessar serviços a distância que evite o deslocamento e isto favorece a questão da mobilidade tanto urbana como facilita os trâmites e a logística do indivíduo.

Diversos serviços podem facilitar o acesso por parte do cidadão a questão cultural, devido a disponibilidade de cursos a distância, onde o cidadão pode optar por preencher lacunas de aprendizado ou aprimorar no conhecimento da sua própria área de atuação ou inclusive em até outras áreas de interesse, podendo favorecer a alfabetização digital, a criação de conteúdos de caráter cultural, representação de manifestações culturais da região, entre

uma diversidade de situações que envolve o tema da cultura e da formação do indivíduo, conforme ressalta Komninos (2006).

O Governo procura fomentar os municípios brasileiros a se tornarem Cidades Digitais, por meio de disponibilizar verbas para investimento em infraestrutura, pois estas ações melhoram internacionalmente as qualificações do país. Pois uma das grandes brechas encontradas no Brasil é a exclusão digital na qual a população de baixa renda é a mais prejudicada, mas com o funcionamento de Cidade Digital prioriza de forma relevante a inclusão digital. Lemos (2007) considera que:

O governo brasileiro pretende, entre outras coisas, diminuir a exclusão digital existente no país. A grande questão reside em como lidar com a exclusão digital em um país, como o Brasil, que conta com altos índices de pobreza e analfabetismo. É certo que a pobreza e o analfabetismo se constituem como problemas que precisam ser sanados com urgência. Mesmo assim, não há como pensar a exclusão digital em segundo plano, visto que o desenvolvimento das tecnologias se dá cada vez mais rapidamente e o abismo existente entre incluídos e excluídos tende a aumentar. (LEMOS, 2007, p.17).

O autor ainda ressalta que a Cidade Digital não possui apenas o papel de provedora de acesso para população às novas tecnologias, em realidade envolve a modernização da gestão para o setor público, oferece serviços, facilidades e acessibilidade para o cidadão, e principalmente propicia a estes, ter uma nova perspectiva a respeito da cidadania. As áreas beneficiadas são diversas: saúde, educação, administração pública, segurança, a economia do município, que é um aspecto que está interligado principalmente na questão do trabalho.

O mercado de trabalho está em processo de encolhimento, por vários motivos e conforme analisam Ruben, Wainer e Dwyer (2003) que devido a avanços na saúde e na qualidade de vida, a população aumenta gradativamente e também a expectativa de vida. E conseqüentemente, amplia o tempo que o trabalhador estará no mercado de trabalho, este posterga a data da aposentadoria efetiva. Vale ressaltar que vários jovens incorporam no meio laboral, decorrente disto avulta uma grande disponibilidade de pessoas de diversas faixas etárias no mercado de trabalho, por esta razão, as ofertas de emprego tendem a ter um processo de seleção muito mais rigoroso na hora da contratação.

Os autores destacam ainda que a constante inovação técnica no desenvolvimento econômico altera radicalmente o processo produtivo e a sociedade. Com estas mudanças a antiga sociedade industrial, que possuía outra maneira de trabalho e de concepção do desenvolvimento, se molda para a sociedade da informação na qual o processo de inclusão da

mão de obra na produção e manutenção de bens sofreram diversas alterações no decorrer do tempo.

Cabe destacar o que assevera Harvey (2006) ao questionar o que acontece quando há o desaparecimento de fábricas e de grande parte da força de trabalho em se tornar eventual ou temporária. O autor salienta que a solução para o questionamento é que em tais condições a organização do trabalho em sua forma tradicional, perde sua base geográfica e como consequência ocorre uma diminuição radical em sua força. Surge, portanto, a imposição da construção de modelos que sejam alternativos, para suprir as necessidades e restabelecer o equilíbrio entre as partes no tocante a reajustes da organização dos trabalhadores.

Entre as consequências, segundo o mesmo autor, devido as transformações que ocorrem, está a redução de oferta de postos de trabalho, que ampliam as exigências a respeito das competências e habilidades dos trabalhadores, estes precisam se preparar regularmente, tanto para que possam manter o posto de trabalho como para subir na cadeia hierárquica.

O autor ainda destaca que os trabalhadores que não estão inseridos no mercado de trabalho, sejam por falta de experiência, por demissão, desemprego ou que esperam ingressar, estão em uma fase de extrema fragilidade, dentre muita incerteza e instabilidade, e para tanto necessita estar se atualizar e se preparar para ampliar suas possibilidades de acessar uma vaga de emprego.

Em relação a permanência dos trabalhadores ativos no mercado de trabalho, devido aos constantes rumores de demissão, estão, caso não estejam preparados para a atual dinâmica do mercado de trabalho em situação passível de exclusão sob o contexto de sociedade da informação. Queiroz (2007) analisa o fato de que é bastante importante que as ações de inclusão digital alcancem a todos. Pois no caso do trabalhador que está fora do mercado, fora da sociedade da informação, se torna suscetível a ser excluído das esferas sociais de um modo geral, com a possibilidade de causar um prejuízo social com consequências imprevisíveis.

De acordo com Faria (2011) além de outros fatores, a inovação tecnológica tem buscado adequar a realidade das empresas brasileiras. A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) impulsiona para que elas apliquem as novas tecnologias para favorecer seu desempenho e fazer frente a grande competitividade empresarial num contexto globalizado. Para tanto, necessita ampliar as suas qualificações, mudar de forma positiva os seus padrões de trabalho e realizar ações que visem diminuir os custos de produção.

Diante de um cenário que se apresenta tão complexo, o trabalhador está em uma situação vulnerável, quanto ao que reflete o futuro do trabalho, e ainda para agravar mais, à

situação do trabalhador, é que as novas tecnologias modificam a forma da execução da atividade a realizar, bem como também, o próprio mercado de trabalho está sofrendo profundas modificações. Todas estas circunstâncias são causadoras de uma profunda indefinição no que tange a estabilidade do trabalhador. É mister, como ressalta Santos (1994) no que diz respeito ao planejamento urbano, principalmente nos países de Terceiro Mundo, não percam de vista a flexibilidade e que em momentos atuais se tornou mais eficaz e viável planejar a cidade do que o campo, onde a sociedade com maiores recursos de informação, se concentra quantitativamente.

Cabe ao poder público, enquanto responsável pelos desígnios dos trabalhadores e do mercado de trabalho, de acordo com Queiroz (2007), estar atento a todas estas variáveis e aplicar ações que sejam eficazes e possam efetivamente contornar e amenizar as dificuldades encontradas pelo trabalhador como falta de emprego ou de capacitação.

A implantação de Cidade Digital em um município, pode ajudar de modo considerável para o mercado de trabalho, pois conforme o mesmo autor salienta, a aplicação das TICs proporciona que haja uma conjuntura muito diversificada relativo a capacitação do trabalhador e que promova melhoria de diversos aspectos para a sua vida profissional. Pode ressaltar como por exemplo a busca de emprego, o treinamento, a qualificação, a capacitação, venda e marketing eletrônico, negócios eletrônicos e tantas outras áreas que graças a estas tecnologias foram modificadas. O autor ainda ressalta que estas mudanças são constantes e que afetam em sua abordagem o trabalhador e o empregador.

O trabalho, igual que em todas as áreas, demanda da informação para operar de forma eficiente e eficaz. Para tanto, a aplicação das TICs facilitadas pela Cidade Digital, possibilitam uma maior quantidade de informação com um custo relativamente baixo e com extrema rapidez, ainda, favorecem a igualdade de oportunidade para se ter o acesso à informação, a disponibilidade de acesso grátis à internet seja ela pelo uso de um Telecentro ou rede pública sem fio gratuita, pode atingir uma considerável parte da população.

A disponibilidade de oportunidades de emprego encontrada na internet, apresentam algumas características peculiares na maneira de buscar emprego, o trabalhador que busca um posto de trabalho, e que possui habilidade e conhecimento de como usar estes recursos, pode tirar bastante proveito desta busca. Este trabalhador, se encontra em posição mais avançado de outro que, por melhor habilidade que possua no desempenho de sua atividade profissional, porém não sabe como usar os recursos e explorar estes dispositivos computacionais, pois não aparece para o mercado de trabalho, ou seja, não possui visibilidade para o mercado laboral, existente na internet.

Para Castells (2011), a evolução histórica do emprego no meio estrutural da sociedade, se ocupou do domínio tendencioso respectivo ao aumento produtivo humano, e com as inovações tecnológicas que oportunizaram este aumento de modo quantitativo e qualitativo, provocam profunda transformação na produção direta para indireta e realizam uma ampliação na diversidade do meio laboral.

Decorrente disto, o trabalhador que faz a busca de emprego da maneira convencional, ou seja, vai nos locais ou pontos onde possa apresentar oportunidades ou mesmo por agências de emprego, fica subserviente ao mercado laboral. Mesmo com a realização de uma busca bastante intensificada por emprego, este trabalhador se encontra sujeito a ser um mero receptor da informação, no entanto, aquele que está capacitado a usar os meios computacionais está em uma posição mais ativa, pois não é apenas um receptor, mas sim, um gerador de informação.

De acordo com o CGI (2013) os Telecentros existentes nas Cidades Digitais, fornecem via internet e sistemas computacionais, disponibilizados por sítios particularmente especializados em vagas de emprego, os quais fazem as buscas de perfis profissionais, analisa e filtra as informações de currículos de trabalhadores disponíveis. Estas ferramentas são usadas, por parte dos que oferecem postos de trabalho, de maneira mais aprimorada em países desenvolvidos e menos em países em desenvolvimento. No Brasil, o avanço deste sistema de busca, mesmo que de modo tênue, é mais utilizado para os cargos que apresentam a exigência de uma qualificação mais alta, ou ainda, alguma atuação profissional que tenha determinado grau de especificidade, mas alguns já se estendem a ramos de emprego mais triviais.

Segundo salienta Queiroz (2007), o caráter positivo do impacto social, que é proporcionado pela Cidade Digital, dentro do mercado de trabalho, podem evidenciar que o Estado tem a necessidade de se estabelecer como principal impulsionador da implantação e empregabilidade das ferramentas disponibilizadas pela Cidade Digital.

Cabe ressaltar que a inclusão digital, para o trabalhador, permite a ter acesso a várias ferramentas de apoio, tanto para que o trabalhador venha a ter uma maior qualificação profissional, que amplie as habilidades e as capacidades na sua ocupação laboral, como também para o governo. O qual é quem gerencia as instâncias pública e as circunstâncias sociais e para a sociedade que é a grande beneficiada por esta implantação, pois a tecnologia é um importante veículo para que isto venha a ocorrer. A Cidade Digital pode ser um instrumento para a ampliação do diálogo entre a sociedade e o poder público, pode desenvolver a cultura cívica, além de prestar serviços para o cidadão e otimizar a gestão pública.

Por tanto, os desafios são diversos, que começa pelo verdadeiro exercício de liderança e aposta econômica destas iniciativas públicas, passa pela infraestrutura tecnológica necessária por intermédio da qual canaliza os serviços digitais, e por fim chega na sensibilização da sociedade civil que auxilie a evitar a exclusão digital que é o grande transtorno da atualidade e a mais nova forma de exclusão do mundo moderno.

Os subitens subsequentes tratam de pontos relevantes e critérios a se considerar em uma aplicação básica de Cidade Digital.

2.3.1 Governo Eletrônico

Devido as TICs avançarem de forma expressiva com transformações na política, na sociedade e na economia, o governo eletrônico é uma alternativa inovadora para os atuais modelos de gestão pública, pois apresentam novos mecanismos, processos e procedimentos que favorecem diversos aspectos. Entre estes, a interação entre a sociedade e os governantes, a governança eletrônica, atende a demanda do cidadão por serviços públicos de maior qualidade e mais eficientes, menos morosos.

De acordo com Castells (2003) se espera que a internet seja usada como instrumento promotor da democracia, devido a capacidade desta em facilitar ao acesso das informações que permitem aos cidadãos se apropriarem das informações, quase no mesmo nível dos seus governantes, e que estes proporcionem um amplo espectro informativo, que obviamente não sejam de caráter sigiloso, na grande rede.

Conforme a concepção de Ruediger (2002) que ressalta que o papel da internet no que concerne a democracia, favorece e promove uma maior possibilidade de participação dos cidadãos no governo de um modo mais amplo. Possui tarefas que sejam de perspectivas gerenciais para conduzir a participação e a interação entre a sociedade e o governo. No aspecto tecnológico, o governo eletrônico visa o cidadão como objetivo a ser conectado, assegura o acesso participativo tanto individual como coletivo inserido nas redes governamentais.

No que concerne o enfoque da democracia e a informação que tem por procedência o governo em todas as esferas, Carniello e Santos (2011) argumentam que há uma correlação entre os preceitos democráticos e as características da estrutura na forma de organizar a comunicação na atualidade. O modelo de comunicação em massa que tinha em sua estrutura unilateral, modelo utilizado antes da digitalização das mídias, concentrava o poder informativo e o poder administrativo de maneira semelhante, com baixa interferência da

população nas decisões políticas. Mas com a atual cultura digital, cuja acessibilidade por usuários comuns que também produzem e distribuem os conteúdos, e não mais unicamente por empresas de mídia, como no modelo anterior. Portanto pode ser benéfico de forma a proporcionar visibilidade para as cidades, e se firmarem como instrumento de democracia a qual dê voz ao cidadão que antes ficava eclipsado pelo modelo unilateral.

Jenkins (2009) destaca que o cidadão não é apenas consumidor de informação, atualmente devido a acessibilidade proporcionada pelas TICs, este produz conteúdo, gera informação, interage com seus pares e com o governo. AHCINET (2004) ressalta que o acesso à informação deve ser visto pelos governantes, como promotor do desenvolvimento econômico e social, neste ponto de vista, o governo deve promover políticas de inclusão digital que reduza as lacunas existentes na sociedade e insira os cidadãos na Sociedade da Informação. Estes esforços têm sido realizados por diversos governos nacionais em Ibero América, necessitam permear as estratégias dos governos municipais, em consonância as ações das esferas federal e estadual.

O governo é o eixo administrativo em torno do qual a sociedade se desenvolve, para a AHCINET (2004), este tem o dever de fomentar políticas geradoras de benefícios para a comunidade que administra. Os governos sejam nacionais, estaduais e municipais, precisam assumir o papel de líder comunitário, ou seja, não visar apenas o papel da governança de modo distante da sociedade, mas sim, com proximidade a esta. O governo eletrônico, é uma ferramenta onde tal particularidade torna um ambiente propício para se desenvolver. O governo e repartições públicas que não desenvolvem estratégias neste sentido, caem em dois grandes erros ressaltados pela AHCINET (2004), o primeiro é a falta de sincronia com o tempo e o mundo atual, e o segundo é o desperdício da oportunidade de desenvolver o bem-estar e o desenvolvimento em conectar a comunidade com o mundo.

Para Sen (2000), a disponibilidade de informações é crucial e fundamental para que uma nação desenvolva. O desenvolvimento deve ser analisado não apenas na perspectiva de crescimento da renda, ou do PIB, mas sim na forma de proporcionar garantias a individualidade e liberdade de escolha, com entendimento a partir das suas origens. Portanto, o acesso à informação constitui um importante elemento para o desenvolvimento da nação. O Brasil neste contexto, após a Constituição de 1988, foi impulsionado para o processo de redemocratização, com estímulo a sociedade e pressão no setor público administrativo, para proporcionarem transparência em suas informações.

Para atender as disposições legais relativo a Lei de Acesso à Informação, por via a comunicação digital, o sítio eletrônico da prefeitura de Mineiros apresenta informações e

disponibiliza serviços ao cidadão. O acesso via internet proporciona uma redução nos custos operacionais, pois o cidadão pode realizar solicitações, pagamentos de impostos, acessar documentos, enviar mensagem para o poder público, ser informado de ações que são realizadas por parte do poder público.

A seguir ilustrações do sítio eletrônico da prefeitura de Mineiros/GO com o endereço <http://mineiros.go.gov.br/>, a figura 1 é a parte superior do sítio e figura 2 é a inferior:

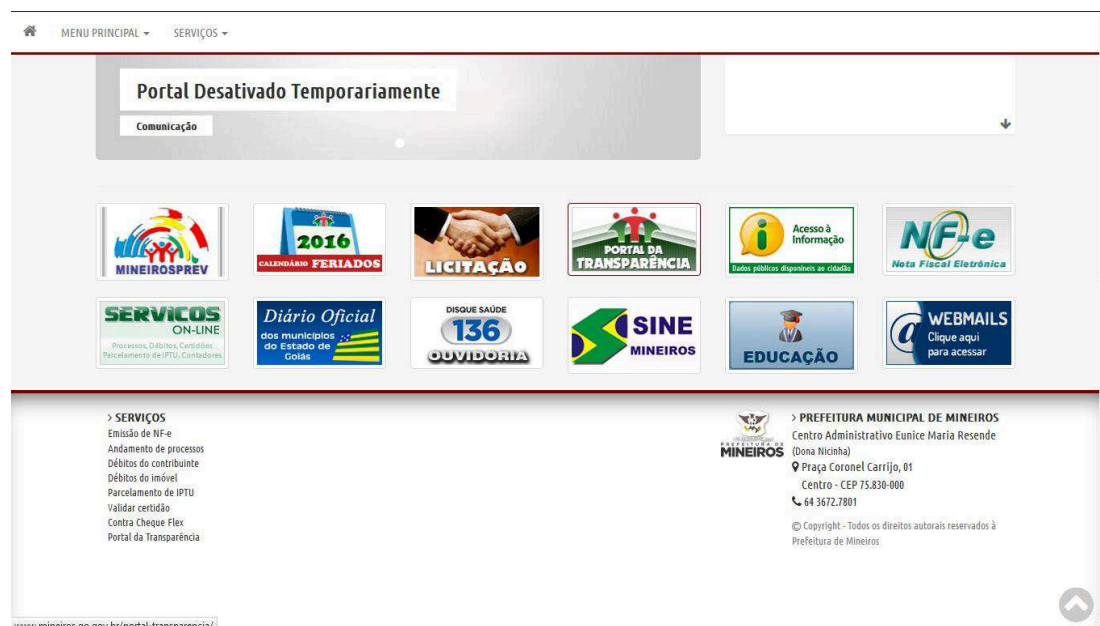
Figura 1 – Parte Superior do Sítio Eletrônico da Prefeitura de Mineiros/GO



Fonte: <http://www.mineiros.go.gov.br>, 2016.

A seguir a parte inferior do sítio eletrônico institucional da prefeitura de Mineiros/GO destacando o menu de enlaces mais comuns de forma acessível:

Figura 2 – Parte Inferior do Sítio Eletrônico da Prefeitura de Mineiros/GO



Fonte: <http://www.mineiros.go.gov.br>, 2016.

Possibilita ao cidadão ser atendido nos trâmites aos quais necessita e que são disponibilizados pela página, favorece o fato de não ter que se dirigir pessoalmente nos departamentos da prefeitura, com isto, diminui o fluxo de pessoas nestes departamentos e por conseguinte o servidor que presta ao atendimento pode ser liberado para outras atividades.

Pode ser constatado que não há espaço para uma discussão relativo a questões de opinião do cidadão, não existe um local para sugestões que sejam abertas para a comunidade, pode apenas enviar uma mensagem. Não há um ambiente virtual onde permite colóquio entre os cidadãos para discutirem temas que são relevantes aos desígnios do poder público e também do cidadão, no que concerne as ações para o desenvolvimento regional, melhorias, investimentos e avanços democráticos.

A comunicação via mão dupla entre governo e governados, conforme destaca Casas Pérez (2014), se apresenta como bastante pertinente para o desenvolvimento democrático. Favorece o desenvolvimento da sociedade da informação, cabe então por parte do poder público, utilizar dos recursos tecnológicos já disponíveis para aprimorar estas ferramentas propiciam maior interação entre as partes.

Para o cidadão poder utilizar os recursos disponibilizados via internet no sítio eletrônico da prefeitura tem necessidade de saber fazer uso destes, então um fator importante é a inclusão digital tema que será tratado no item seguinte.

2.3.2 Inclusão Digital

A discussão no meio político e nas organizações internacionais que tratam sobre o tema, a respeito da existência de lacunas na sociedade que de um lado se apresenta os incluídos na nova era digital e que são usuários beneficiários das gamas de possibilidades que são disponibilizadas e são disfrutadas por que tem habilidade em usar as TICs, e por outro lado estão os excluídos digitais.

A preocupação por esta lacuna se faz coincidente com a grande expansão do mercado das novas Tecnologias da Informação e Comunicação, principalmente no que se refere ao Brasil, onde a demanda por tal tecnologia está muito evidente, principalmente por motivo da melhoria da renda do brasileiro, mas por outro lado é perceptível que em determinados pontos a ausência de acesso à internet, provoca a existência desta lacuna.

Conforme o CGI (2014) mesmo com o cenário de grandes mudanças nos últimos anos, possibilitada pela rápida expansão da internet mediante o uso em celulares e por outros dispositivos móveis, a conectividade de diversos equipamentos, a presença mais constante da rede sem fio, que atende a um ou mais domicílios, as desigualdades socioeconômicas e regionais, no que se refere a acesso nos lares à internet e a computadores permanecem insatisfatório.

Mesmo com o crescimento no número de usuários, ainda a internet não faz parte frequente em grande parte da população, principalmente quando se trata de grupos menos favorecidos e de regiões menos desenvolvidas economicamente ou de áreas rurais. O CGI (2014) ressalta que tais desigualdades são mantidas mesmo com o acesso domiciliar à internet em crescimento, fortalecido principalmente pelo telefone celular.

Conforme foi constatado pelo estudo TIC Domicílios do CGI (2014), é que o telefone celular é o principal dispositivo de acesso à internet no Brasil. E em tal contexto, a respeito de inclusão digital, é questionável quanto as oportunidades que são oferecidas por meio da internet. Se estas são possíveis de serem apropriadas por parte dos usuários, dependem das condições de uso, pois partem da suposição que a internet traz diversos benefícios entre os quais se destacam os sociais, econômicos, acesso à cultura, educação e a participação na política, as oportunidades desiguais podem ocasionar em uma maior desigualdade sociais.

Dentro do contexto de inclusão digital os Telecentros são, conforme Lemos (2007), entre outras denominações, centros comunitários de tecnologia que disponibilizam internet ao público com o objetivo fundamental de acesso destes as novas Tecnologias da Informação e Comunicação. Não simplesmente para fazerem uso de forma aleatória e descomprometida,

mas para que possam desenvolver seu conhecimento, por isto oferecem cursos, formação em geral, treinamentos e prática a respeito destas tecnologias.

Lemos (2007) ressalta que a sua localização deve ser de fácil acesso, que busque atender as comunidades necessitadas, que ofereça serviços de informática e de comunicação de forma gratuita, pois sua concepção está baseada em que o cidadão, por meio do conhecimento e prática de tais habilidades, pode se desenvolver no âmbito educacional, pessoal, social e economicamente. Todas estas áreas atendidas para o cidadão, o torna mais preparado para atuar em sua cidadania, portanto tais ações favorecem o desenvolvimento regional, pois uma população com maior conhecimento do mundo que o cercam e de seus direitos, propicia a indução na busca de melhoria contínua no que tange o atendimento de suas necessidades por parte dos gestores públicos.

De acordo com CGI (2014) as transformações tecnológicas rápidas e contínuas tem como seu mais expoente propulsor a internet, devido sua ubíqua presença na vida social contemporânea, que é conhecida como a sociedade informacional, produz significativos impactos na sociedade, influencia a cultura, o comportamento, a política e a economia. Este cenário fortalece o argumento a respeito da importância em garantir a inclusão digital da população em geral, que é um enorme desafio para o desenvolvimento da humanidade e da sociedade.

Este desafio é evidenciado por estudos elaborados pela União Internacional de Telecomunicações (2013) onde pode constatar que 36% da população do mundo usa a internet, possibilita verificar que quase dois terços da população mundial não têm facilidade no acesso à internet. Que revela por um lado, uma forte presença da internet em parte da população e outra parte com uma fraca penetração da mesma na população, tal aspecto possibilita a existência de brecha digital ou de excluídos digitais.

Neste contexto as estratégias para a inclusão digital no que se refere ações na conjuntura brasileira, os Telecentros, de acordo com CGI (2013), surgem como alternativas de suma importância para promover a inclusão digital de cidadãos que estão em situação vulnerável econômica e socialmente. Pois estes espaços proporcionam de forma gratuita o acesso as Tecnologias da Informação e Comunicação, promovem o desenvolvimento econômico e social, implica na redução da exclusão social e proporciona diversas oportunidades que pela tecnologia facilita o acesso destes cidadãos.

Estudos do Comitê Gestor da Internet no Brasil (2014) realizada com foco nos domicílios brasileiros, constatou que o acesso à internet é de 50%, ou seja, metade dos domicílios brasileiros, destes 67% é via banda larga fixa, e os outros restantes por rede sem

fibro. As classes sociais que mais dificuldade de acesso são a classe D e a classe E, e grupos com renda domiciliar inferior a dois salários mínimos. O estudo também constatou que existem 94,2 milhões de usuários de internet, equivalendo a 55% da população acima dos 10 anos, fato que coloca o Brasil numa posição intermediária em comparação com outros países da América Latina. Esta situação coloca o Brasil abaixo da média de países como o Chile, Argentina e Uruguai, está em um nível equiparado ao da Venezuela e da Colômbia.

Nos documentos disponibilizados por parte do poder público, pôde ser constatado a ausência de normas e regulamentos em temas que tratam a respeito de inclusão digital, capacitação dos servidores, interligação dos órgãos públicos com fibra ótica, investimento específico na capacitação de servidores público no uso das TICs.

O item seguinte trata a respeito do uso das linhas de transmissão via fibra ótica ou por rede sem fio utilizados para interligar os órgãos públicos, esta infraestrutura pode ser utilizada para um Telecentro, mas no município isto não ocorre.

2.3.3 Interligação dos Órgãos Públicos

A comunicação entre as secretárias, departamentos e os demais órgãos públicos municipais, precisa ser rápida, segura, confiável, estável, eficiente, disponível, entre outros predicados mais e que haja redução de custos nos gastos públicos. Tudo isto devido ao fluxo e importância das informações que são transmitidas, de acordo com todos estes atributos relatados, a transmissão de dados, voz e vídeo encontram no cabeamento via fibra ótica um excelente condutor.

De acordo com Tanenbaum (2003) a fibra ótica pode ser usada tanto em transmissão de curta distância como de longo alcance e se ajusta a diversas topologias de rede. Como vantagem vale destacar que a transmissão do sinal é livre de interferências causadas por outros aparelhos, o que ocorre com outros tipos de transmissão. As redes de fibra ótica possuem várias vantagens entre elas cabe destacar: possibilidade de navegação por internet com a velocidade de 2 milhões de bits por segundo (bps), acesso ilimitado e contínuo durante 24 horas por dia sem congestionamento da rede, vídeo e som em tempo real, facilidade de instalação. Devido suas características físicas é imune a interferências externas, não perdem a transmissão, apresenta dimensões e peso reduzidos quando comparados com os meios de transmissão metálicos, abundante matéria prima, compatibilidade com sistemas digitais.

Ainda como destaca Tanenbaum (2003) dentre algumas desvantagens da fibra ótica, encontra o fato de que devido a infraestrutura da mesma, precisa estar instalada para poder ser

acessada por usuários pois tem dependência de conexão física. O Brasil tem projeto de disponibilizar e interligar todos os municípios em conexão via fibra ótica, mas ainda não é uma realidade para muitos municípios. Outra desvantagem que o autor destaca é o fator custo, por basicamente dois motivos: primeiro as operadoras cobram o serviço por quantidade de informação transferida medida em megabyte e não por tempo e segundo possui alto custo de instalação, as fibras são frágeis, apresentam dificuldades de reparação quando em zonas mais afastadas.

2.3.4 Uso das TICs pelos Servidores Administrativos

Com a disponibilidade de recursos fornecido pelas TICs, que envolvem uma combinação efetiva de redes de telecomunicação digital, a inteligência integrada de forma ubíqua, os sensores e indicadores, os programas e aplicativos informáticos, e, por conseguinte, tudo isto intermediado pelo ser humano. Formam uma grande rede de conexão direta a sistemas elétricos e mecânicos, cabe mencionar tantas áreas que o poder público tem que estar atento para administrar, que podem ser beneficiados com a correta aplicação dos recursos computacionais. Pois estes possibilitam uma ação mais rápida e em muitos casos uma intervenção em tempo real e a distância, para monitorar pontos cruciais para a vida urbana, como o tráfego, a mobilidade, sistemas de segurança, sistemas de distribuição de água potável e sistema de gestão.

Conforme a tantas aplicações na gestão pública de sistemas relacionados a TICs, os servidores precisam ser capacitados para que a eficiência dos recursos tecnológicos possam ser uma realidade prática administrativa, tanto das repartições e órgãos públicos, como para os serviços que afetam a população.

Na busca da eficácia do setor público fica evidente que não basta aparelhar com equipamentos modernos e programas atualizados a máquina pública, isto é importante, mas consoante a isto, preparar aos servidores para atuarem equitativamente a qualidade dos recursos disponibilizados, é de extrema importância.

A forma da reestruturação das economias mundiais impulsionou o Estado a aperfeiçoar sua prestação de serviço e conseqüentemente a capacitação e qualificação dos servidores, para estes efetuarem aquisição de habilidades e competências destinadas a realização de suas funções com mais qualidade, o cidadão, usuário dos serviços públicos, estão se tornando mais exigentes e conhecedores de seus direitos. Boa parte dos usuários dos

serviços públicos conhecem seus direitos e sabem que o servidor público desempenha suas atividades devido a recursos advindos de impostos pagos pelos cidadãos.

Atualmente o cidadão, que necessita de atendimento por parte do servidor público, não mais concebe um atendimento precário, moroso e sem qualidade, este deseja ser atendido com prontidão e de forma ágil e correta. O cidadão é consumidor de serviço público e entende que o pagamento de impostos o torna beneficiário no atendimento com qualidade por parte dos servidores dentro de suas necessidades em face ao serviço disponibilizado pelo setor público (SILVA; DA SILVA; CHAVEIRO, 2010).

A exigência em se adequar os métodos gerenciais do Poder Público teve grande destaque por intermédio da Emenda Constitucional 19/98, que incluiu a eficiência, entre os cinco princípios básicos que devem ser adotados pela Administração Pública, que consta no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Gabardo (2002) ressalta sobre a questão da eficiência aplicada ao setor público, pois esta apresenta em seu caráter o fator de difícil de ser controlada, no entanto, esta dificuldade não deve ser ausente de juridicidade que a identifique, destaca ainda que não se trata de um conselho ao administrador público, e sim, é uma questão que possui implicações legais.

2.3.5 Relação das TICs no Desenvolvimento Regional com aplicação da Cidade Digital

Com a Cidade Digital em pleno funcionamento disponibiliza por meio das TICs ferramentas e recursos que favorecem acessibilidade por parte dos cidadãos a diversos temas de interesse. A seguir argumentos que abordam a questão de que a Cidade Digital pode ser empregada como fator de desenvolvimento local e regional.

Dentre eles o Governo Eletrônico é um fator de desenvolvimento regional e democrático, segundo Ruediger (2002) argumenta que um envolvimento maior da população nas decisões governamentais, surgem quando os cidadãos possuem um conhecimento de como estão empregados os recursos financeiros do município e para haver desenvolvimento local é importante que as partes envolvidas tenham um diálogo aberto. Os gestores podem argumentar sobre os projetos de investimento e a população pode expor suas necessidades e seus desejos em termos de atendimento de suas necessidades.

Quando ocorre ações efetivas para a inclusão digital dos cidadãos diminuindo as brechas, segundo salienta Lemos (2007) promove a inserção de pessoas que estavam excluídas das informações e fomenta a sociedade do conhecimento. Devido ao acercamento das pessoas aos recursos computacionais que, conforme frisa o autor, são veículos que podem

transportar para uma dimensão do conhecimento que antes da inclusão era obscuro ou invisível para esta parcela da sociedade. Promove o desenvolvimento na qualidade de vida das pessoas e a expansão inclusão digital tem por finalidade atingir o maior número de cidadãos que pode provocar o desenvolvimento local.

O uso da infraestrutura via fibra ótica para interligar os departamentos e órgãos públicos é investimento em aumento de segurança e qualidade da rede, como analisa Tanenbaum (2003). Com este investimento proporciona que redes sem fio de sinal de internet sejam disponibilizados gratuitamente para a população. Também proporciona para as prefeituras redução de custos com telecomunicação. Esta infraestrutura possibilita gerenciamento e monitoramento de dispositivos de segurança como semáforos inteligentes, câmaras de vigilância, entre outras muitas possibilidades de recursos. A aplicação desta infraestrutura é um avanço tecnológico que permite acelerar o desenvolvimento por melhorar a comunicação e o tráfego da informação.

Os servidores públicos quando habilitados para operar nos sistemas de gestão computadorizados e fazer uso proveitoso no emprego das TICs, realizam trabalho com maior qualidade e efetividade o que acarreta na diminuição do retrabalho. Segundo destacam Silva, Da Silva e Chaveiro (2010) esta situação propicia que os servidores trabalhem com mais satisfação devido à redução de problemas de ordem das relações entre servidores e os usuários dos serviços por estes prestados.

Uma sociedade inserida no processo de modernização, conforme Scharamm (1970, p. 129) salienta que, “ um dos primeiros sinais de desenvolvimento é a dilatação dos canais de comunicação” e a Cidade Digital pode proporcionar avanço a respeito de tal situação, pois inclusão digital e acessibilidade a informação são características desta dilatação da comunicação realizada via mão dupla, governo e cidadão, mas também entre o cidadão e seus pares. O autor ainda expressa sobre a promoção do desenvolvimento econômico vinculado ao fator da transformação social. De acordo com Sen (2000) para uma sociedade democrática a disponibilidade de informação é extremamente necessária e fundamental para o seu desenvolvimento. E também ainda identifica o acesso à informação e a transparência como fator de desenvolvimento. Posturas como as expostas proporcionam aporte para determinar que a implantação de Cidade Digital impulsiona o desenvolvimento regional.

Cabe ressaltar que a comunicação, interpessoal e social, é uma necessidade de todas as sociedades. É fundamental garantir um sistema comunicativo e participativo aberto a comunidade e a coletividade, pois este princípio fortalece a capacidade de refletir a respeito da situação e da necessidade vivenciada por cada sociedade. Panos London (2007) intensifica

tal argumento ao salientar que é mister dar vozes aos que tradicionalmente estão silenciados e que este é um passo primordial o qual faz as pessoas protagonistas e líderes das transformações que servirão para a melhoria de seu bem-estar.

2.4 CASOS DE SUCESSO DE CIDADE DIGITAL

Dentro dos casos de sucesso de aplicação de Cidade Digital, de acordo com Sadao (2004) Piraí pequeno município do estado do Rio de Janeiro, distante 80 quilômetros da capital, com mais de 26 mil habitantes. E destaca pelo fato de ter sido o pioneiro no estado na instalação de infraestrutura de fibra ótica realizada com recursos próprios. Devido esta aplicação o município antecipou sete anos o programa da Agência Nacional de Telecomunicação pode, portanto, transmitir dados em alta velocidade e proporcionar suporte para redes sem fio em todo município.

Segundo o autor, o programa aplicado ao município tinha por objetivo a democratização por meio da acessibilidade por recursos informatizados para gerar desenvolvimento econômico e social. A ênfase estava na visão estratégica de fomentar e implementar a sociedade de informação no município pois assim o cidadão passa a ser o ator principal para usufruir os benefícios das TICs.

O município em 1996 segundo salienta o autor, tinha infraestrutura de telecomunicação muito precária, mesmo para a época, então os gestores perceberam esta fragilidade e começaram a planejar e agir de forma a mudar a conjuntura. Houve busca de recursos em todas as esferas governamentais. E intensificaram os investimentos no setor de telecomunicação e houve participação no projeto da Universidade de Brasília de elaboração de Plano Diretor de Informática. Piraí em novembro de 2001 recebeu o Prêmio Gestão Pública e Cidadania devido a aplicação do seu programa de desenvolvimento local.

Posteriormente a este impulsionar inicial o envolvimento e o interesse em concretizar o projeto de inclusão digital dos cidadãos do município se intensificou por parte da equipe. Mesmo com poucos recursos financeiro houve estímulo colocou a criatividade a serviço da solução das dificuldades apresentadas. Sadao (2004) enfatiza que a proposta do município possui três principais pilares são eles: a arquitetura de rede, desenho do controle social e de gestão.

A partir dos esforços realizados o município tem alcançado resultados bastante expressivos quanto a modernização geral em diversas áreas. As melhorias foram sentidas na

educação, inclusão digital e social, qualificação dos trabalhadores, cultura, além de contemplar positivamente com os benefícios envolvem diferentes faixas etárias, classes sociais, e outras mais.

3 MÉTODO

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo é uma pesquisa descritiva, documental de abordagem qualitativa tem como objetivo analisar junto ao poder público de Mineiros sobre as estruturas tecnológicas e políticas existentes e necessárias para a implantação da Cidade Digital.

Realiza consultas em documentos como pesquisas realizadas pelo Comitê Gestor de Internet (CGI), no IBGE Cidades, verifica nas documentações disponibilizadas pela prefeitura as normas e leis municipais que possibilitam a implantação de Cidade Digital e se o Plano Diretor menciona projetos relacionado ao tema, baseado na infraestrutura apresentada dentro do município em relação a implantação da Cidade Digital. No tocante a coleta de dados, também foi realizado entrevista semiestruturada com os atores sociais, com os gestores públicos relacionados diretamente com as decisões para a implantação de Cidade Digital.

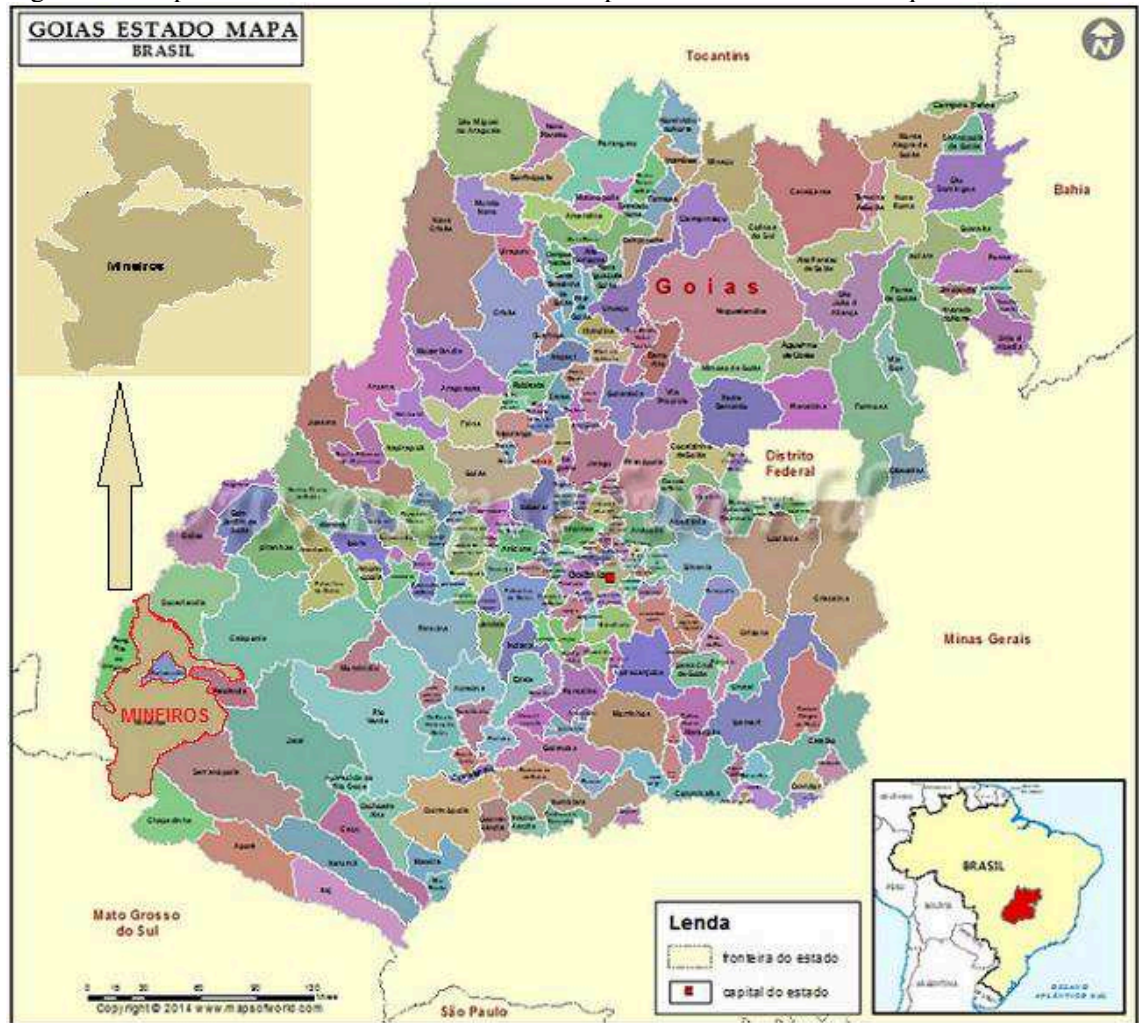
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

O locus de estudo é a cidade de Mineiros-GO, situada no sudoeste de Goiás na chamada zona do Alto Araguaia, constituindo com municípios de Aragarças, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Piranha, Portelândia e Santa Rita do Araguaia. A Região XII do Estado de Goiás, que corresponde a Microrregião 356 do Brasil e na midi-região do sudoeste goiano.

A sede do município está situada a 420 km a sudoeste da capital do estado e se encontra as margens da BR-364, o município se está em uma posição altamente estratégica, pois as distâncias das capitais dos estados são similares, Goiânia em torno de 420 km, Cuiabá 508 km e Campo Grande 498 km. Tem segundo dados do IBGE (2010) 52.935 habitantes uma área de 9.060,091 Km² e uma densidade de 6,5 habitantes por km² (MINEIROS, 2013). Conforme o aspecto da mesma ser focada nas questões de infraestrutura e de participação da sociedade, apenas o entorno urbano do município será analisado.

Abaixo a figura 3 com o mapa do Estado de Goiás que possibilita constatar a localização do município de Mineiros/GO apresenta a região que está inserido o território da cidade:

Figura 3 – Mapa do Estado de Goiás com o município de Mineiros em destaque.



Fonte: MapSofWorld, 2014.

Para apoiar a pesquisa foi realizado entrevista semiestruturada com o responsável pela secretaria da Administração, Tecnologia e Recursos Humanos e o profissional que é responsável técnico pela Tecnologia da Informação e em documentos relacionados com esta questão solicitados junto a prefeitura do município, autorizados pelos responsáveis citados.

A presente pesquisa enquanto ao tipo de amostra especificada como não probabilística e sua característica básica intencional, é utilizado como critério de seleção dos entrevistados a competência legal do cargo que ocupam, por serem os responsáveis para responder pelas questões voltadas para a aplicação e investimento nos recursos tecnológicos, estes, lhes são atribuídos o poder decisório, em se tratando de qualquer implementação e implantação relacionada ao tema da pesquisa, por tanto os entrevistados são: o prefeito municipal, o secretário da Administração, Tecnologia e Recursos Humano, que devido suas atribuições

funcionais, incorpora em sua secretária o aspecto da modernização e a implantação dos recursos tecnológicos para o município, e o técnico responsável pela área da Tecnologia da Informação que compreende a superintendência de tecnologia que se encontra submetido a secretaria anteriormente citada. Vale ressaltar que todo o poder decisório referente ao tema são responsabilidade dos autores descritos, por motivo de sua visão global da situação, no que tange este processo de implantação.

Os documentos consultados e analisados no contexto municipal, que tratam do assunto, foram:

- Plano Diretor da cidade, pois devido sua natureza estabelece as políticas de desenvolvimento urbano que deverão ser executadas pelo poder público municipal, em conformidade com as diretrizes gerais que são fixadas em lei e seu objetivo é orientar o pleno desenvolvimento das funções sociais municipais e permitir a garantia de bem-estar de seus habitantes.
- Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) pesquisado nos últimos 3 anos devido englobar metas e prioridades da administração pública, que incluem as despesas de capital relativo ao exercício financeiro do ano seguinte e orienta a elaboração da lei orçamentária anual.
- Lei do Orçamento Anual (LOA) pesquisada de 2012 até 2016, por motivo de sua característica neste documento o governo procura definir as prioridades que estão contidas no PPA, e apresenta as metas que naquele ano deverão ser cumpridas. A LOA tem o teor de disciplinar todas as ações do poder público. E não deve ser executada despesa pública nenhum fora do Orçamento. Depois de discutido e aprovado pelo legislativo, o projeto é sancionado pelo executivo e então é transformado em Lei.
- Plano Plurianual (PPA) do período de 2014 a 2017, escolhido para a pesquisa pois abrange as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidas a médio prazo, possibilitando informações constantes no último período de 4 anos. Este documento permite prever a atuação do poder público, regulamenta o planejamento das ações governamentais que pode efetuar somente investimentos em programas estratégicos. Envolve a integração de diversas esferas do poder público juntamente com o setor privado, e para a sua conclusão e execução, pode fazer uso de pesquisa de viabilidade, que envolve a obter informação sobre a satisfação pública como recurso argumentativo para a sua efetivação.

3.3 INSTRUMENTO

Para Marconi e Lakatos (2009, p.195) a entrevista é o “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto”. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, a fim de coletar informações, com o responsável da secretária da Administração, Tecnologia e Recursos Humanos e o técnico que é responsável pela Tecnologia da Informação. Foram questionados sobre a situação em termos de Tecnologia da Informação e Comunicação já implantados no município, que sejam pertinentes ao contexto dos processos para a implantação de Cidade Digital.

Os autores de metodologia buscam destacar a importância da pesquisa científica e conforme os seus objetivos delinear seus conceitos. Para Gil (2008, p.17), a pesquisa científica é “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. O conceito de pesquisa, de acordo com Cervo e Bervian (2002), é uma atividade que visa solucionar diversos tipos de problemas que fazem uso de processos científicos. A pesquisa tem origem em uma dúvida ou um problema e utiliza o método científico, busca proporcionar uma solução ou uma resposta coerente.

Entre os entrevistados, para informar sobre as etapas do projeto de instalação de Cidade Digital, serão: o prefeito municipal, o secretário da Administração, Tecnologia e Recursos Humano, quem está responsável pelo processo de infraestrutura tecnológica do município e o funcionário técnico responsável pela área da Tecnologia da Informação.

Após aprovado pelo comitê de ética da Universidade de Taubaté/SP - UNITAU, com as seguintes características CAAE: 53221716.7.0000.5501 e número do parecer: 1.416.570 (ANEXO A), foram realizadas as entrevistas com os gestores aqui identificados aleatoriamente da seguinte forma GE1, GE2.

A estrutura da entrevista segue conforme Quadro 1:

Quadro 2: Estrutura do roteiro de entrevista

Pré-categorias	Temas	Autores
Caracterização do entrevistado	Área de formação; Cargo que ocupa; Tempo está no cargo;	
Conceito de Cidade Digital	Conhecimento sobre Cidades Digitais; Projetos do governo local para Cidade Digital; Projetos de governo de outra esfera para a implantação de Cidade Digital;	Besselaar e Beckers (1998) Brasil (2011) Ishida e Isbister (2000) Komninos (2008) Lemos (2008)
Estrutura tecnológica e de gestão	Interligação por cabeamento de fibra ótica entre os órgãos municipais; Disponibilidade e infraestrutura de rede sem fio gratuita; Utilização pelos servidores de software de gestão; Promoção à cidadania com a aplicação de incentivos a formação continuada dos servidores no uso das TICs;	Brasil (2011) Gann, Dodgson e Bhardwaj (2011) Komninos (2006)
Estrutura relativa a instrumentalização da sociedade	Disponibilização de informação pública para o cidadão; Espaço de comunicação entre o governo local e a população em via de mão-dupla; Disponibilidade de espaço para o cidadão opinar sobre as políticas públicas; Acesso do cidadão a serviços públicos via internet; Existem projetos de inclusão digital envolvendo a sociedade em geral e a comunidade estudantil da rede municipal; O cidadão encontra formas de expor sua manifestação cultural por meio de recurso disponibilizado via rede pela prefeitura; Programas de produção de conteúdo para o cidadão;	AHCIET (2004) Brasil (2011) Casas Pérez (2014) Cunha, Frey e Duarte (2009)
Predisposição política	Interesse em seguir no processo de implantação da Cidade Digital; Estipulou-se atingir alguma meta em termos temporais, relacionado a implantação; Existência de interesse por parte da administração em ampliar a aplicação de inovações tecnológicas para aprimorar a gestão pública;	AHCIET (2004) Casas Pérez (2014) Ishida e Isbister (2000) Lemos (2007)
Processos implementados Barreiras	Legislação advinda do poder público municipal, com objetivo da implantação; Ocorrência de algum entrave político para a efetivação da implantação da Cidade Digital;	Brasil (2011) Lemos (2007)

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

A partir da análise das categorias e temas propostos na estrutura do roteiro da entrevista, foi elaborado o roteiro de questões, com 26 perguntas, conforme APÊNDICE A.

3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

No que diz respeito ao enfoque da pesquisa, esta é de caráter qualitativo, presumindo o fato de que o município de Mineiros já possui alguns elementos pertencentes ao processo de implantação de Cidade Digital. Como uma estratégia de pesquisa que abrange essas

características, procura destacar os procedimentos de coleta de dados, mediante entrevista semiestruturada, e ainda em dados documentais, como o Plano Diretor da cidade, para averiguar a existências de normas ou leis que contemplem a questão de implantação de Cidade Digital, governo eletrônico e inclusão digital. Estes documentos foram disponibilizados pela prefeitura, via autorização do secretário de Administração, Tecnologia e Recursos Humanos.

Os entrevistados foram contatados por telefone para agendamento da entrevista em local e horário definido pelo entrevistado. As entrevistas foram integralmente gravadas em áudio para posterior transcrição e análise. Os respondentes assinaram o Termo Livre e Esclarecido Individual na ocasião da realização da entrevista (ANEXO B).

3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa, por ser uma atividade básica da ciência na sua indagação e análise da realidade, relaciona a ação e o pensamento. De acordo ressalta Minayo (2001, p.17) “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”.

Foram analisados os seguintes documentos municipais: Plano Diretor que data de 30 de dezembro de 2008, pois devido a sua natureza, buscou-se encontrar evidências a respeito de leis onde se institui a implantação de Cidade Digital ou, qualquer ação que sinalize a aplicação em tecnologia que aponte para tal implantação; Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) dos últimos 3 anos para verificar a indicação da destinação de verbas especificamente aplicadas para o aparelhamento tecnológico; Lei do Orçamento Anual (LOA) de 2012 até 2016 com o intuito de saber se neste período houve algum indicio de regulamentar verbas para serem aplicadas na área de tecnologia; Plano Plurianual (PPA) do período de 2014 a 2017, por ser este o direcionador das ações do gestor público pelo tempo de quatro anos, com o intuito de analisar se existe menção de sobre o investimento em tecnologia.

De posse das informações fornecidas pelas entrevistas e pelos documentos foram definidas a compreensão a respeito da situação atual de infraestrutura do município de Mineiros, em relação aos requisitos necessários para a efetiva conclusão da implantação da Cidade Digital, com o objetivo de considerar a continuidade e viabilidade no processo desta implantação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se refere aos documentos disponibilizados por parte do poder público após pesquisa realizada nos mesmos, foi constatado que não há nenhuma menção de normas, leis e regulamentos em temas que tratam a respeito de implantação de Cidade Digital. Foi verificado que assuntos como: inclusão digital, capacitação dos servidores no uso das TICs, interligação via fibra ótica nos órgãos e departamentos do município e governo eletrônico também não são sequer mencionados.

Com as respectivas respostas obtidas por intermédio das entrevistas com os gestores estas subsidiam o argumento discutido pelo tema desta pesquisa, sobre a viabilidade de implantação da Cidade Digital no dito município. Foi realizada tentativa de contatar o prefeito para a realização da entrevista, o atendimento foi realizado por assessores que disponibilizaram a informação de que este, estaria delegando aos responsáveis diretos da área de tecnologia, para poderem esclarecer e proporcionar informações relevantes a respeito do assunto, sendo estes, os já referidos atores do poder decisório destes temas: o secretário da Administração, Tecnologia e Recursos Humano e o técnico responsável pela área da Tecnologia da Informação que responde pela superintendência de Tecnologia.

As entrevistas foram esclarecedoras diante do fato das intenções de implantação de Cidade Digital no município, promoveu um ambiente promissor e positivo, com considerações bastante favoráveis para que tal implantação seja concretizada num momento futuro, a pesar disso, na atualidade e de acordo com o contexto atual, seja apenas uma indicação de intenção.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Município de Mineiros, de acordo com Silva (1980) surge quando as famílias Rezende e Carrijo chegam a região por volta de 1873 vindos de Minas Gerais. Estes eram agricultores no Triângulo Mineiro e deslocaram em busca de novas terras para seus rebanhos. Posteriormente, já nos dias finais da década de 1880, Mineiros foi elevado a condição de distrito de Jataí.

Em 1905, por meio da lei 257, Mineiros alcança o status de Vila e Município, inaugurando a partir daí a sua história política oficial. E ainda, conforme destaca Silva (1980), por essa época o Coronel José Para-Assu, nascido em Cachoeira, na Bahia, já habitava a

localidade e exercia grande influência nos destinos sociais e políticos da região. O município de Mineiros foi elevado à categoria de cidade, por força do Decreto-Lei estadual número 1.233, do dia 31 de outubro de 1938.

De acordo com o IBGE (2010), Mineiros tem apresentado uma evolução conforme dados a seguir: no Censo 2000 tinha 39.024 habitantes e no Censo de 2010 apresentou o valor de 52.935 habitantes, um incremento na população de 35,65% em 10 anos, o Brasil no mesmo período foi de 12,48% e a capital do estado, Goiânia foi de 19,12%. Com estes dados pode constatar que a população de Mineiros cresceu bem mais que o dobro que a população brasileira, e isso devido ao deslocamento de indivíduos para trabalhar nas empresas instaladas no município.

Abaixo na figura 4 o mapa do município de Mineiros/GO de forma isolado:

Figura 4 – Mapa do município de Mineiros.



Fonte: MapSofWorld, 2014.

A seguir na figura 5 o mapa de Mineiros com os municípios limítrofes do estado de Goiás:

Figura 5 – Mapa município de Mineiros e suas adjacências.



Fonte: MapSofWorld, 2014.

Atualmente o município de Mineiros-GO está ampliando sua participação em diversas áreas produtivas e econômica, mediante as suas potencialidades naturais explora o turismo ecológico, pois possui várias cachoeiras e locais interessantes como:

Parque Nacional das Emas com uma vasta extensão de cerrado que sobre passa os 132.000 ha e toda a sua biodiversidade que pode ser encontrada em estado preservado. Está situado em um dos extremos da Serra dos Caiapós e tem topografia muito plana predominando os chapadões. O ponto mais elevado tem cerca de 800 metros de altitude. A temperatura média é de 22 graus, comum no clima tropical quente sub-úmido. Importante local de observação de animais típicos do cerrado (MINEIROS, 2013)

O morro da Pedra Aparada é um importante sitio arqueológico, está distante do centro da cidade 75 quilômetros e tem seu nome devido sua forma aparentar ter sido cortada e apresenta uma superfície superior muito plana e suas laterais são paredões que podem chegar

a ter 100 metros de altura possui apenas uma trilha por onde pode subir ao topo com uma relativa facilidade, tem uma caverna com muitas lendas (MINEIROS, 2013).

A região montanhosa do Pinga-Fogo que pertence a serra dos Caiapós importante divisor de águas, está situado em uma das maiores altitudes brasileiras, com variação de 700 a 1100m, é um importante ponto turístico de Mineiros. Está a 70 quilômetros da cidade e é considerado um dos maiores divisores de água da América do Sul. Possui inúmeras nascentes de água algumas subterrâneas como o aquífero Guarani que faz parte da formação de vários rios importantes como o Rio Araguaia, Rio Verde, Formoso e Jacuba (MINEIROS, 2013).

Mineiros possui belas cachoeiras até o momento foram catalogadas uma quantidade superior a cento e vinte. Cabe destacar a Cachoeira da Pinguela, do Sucuri e a dos Dois Saltos, estas são consideradas pelos turistas que visitam o local que estão entre as mais bonitas do Brasil (MINEIROS, 2013).

Um outro atrativo do município é a comunidade quilombola do Cedro, formada por afrodescendente que quando alforriados se estabeleceram nesta região. Conservam sabedoria da medicina alternativa. Nesta localidade existe um laboratório de plantas medicinais do cerrado (SILVA, 2003).

A indústria também chegou em mineiros ligada a exploração dos recursos da cana-de-açúcar para produção de etanol, duas usinas da Odebrecht foram instaladas na região, realizando a produção do etanol e a cogeração de energia. Para poder receber estas empresas o município teve que cumprir alguns requisitos em questões de comunicação, principalmente ser atendido com sistemas de comunicação de alta velocidade como cabeamento de fibra ótica.

Mineiros conta com o curso de Sistemas de Informação da UNIFIMES – Centro Universitário de Mineiros/GO, que prepara acadêmicos para lidar com questões de tecnologia. Algumas empresas do setor de software também se encontram instalada no município. Mesmo por ser uma cidade distante dos grandes centros o município é bem servido de infraestrutura tecnológica, cita-se como exemplo a banda larga de sinal de internet de alta velocidade em praticamente toda a extensão da área urbana.

4.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

Em conformidade com a lei de Acesso à Informação, Brasil (2011), que declara que a informação que é gerenciada pelo Estado deve ser disponibilizada para o cidadão, devido ser

um bem público, o poder público deve estar proporcionando liberdade para que o cidadão tenha acesso a estas informações. Sen (2000) destaca que a liberdade tem o papel de desenvolvimento regional de uma sociedade, por consequência dos diversos e distintos tipos de direitos e de oportunidades que contribuem para que a liberdade humana venha ter desenvolvimento relevante. O autor ainda ressalta que a garantia de transparência está intrinsecamente relacionada às liberdades instrumentais, e que estas garantias promove um fator inibidor da corrupção (SEN, 2000).

O cidadão que desejar solicitar cópias de documentos ou mesmo informações que sejam de domínio público pode fazê-lo por meio dos acessos eletrônico, onde estes documentos estão disponibilizados nos sítios oficiais do governo federal, estadual ou municipal.

Quadro 3: Síntese da Análise Documental

Pré-categorias	Temas	Documento	Síntese
Aspectos político-institucionais	Promoção do desenvolvimento tecnológico	Plano Diretor (2008) LDO LOA PPA CGI	Normativas ou Leis relativo a participação democrática da sociedade. Não apresenta leis destinando verbas. Sem previsão orçamentária. Ausência de normativas orientadas especificamente a tecnologia. Pouca valorização dos cidadãos em usar os recursos do E-Governo.
Aspectos estruturais	Equipamento Comunitário Sistema Único de Informações SUI	Plano Diretor (2008)	Ausência de normas específicas para investimento em tecnologia. Menciona a respeito do SUI mas de maneira superficial.
Aspectos sociais	CONCIDADE Telecentro Acesso ao poder público	Plano Diretor (2008) Sitio Eletrônico PPA	Existe normativa, mas está inoperante. Não possui. Mensagem teste sem retorno. Não apresenta nenhuma normativa.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

4.2.1 Aspectos Político-Institucionais

Os documentos municipais analisados que já foram descritos anteriormente não relatam nenhuma informação clara que indique a instalação de Cidade Digital no município. No entanto, algumas ações para atender determinações federais referente a transparência das contas públicas foram estabelecidas, como a página da prefeitura. As informações disponibilizadas nesta ferramenta resultante deste processo estão no endereço <http://www.mineiros.go.gov.br/> e está descrita nos parágrafos seguintes.

As contas públicas apresentadas no portal da transparência, estão atualizadas, o último relatório de Gestão Fiscal é o do 3º quadrimestre de 2015, que expõe os demonstrativos: Simplificado de Gestão Fiscal, de Restos a Pagar, de Disponibilidade de Caixa, das Operações de Créditos, das Garantias e Contra Garantia de Valores, das Despesas com Pessoal e da Dívida Consolidada Líquida.

Os relatórios Resumidos de Execução do quinto bimestre foram atualizados em 27 de novembro de 2015.

Os serviços disponíveis para o cidadão apresentam os seguintes enlaces: Andamento de processos, débito do contribuinte, débitos do imóvel, parcelamento de IPTU, validar certidão e contracheque Flex.

Para as empresas do município existe o acesso a nota fiscal eletrônica para prestação de serviços e um conjunto de serviços relacionado as arrecadações municipais, que são pertinentes a estas.

Em questões informativas, o site disponibiliza acesso a perfil do prefeito e do vice-prefeito, editais, extratos, resultados, eventos, fotos, legislação, links, mapa da cidade, Mineiros em números, notícias, símbolos, telefones e downloads.

Nas informações a respeito das diversas secretarias, em alguns casos existem informações mais detalhada das funções e atribuições da secretaria, mas em outros as informações se resume apenas em apresentar o responsável pela mesma, a localização, o telefone de contato e o e-mail.

No enlace com o conselho de educação não tem nenhuma informação, no conselho municipal de saúde faz uma breve apresentação, explana a respeito das atribuições dos conselhos da saúde, destaca quem são os representantes, os membros da mesa diretora, há um espaço de fale conosco que informa o endereço, telefone, e-mail e indicação a respeito do dia e hora das reuniões ordinárias. No espaço dedicado a publicações do conselho a mais recente é de 26 de maio de 2015.

No que se refere ao mecanismo de participação do cidadão, não há disponibilizado formas de interlocução entre os pares da sociedade, entre governo e sociedade, o cidadão pode preencher um formulário eletrônico com seus dados pessoais, com o assunto previamente estabelecido são estes: elogio, informação, solicitação, sugestão e reclamação, o fato é que o cidadão que não tiver um e-mail não consegue enviar o formulário.

Existe um formulário com a possibilidade de mandar para o prefeito uma mensagem, mas está com problema, pois o cidadão ao tentar enviar alguma mensagem recebe uma notificação que informa a ocorrência de erro ao enviar dados.

Após análise dos documentos: o Plano Diretor Democrático do Município de Mineiros onde trata do tema de gestão democrática, em sua Seção IV, artigo 9º e 10º, relata sobre a participação da sociedade nos processos de planejamento e de gestão, no que envolve as tomadas de decisões, fiscalização das ações públicas, exercício de cidadania, e demais assuntos relacionados as políticas públicas, não faz nenhuma alusão a respeito de que esta gestão seria potencializada pelo uso de recursos tecnológicos. No que se refere ao documento Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) não trata de nenhuma normativa de modo direto e específico sobre destinação de verba para implantação de recursos tecnológico, no entanto permite compreender que ações de aspectos que sejam identificados como despesas que não ferem o aumento da verba já orçada para as secretarias podem ser realizados. Na Lei do Orçamento Anual (LOA) de 2012 a 2016 não apresentam nenhuma informação a respeito de previsão orçamentária relativo a investimento em área tecnológica de forma clara.

No Plano Plurianual (PPA) (2014) também está ausente qualquer menção sobre formação de comitês, indicação de responsáveis por projetos, legislação ou normas, indicação de planejamento a respeito de Cidade Digital. No Art. 3 do plano plurianual de 2014-2017, consta que terá como diretrizes a ampliação da participação social e a garantia dos direitos humanos mediante a redução das desigualdades sociais; o crescimento econômico sustentável; a excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços para a sociedade e aumento da eficiência dos gastos públicos, no entanto, não apresenta nenhuma alternativa para o uso de recursos tecnológicos como ferramenta facilitadora deste processo.

Nos documentos pesquisados não tem referência de programa, projeto, normas ou leis que tratem sobre a capacitação dos servidores municipais no uso das TICs. O que leva a inferir que, o aprendizado dos funcionários acontece de forma empírica, devido a visão estabelecida que equipamentos de informática e programas são ferramentas que o funcionário aprende conforme usa o sistema. E quando uma empresa instala seu programa nos departamentos, órgãos e secretárias, busca instruir os servidores que irão trabalhar com o programa, porém, somente com instrução básica de como usar o novo sistema.

De acordo com o CGI (2014) quando os cidadãos não são capazes de perceber a utilidade e importância nas TICs perdem interesse em ter maior contato com elas e aprender usar. Isto pode ser verificado principalmente nas relações entre as organizações sociais e o governo no uso dos meios eletrônicos. Mesmo que estas organizações utilizam expressivamente as TICs na interação entre diversos atores sociais e em várias aplicações. Quando se trata de realizar transações e utilizar serviços públicos disponíveis nos meios

digitais, consideram este meio pouco efetivo e preferem fazer uso dos meios tradicionais, com contatos presenciais ou via telefone.

O CGI (2014) ainda destaca que este é um processo dinâmico o governo eletrônico na aplicação das TICs, não devem ser atos isolados, que possibilitam apenas prover conteúdos e equipamentos, mas também desenvolver na sociedade as competências dos cidadãos para a devida utilização dos recursos e serviços e realizarem políticas de promoção destes meios. Possivelmente devido o poder público limitar estes recursos para prestação de contas e disponibilizar documentos e não fomentam um espaço destinado ao diálogo, comunicação e informação mais relevantes. E neste conceito se destaca que a página da prefeitura de Mineiros é usada como uma aplicação mais para dar visibilidade as ações do poder público, como forma de reproduzir informações pontuais com forte apelo propagandista destas ações.

Ainda de acordo o CGI (2014) o fato de que o programa de Governo Eletrônico Brasileiro, possui a característica de se promover como ideia de ampliar e facilitar a participação e a interatividade da sociedade nos assuntos governamentais, entretanto, as organizações sociais não consideram estes portais como meio de interagir com o poder público de igual forma. Conforme o estudo do comitê, ressalta que existem alguns motivos principais para que o cidadão não utilize este meio, o estudo constatou em 2012 que 69% de usuários da internet não acessaram serviços do governo, em 2013 foi verificado pelo estudo que 14% alegaram preocupação com a segurança de seus próprios dados, 12% afirmaram ser muito complicado realizar contato com a administração pública 14% afirmaram ter dificuldades em encontrar o serviço que precisa.

4.2.2 Aspectos Estruturais

Existem diversos municípios onde já possuem instalada a fibra ótica e o aproveitamento de seus recursos em muitos destes é subutilizado. Porém, em Mineiros, há avanço para melhor utilização dos seus benefícios, devido as características positivas que proporcionam esta tecnologia possa ser melhor aproveitada pelos gestores que procuram aprimorar a infraestrutura comunicacional, interligando os diversos departamentos e órgãos sob sua responsabilidade.

Sobre sua aplicação em zonas urbanas elas se fazem eficientes pelo motivo de facilitarem conexão aumentam o rendimento dos recursos computacionais e permite facilmente a incorporação de novos equipamentos e usuários, sem que isto comprometa a velocidade e eficiência da transmissão, com aplicação mais habitual de voz sobre IP

possibilita por meio deste recurso um barateamento nas comunicações tanto internas como externas. Estes fatores são grandes condicionantes para que o gestor público opte por interligar seus órgãos por esta via.

Nos documentos pesquisados não existe nenhuma normativa que expresse algo a respeito da interligação entre os órgãos públicos com uso de rede via fibra ótica. O que induz para o fator de que como existe destinação de verbas para as secretarias, as ações são realizadas com estas verbas, mesmo que a designação de verba não seja para ações específicas e sim para ser usada de acordo com a percepção da necessidade que se apresenta, como o caso de interligar os órgãos municipais com fibra ótica pois tal obra proporciona melhorias como antes já relatadas.

O Plano Diretor do município no que trata do planejamento e gestão municipal, tema do sistema de planejamento e gestão municipal, artigo 184 inciso II institui a normativa de garantir a participação da sociedade no debate das questões relevantes da gestão municipal, no entanto, não sinaliza que ferramentas tecnológicas a sociedade pode participar, no inciso VIII do mesmo artigo normatiza a implantação de um Sistema Único de Informação (SUI) sem mencionar questões práticas de implantação em nenhuma parte do documento.

4.2.3 Aspectos Sociais

No Plano Diretor constam algumas normativas de cunho social, mas sem entrar em temas de acessibilidade por meios tecnológicos para a disseminação de informações que proporcione que a população faça uso de ferramentas computacionais para obtenção das informações. Na instituição do conselho municipal da cidade (CONCIDADE), no artigo 187, inciso VII. É proposto estimular ações que visem propiciar geração, apropriação e utilização do conhecimento científico, gerenciais, organizativos e tecnológicos pela sociedade que vivem no contexto urbano do município. Vale ressaltar que o CONCIDADE está inoperante, não está atuando neste momento, existe apenas a lei, mas não o conselho de fato.

Foi realizado por parte do autor deste trabalho um teste no dia 11 de março de 2016, para verificar se o canal de comunicação disponibilizado pelo site da prefeitura por meio do espaço Fala Mineiros, que se encontra no sitio eletrônico da prefeitura, em seu formulário. Neste, o usuário pode enviar solicitação, fazer reclamação, elogiar ou dar sugestão. O preenchimento do formulário requer as seguintes informações a respeito do usuário: nome, E-mail, telefone, endereço, número, bairro, assunto e o espaço de redigir a mensagem. No teste foi enviado uma mensagem solicitando informação a respeito de pavimentação em bairro que

ainda não foi asfaltado, mas não houve nenhuma manifestação por parte da prefeitura como resposta ao pedido de informação ou até mesmo de forma automática.

Todas as escolas municipais mineirenses contam com sinal de internet, tanto as urbanas como as rurais. No caso do acesso à internet disponibilizado para atender as onze escolas rurais onde a mais distante está a 85 km do centro urbano, é disponibilizado por incentivo do governo Federal, atendendo projeto do Ministério de comunicação.

Conforme informações do Ministério das Comunicações, por meio do balanço de crescimento da internet móvel realizado em 2014 (BRASIL, 2014), no período de dezembro de 2010 a janeiro de 2014 a internet móvel teve um crescimento de 416%. Posteriormente foi firmado acordo de obrigação por parte das operadoras de telecomunicação em levar serviços de dados e voz para áreas rurais, com projeção para atingir em breve atendimento de 91% da população rural, e 96% das escolas públicas rurais com banda larga de forma gratuita. Por meio de licitações a operadora OI ficou com a reserva do estado de Goiás. Ela é a que disponibiliza cobertura de sinal de internet para todas as escolas municipais rurais de Mineiros.

O município não conta com nenhum Telecentro ou local destinado ao contato do público em geral com dispositivo de informática para uso comunitário, vinculado a ele ou por ele administrado, existem projetos esporádicos de entidades sem fins lucrativos mas apresentam precariedade nos recursos tecnológicos, devido os mesmos já estarem obsoletos. Em muitos casos estes Telecentro são coligados a ações do governo estadual.

A disponibilidade gratuita de sinal de internet por rede sem fio para acesso da população, forma parte de ação, na qual o governo municipal atendeu uma solicitação da Secretária de Administração, Tecnologia e Recursos Humanos. A qual propiciou recursos para a instalação de antena em uma praça central da cidade, o projeto não pertence a nenhuma determinação normativa do poder municipal, e sim, por ter sido percebido que esta ação traria conectividade para os munícipes, e que, possibilitaria acessibilidade e promoveria a inclusão digital na sociedade. Cabe destacar que nos documentos pesquisados não fazem nenhuma alusão sobre este assunto que deveria ser citado principalmente no Plano Diretor e no Plano Plurianual.

No último Plano Plurianual – PPA (2014), é possível constatar a ausência de qualquer menção sobre formação de comitês, indicação de responsáveis por projetos, legislação ou normas, indicação de planejamento a respeito de Cidade Digital, todavia, de uma forma geral aponta aspecto de fomento à cidadania conforme o artigo 3º do PPA (2014) declara que

[..] terá como diretrizes a ampliação da participação social e a garantia dos direitos humanos mediante a redução das desigualdades sociais; o crescimento sustentável; a excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços a sociedade e aumento da eficiência dos gastos públicos. (PPA, 2014).

4.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

4.3.1 Caracterização dos Entrevistados

Abaixo o quadro 4 contém quatro perguntas a respeito da caracterização dos entrevistados. As perguntas foram elaboradas para que por meio dos relatos e das descrições de suas atividades, da área de formação, tornasse claro que eram capazes de aportar informações que fossem pertinentes com a pesquisa. A escolha dos entrevistados esteve pautada no critério da posição que ocupam dentro da gestão a respeito da Tecnologia de informação do município de Mineiros.

Quadro 4: Caracterização dos Entrevistados: formação, cargo, tempo no cargo e processo de contratação

PERGUNTA -1	Qual a área de sua formação?
RESPOSTA EG1	Administração, com especialização em Gestão e Docência Universitária pela UNIFIMES.
RESPOSTA EG2	Eu não tenho uma formação acadêmica, no entanto já trabalho na área de informática há vários anos, né (sic), desde 1987, fiz cursos nas áreas pertinentes de TI, cursos em centros credenciados da Microsoft, e sempre tive uma parceria com pessoas a fins, as quais, ao longo destes anos de trabalho, nesta área de tecnologia fui aprendendo a lidar com a área de tecnologia e desenvolvimento a qual eu comecei em 89, e a partir de 2008, passei mais a gerir a área de TI, ao invés de desenvolver.
PERGUNTA -2	Qual é o cargo que ocupa?
RESPOSTA EG1	Secretário Municipal de Administração, Tecnologia e Recursos Humanos e Secretaria Municipal de Educação.
RESPOSTA EG2	Hoje ocupo o cargo de superintendente de tecnologia.
PERGUNTA -3	Quanto tempo está atuando neste cargo?
RESPOSTA EG1	No primeiro, 38 meses e no segundo há 12 meses.
RESPOSTA EG2	Desde o ano de 2013, janeiro de 2013.
PERGUNTA -4	Como foi o processo de contratação para este cargo?
RESPOSTA EG1	Decreto de Nomeação, por iniciativa do Prefeito Municipal.
RESPOSTA EG2	A equipe administrativa desta prefeitura precisava de alguém com experiência em empresas grandes, como por exemplo a nível da Comiva, a qual eu já trabalhei, a nível da Comajul, que é uma grande cooperativa do Mato Grosso, então seria alguém que tivesse trabalhando na área de TI e gestão de empresas grandes e que transmitisse, tivesse uma vida ética, a qual transmitisse muita confiança e responsabilidade, por que esta área a qual eu atuo hoje, o que o prefeito e sua equipe mais me cobrou, é o que eu tenho no meu, é vamos dizer assim, na minha personalidade, responsabilidade, ética e pessoa de extrema confiança, porque um dado mal interpretado ou mal informado a população ou a quem for de direito pode prejudicar o andamento dos trabalhos.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

Ambos entrevistados iniciaram suas atividades por nomeação e no mesmo período.

O entrevistado EG1 possui formação de nível superior voltada para a área da administração e como cargo ocupa duas secretarias: a primeira envolve três áreas administração, tecnologia e recursos humanos, ainda outra secretaria que é a de educação. O tempo no cargo de Secretário Municipal de Administração, Tecnologia e Recursos Humanos já tem mais de três anos e como Secretário de Educação está a um ano.

Enquanto que o entrevistado EG2 não tem nível superior, porém, participou de diversos cursos na área de tecnologia, e possui experiência já de longa data a respeito deste tema e está responsável pela superintendência de tecnologia desde janeiro de 2013.

4.3.2 Conceito de Cidade Digital

Este tópico apresenta os quadros com as perguntas de 5 a 7 que questiona sobre o entendimento particular a respeito do que é Cidade Digital. Os entrevistados demonstraram ter

um conhecimento prévio do tema. A seguir o Quadro 5 busca conhecer por meio desta pergunta qual o entendimento a respeito de Cidade Digital dos gestores:

Quadro 5: Conceito de Cidade Digital – Pergunta 5

PERGUNTA - 5	Pode definir seu entendimento sobre o que é Cidade Digital?
RESPOSTA EG1	Cidades que estão fortemente integradas aos sistemas de comunicação, com a utilização da telecomunicação e informática, onde a maioria da população tem acesso às informações, disponibilizadas pela rede mundial de computadores (web)
RESPOSTA EG2	Perfeitamente, Cidade Digital ela, quando uma pessoa lê esta, vamos dizer simplesmente, essa tecnologia pensa que é fornecimento de internet de graça para as pessoas, não é bem isso, o que eu entendo de Cidade Digital é como se fosse uma criação de uma cumplicidade entre administração pública e população, onde que as informações, como um todo, solicitações, houvesse fosse uma via de mão dupla onde que a população pudesse interagir mais com a prefeitura, fazendo solicitações recebendo de volta o status atual daquela solicitação feita, enfim, usando todos os recursos disponíveis pra que essa integração, população e gestão pudesse acontecer.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

O entrevistado EG1 possui uma leitura pessoal de Cidade Digital voltada para a integração dos sistemas de comunicação com aplicabilidade para a população. Sua linha de argumentação está relacionada de acordo com Casas Pérez (2014) que salienta o fato que para os governos locais as TICs facilitam o acesso ao cidadão a fim de propiciar a interação entre ambas as partes.

EG2 faz uma argumentação baseado na cumplicidade comunicativa entre a população e o poder público. Ambos entrevistados postulam seus argumentos pessoais de forma a contribuir na junção de seus raciocínios no próprio conceito geral de Cidade Digital, apoiadas pelos argumentos de autores pesquisados na revisão de literatura como Lemos (2007) que destaca que o desenvolvimento tecnológico exerce uma forte influência na comunicação impulsionando a informação. Neste sentido, a qual abrange experiências que estão intrinsecamente relacionadas a cidade como um todo, dentre estas experiências o fato de que Cidade Digital está involucrada no aspecto de portal institucional, com ampla difusão de informações e serviços, em uma comunidade virtual cuja representação política é efetiva.

No quadro 6 a pergunta esta elaborada para aprofundar no conhecimento a respeito do desejo do governo atual em implantar a Cidade Digital:

Quadro 6: Conceito de Cidade Digital – Pergunta 6

PERGUNTA - 6	O governo local tem projeto para implantar a Cidade Digital? Se sim, como foi elaborado?
RESPOSTA EG1	<p>O Município já tem parte da sua estrutura de comunicação de dados, integrado todas as Secretarias numa mesma base de dados, através de um sistema integrado de gestão que permite a utilização, não só pelos servidores, mas a população em geral, como a emissão de certidões e guias de recolhimentos, além de canal de comunicação com o cidadão, através do seu sítio na internet.</p> <p>A sua concepção atende em grande parte às exigências da legislação pública, além de atender a lei de acesso à informação. O software foi contratado por atender as exigências dos órgãos fiscalizadores, como o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO).</p> <p>Começamos um projeto de democratização do acesso à web, através da disponibilização de sinal aberto em praça pública para o cidadão acessar a internet. A ideia é colocar mais pontos de acessos em outros locais de grande concentração pública (praças).</p>
RESPOSTA EG2	<p>Bom é, a atual administração e como qualquer outra que se encontra no país neste momento, encontra-se numa grande dificuldade financeira, isso aí, é notado pelas reportagens dos vários jornais, televisão, revistas, então o que a gente tem pronto hoje disponível, seria aqueles recursos onde, que houvesse menos investimento, e fosse, vamos dizer assim, o mais barato possível, que seria a utilização de redes sociais, o próprio site da prefeitura, onde a pessoa pode tá (sic), alí buscando uma informação de um processo em andamento, temos lá os serviços online, onde que a pessoa pode, digitar o número do processo dela, e acompanhar ni (sic) qual secretária, aquele processo está, então é uma forma de integração que tem disponível neste momento.</p> <p>Projetos futuros, temos também só que, é, depende muito da questão financeira neste momento, não sei se eu consegui responder, temos o projeto vamos dizer assim neste momento está em stand by, inclusive neste projeto gostaria muito de frisar, porque quando eu iniciei com ele, logo eu recebi a equipe de TI da Fimes, a qual me mostrou uma ferramenta que eu já tava (sic), vamos dizer assim, pesquisando sobre ela, e de repente eles chegaram com esta ferramenta pronta, onde ela me ofereceu recurso de integração entre população e prefeitura, onde poderia requisitar diversos tipos de serviços e ao mesmo tempo acompanhar o andamento daquele serviço, eu não vou, vamos dizer assim, cobrar nada da FIMES até por que nós é que freamos esta atuação, caso contrário teríamos cobrado mais junto a FIMES que desse o retorno deste projeto.</p>

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

De acordo com o entrevistado EG1 o município já possui uma estrutura favorável a implantação e segue normativas que são destinadas a atender a lei de acesso à informação. Nota-se, portanto, a importância e relevância, que tem o poder público federal em estabelecer as diretrizes e normas que devem ser contempladas com uma abordagem clara e objetiva, pois, estas normativas são priorizadas pelos governos municipais a serem atendidas. Principalmente devido a que o não cumprimento de normativas federais podem acarretar em sanções que penalize o governo municipal. Fica evidente, pelo que destaca EG1, o fato que existe clara intenção de dar continuidade no processo de implantação, mas sem uma base documentada.

EG2 busca focar sua argumentação sobre o aspecto da dificuldade financeira como prejudicial ao processo de implantação, mas que já estão caminhando rumo a esta implantação. Destaca positivamente atitudes já implantadas, onde a população acessa a

serviços disponibilizados pelo sítio da prefeitura. Recorda ter tido contato com uma ferramenta que o Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES por meio do curso de Sistemas de Informação, denominada por ele pelo nome da mantenedora Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior - FIMES que auxiliaria neste fator de prestação de serviço da prefeitura.

Ambos possuem uma visão condizente ao que concerne a perspectiva social em relação aos autores que foram abordados na revisão de literatura. No Quadro seguinte a intensão é saber se os gestores estão inteirados a respeito dos projetos governamentais de implantação de Cidade Digital:

Quadro 7: Conceito de Cidade Digital – Pergunta 7

PERGUNTA - 7	Conhece projetos de governo federal ou estadual para a implantação de Cidade Digital?
RESPOSTA EG1	O Município tem como prioridade a Saúde e a Educação e todos os esforços têm sido canalizados para estas duas áreas. Porém, as demais áreas têm recebido atenção, especialmente de infraestrutura. A prioridade da comunicação eletrônica tem restringido ao atendimento do funcionamento da administração como um todo.
RESPOSTA EG2	Conheço pouco, vou ser sincero com você, conheço poucos projetos neste sentido eu sei que existem o Governo Federal, é, eu sei que ele tem recursos até pra (sic) este tipo de atividade, né (sic), mas neste momento conheço poucos recursos tenho pouco conhecimento deste assunto.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

EG1 buscou focar seus argumentos na questão da prioridade da gestão municipal que é a saúde, a prioridade a respeito de comunicação é basicamente para atender as necessidades funcionais administrativa. Cabe ressaltar que a Cidade Digital não está apenas relacionada com comunicação interna dos órgãos públicos ou disponibilidade de sinal de internet para a população. Como (AHCJET, 2004) bem salienta de que vários serviços são prestados pela Cidade Digital e a saúde está inclusa pois, também está ligada com a questão da informação. Ainda como frisa Casas Pérez (2014) que os gestores necessitam ampliar sua visão a respeito da aplicação das TICs no apoio a difusão de informação, tanto a respeito geral como questões relacionadas a saúde. A educação está intrinsecamente relacionada com a informação. As TICs são ferramentas de extrema importância para potencializar este aspecto, conforme destaca Castells (2011) que a aplicação destas ferramentas pode minimizar o analfabetismo e a pobreza.

EG2 alega saber que existem projetos, porém, que seu conhecimento a respeito do assunto é pouco. Neste contexto verifica-se o caso de que os gestores estão conformados com o seu papel de atuar sem planejamento que de acordo com Souza (2010) atuam com ações de

gestão tratam os problemas quando aparecem, mas não ampliam sua visão para aplicar ações de previsão dos problemas. Tais situações, segundo Lemos (2007), são importantes para o gestor pois as decisões embasadas no conhecimento são mais eficazes e efetivas.

De acordo com Mattar (2009) para implantação de Cidade Digital existem linhas de financiamento na Caixa Econômica Federal com o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), no BNDES pelo Projeto de Modernização da Administração Tributária (PMAT) e também há via emendas parlamentares como forma de captar recursos financeiros.

4.3.3 Estrutura Tecnológica e de Gestão

Este tópico apresentam as perguntas de 8 até 12. Estas perguntas são a respeito da infraestrutura de tecnologia. Questiona a respeito da interligação dos órgãos municipais, a disponibilidade da infraestrutura para a população por meio da distribuição de sinal de internet gratuita, a usabilidade e padronização do sitio eletrônico, a sistematização via sistema computacional para a gestão e a capacitação do funcionalismo público no uso do sistema.

Quadro 8: Estrutura Tecnológica e de Gestão – Pergunta 8

PERGUNTA – 8	Os órgãos municipais são interligados com fibra ótica?
RESPOSTA EG1	Grande parte da estrutura está interligada, com a utilização da fibra ótica, porém, existem alguns pontos que são atendidos por outros meios, como a ADSL e RÁDIO.
RESPOSTA EG2	Muitos órgãos são interligados, inclusive utilizando fibra de propriedade da própria prefeitura, dia 21 eu estive até reunido com um representante um gestor de TI da área de software da Secretaria de Saúde aonde estamos com um projeto de interligar, as unidades, todas as unidades de saúde via fibra, né (sic), só que nesse ponto nós já não utilizaremos recursos próprios porque seria um investimento alto, o qual, as vezes, agente iria imobilizar um, vamos dizer assim, um patrimônio onde que a depreciação é muito grande, além do que, temos também a manutenção que também é grande pelo volume de serviços que vamos enfrentar, então neste caso da saúde já optamos por utilizar um serviço terceirizado acreditamos que seria um melhor resultado para prefeitura, para esta gestão e as gestões que hão de vir.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

Questionados a respeito da interligação dos órgãos municipais com fibra ótica EG1 destaca que grande parte dos órgãos estão interligados, e os que ainda não possuem esta infraestrutura usam outros meios.

EG2 afirma que muitos órgãos são interligados e que a infraestrutura é de propriedade da prefeitura, para os órgãos especificamente relacionados à saúde será realizado interligação via fibra ótica por uma empresa terceirizada, na intenção de diminuir custos de manutenção.

Na questão da ação de interligar via fibra ótica os órgãos públicos do município, partiu da necessidade de melhoria neste quesito, pois o uso desta tecnologia é mais confiável conforme destaca Tanenbaum (2003), no entanto, nas documentações disponibilizadas pela prefeitura que deveria constar o planejamento desta ação não o fazem. Deixa evidente, de acordo com Souza (2010), que são ações de gestão e não de planejamento. Também tal situação de acordo Lemos (2007) salienta o fato que os gestores priorizam as suas necessidades internas em relação a infraestrutura tecnológica em detrimento das necessidades da população.

Quadro 9: Estrutura Tecnológica e de Gestão – Pergunta 9

PERGUNTA – 9	O município disponibiliza sinal gratuito de internet para a população? Se sim, como é a infraestrutura, quantos pontos de acesso?
RESPOSTA EG1	Sim. Num projeto piloto foi disponibilizado o sinal de internet na Praça Deputado José Alves de Assis, ou seja, apenas num local. Porém, todas as escolas da rede pública municipal possuem sinal de internet para utilização pela administração escolar. Como estas escolas atendem somente a 1ª fase do ensino fundamental, ainda não foi disponibilizado sinal aberto. Com recursos do Governo Federal, foram disponibilizados sinal de internet em todas as escolas da zona rural, em número de 11 unidades, através de satélite.
RESPOSTA EG2	Hoje nós temos em pleno funcionamento uma distribuição de internet gratuito lá na praça José de Assis, bem no centro da cidade, como lá naquela região, temos uma fibra de nossa propriedade, que passa por ali, por aquela localidade, então eu optei em pegar um ramal desta fibra e conectar no poste que temos lá na praça central e o sinal sai daqui de dentro da prefeitura, então mandamos para lá um sinal, é, via fibra partindo do prédio da prefeitura. Então neste momento é o único sinal que a gente tem de distribuição gratuita, os outros projetos que a gente iria instalar que seria na praça ali da região, conhecido como Bauhaus, tínhamos também uma outra região que agora não me lembro aqui ao certo, não sei se foi pra feira municipal, foi congelado porque houve a necessidade de frearmos alguns investimentos, em virtude de estar fazendo um grande investimento na área de saúde.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

Os dois entrevistados confirmam a existência de sinal de internet gratuita e sem fio. EG2 agrega que o projeto visa instalar em outros locais também, no entanto, o momento atual é focado no investimento em saúde, por tanto os projetos de expansão deste item estão paralisados.

A disponibilidade de internet sem fio gratuita para a população é uma ação realizada pela prefeitura sem documentação que normatize. Embora atenda parcialmente o quesito de inclusão da população na sociedade da informação (AHCET, 2004), ainda há necessidade de planejamento antecipado como forma de pressionar governos futuros a ampliarem esta infraestrutura e também ter ações de melhoria deste recurso. Lemos (2007) ressalta a importância de disponibilidade de acesso para o aparelhamento da população respectivo a

informação. Pois a intenção dos gestores atuais é ampliar, mas sem respaldo documentado esta ação fica vulnerável no que concerne sua ampliação, pois depende se o governo seguinte terá interesse em dar prosseguimento na obra.

Quadro 10: Estrutura Tecnológica e de Gestão – Pergunta 10

PERGUNTA – 10	O site do governo municipal segue o padrão determinado pelo governo federal e é atualizado periodicamente?
RESPOSTA EG1	Não existe um padrão determinado pelo governo federal. O que existe é a Lei de Acesso à Informação que precisa ser atendida, ou seja, que as informações sobre a gestão seja (sic) disponibilizada para o cidadão. Além disso, são colocadas à disposição, informações, notícias, serviços e outros links importantes.
RESPOSTA EG2	Sim, ele segue inclusive, existe órgãos fiscalizadores por parte do governo, o qual até a gente foi, se eu não me engano, foi acionado pelo TCM, onde que a gente deveria disponibilizar as funções do site de forma mais acessível para o cidadão, então somos fiscalizados e a partir do momento que a gente atendeu aquela adequação que eles pediram, deu-se por satisfeito e está atendendo a necessidade.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

Nesta questão os entrevistados apresentam argumentos dispares sobre o tema, mas subentende-se que EG1 toma por base em sua argumentação o aspecto estrutural ou de organização das informações na página oficial, enquanto o entrevistado EG2 fundamenta sua argumentação nos aspectos de quais funções se deve disponibilizar para o usuário facilitando a acessibilidade.

Conforme Schramm (1970) o acesso a informação é de grande importância para determinar como uma nação está se desenvolvendo. Para fomentar este acesso o governo instituiu a Lei 12.527/11 como forma de obrigar os órgãos públicos a fornecer cópias de documentos informativos dos atos de governo e de administração. Segundo Cunha, Frey e Duarte (2009) a disponibilidade destes documentos possibilita aos cidadãos formas de participar da informação na obtenção do conhecimento das ações dos gestores.

Quadro 11: Estrutura Tecnológica e de Gestão – Pergunta 11

PERGUNTA – 11	As atividades burocráticas dos servidores são geridas por um sistema de gestão informatizado?
RESPOSTA EG1	Todas as atividades que precisam ser desenvolvidas, e que seguem padrões de execução, são todas realizadas através do software de gestão pública PRODATA.
RESPOSTA EG2	Ainda não temos este recurso disponível, de controle das atividades dos servidores, é, gostaria apenas de ressaltar que nós iniciamos um serviço de avaliação até de atendimento que a princípio era para funcionar ali na questão da arrecadação, ali no IPTU, onde que o cidadão poderia avaliar até o atendimento, mais por um motivo administrativo, um problema administrativo, que já está sendo corrigido, este projeto foi adiado um pouco, no momento temos, resumindo não temos nenhum tipo de software ou qualquer recurso que seja para gerir, é, para gerir as atividades burocráticas.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

O entrevistado EG1 relata que todas as atividades que apresentam a necessidade de uso de sistemas computacional, são realizadas via programa de gestão pública, inclusive divulga o nome do sistema.

Há nesta questão uma evidente discrepância interpretativa das partes entrevistadas enquanto EG1 responde convenientemente ao que foi perguntado, EG2 interpreta como uma pergunta relativo ao aspecto avaliativo de atendimento do funcionalismo público.

A capacitação dos servidores no uso dos recursos computacionais de gestão agiliza o atendimento ao público, faz parte da melhoria da aplicação dos recursos computacionais nas atividades burocráticas dos servidores pois amplia a eficácia do serviço público. De acordo com Silva, Da Silva e Chaveiro (2010) as instituições públicas são tidas como morosas nas suas atividades, é um dos grandes obstáculos para a eficiência de trabalho no setor público.

Quadro 12: Estrutura Tecnológica e de Gestão – Pergunta 12

PERGUNTA – 12	Há incentivo na formação continuada dos servidores no uso das TICs no intuito de promover a cidadania?
RESPOSTA EG1	Pelo fato da administração se utilizar de um software de gestão integrada, a preocupação tem sido no sentido de que o servidor tenha domínio da ferramenta para prestar um atendimento de qualidade.
RESPOSTA EG2	O governo municipal, ele, ele tá (sic), neste momento, como é que, eu fico até repetindo, né, enfrentando uma dificuldade muito grande por conta de recurso financeiro mesmo, mas, é, eu sinto dele, isso eu posso te falar, por que eu convivo com esta gestão desde o início dela, eles incentivam todas as secretárias a evoluir naquilo que lhes são pertinentes, no caso da questão da cidadania infelizmente os recursos não estão acessíveis para nós. O governo federal, por exemplo, já cortou muito investimento, o governo estadual também, nem se fale, e a arrecadação municipal acaba sendo assim, um efeito cascada, também foi prejudicada. Então hoje nós não temos este investimento, é, desse incentivo, que vontade de investir o governo tem, o governo municipal tem, sempre que há reuniões ou eventos, o qual, envolve alguma questão, assim, social, envolve questão da comunidade, onde que a gente possa estar criando recursos ou condições de haver esta integração, entre município e cidadão, está sendo realizado evento, a exemplo disto seria o governo itinerante foi realizado dois, do meu conhecimento, um foi ali na escola Dom Bosco no setor Taninho, o outro foi no setor, lá atrás da igreja São Bento, Alvina Paniago, se não me engano o nome, foi uma forma que o governo conseguiu fazer, de uma forma barata, mas que também dá seu resultado, onde que há esta integração ou esta promoção da cidadania, porque lá foi levado secretaria de saúde, esteve presente secretaria da educação, esteve presente os advogados através da procuradoria onde houve várias orientações jurídicas, acredito ter atendido o anseio das pessoas naquele momento.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

O entrevistado EG1 responde com argumentos frágeis não aborda o tema de forma clara e canaliza sua resposta para a preocupação dos gestores num atendimento de qualidade, porém, não responde como esta qualidade é alcançada.

O entrevistado EG2 relata que mesmo com a dificuldade financeira por escassez de recursos a serem destinados para este fim, no entanto, cabe destacar que a questão em pauta é

a respeito da capacitação dos servidores públicos e o entrevistado respondeu com enfoque na sociedade como um todo.

Ambos não responderam de forma satisfatória o questionamento proposto, deixando grandes lacunas a respeito do tema. Gabardo (2002) explana a respeito da eficiência do setor público encontrar dificuldade de controle de ações, porém, a falta de eficiência encontra implicação legal por não cumprimento das respectivas regulamentações do setor. Que está respaldada de forma legal por intermédio da Emenda Constitucional 19/98, na qual a eficiência está entre os cinco princípios básicos que a Administração Pública tem que adotar conforme o Artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

4.3.4 Estrutura Relativa a Instrumentalização da Sociedade

Lemos (2007) ressalta que entre os objetivos de implantação de Cidade Digital é que estas visam a criação de infraestrutura, serviços a possibilidade de acesso público em determinada área urbana, com objetivo de criar interfaces entre os espaços eletrônicos e físicos. Isto pode acontecer com a implantação de quiosques multimídia, Teleportos, Telecentros, fator ainda em estágio precário no município de Mineiros.

De acordo com Gohn (2004) a comunidade que passa a ser protagonista da sua história é uma sociedade capaz de gerar processos autossustentáveis mediados por agentes externos. A autora destaca que o empoderamento da sociedade proporciona ao cidadão uma visão crítica da realidade social. Neste papel em particular, a Cidade Digital pode ser aplicada para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e promover o empoderamento da sociedade mineirense. A informação possibilita que o cidadão possa agir com conhecimento e procurar tomar decisões positivas a respeito das situações que o afeta de forma coletiva e individual. A questão da troca de informação entre o poder público e os cidadãos no município precisa avançar muito, é um quesito extremamente deficitário.

O Quadro 13 apresenta as perguntas de 13 até 19 que abordam questões com foco social. A importância da Cidade Digital não está apenas na instrumentalização tecnológica, como em muitos casos tende a destacar, mas está também na capacitação da sociedade e no envolvimento desta para usufruir de forma mais abrangente dos benefícios que a implantação possa proporcionar ao município. Este quadro mostra a relevância do tema e por isso possui o maior número de questionamento, sete no total.

Quadro 13: Estrutura Relativa a Instrumentalização da Sociedade – Pergunta 13

PERGUNTA – 13	O site da prefeitura disponibiliza espaço de interação entre o governo municipal e a população?
RESPOSTA EG1	Sim, porém limitado ao uso do e-mail.
RESPOSTA EG2	Não disponibiliza, neste momento o site, eu vou te dizer da seguinte forma, o recurso que tem da interação do governo municipal a população é somente o acompanhamento dos processos, por exemplo: o cidadão abriu uma demanda aqui, registrou uma demanda na prefeitura, então é criado um processo, o qual este processo depois pode ser consultado pelo site, né (sic), a única forma neste presente momento onde que há esta interação do governo com a população, é neste sentido, caso o cidadão venha requerer algum tipo de serviço ou algum tipo de recurso, uma nota fiscal que foi, está por receber, ou uma reclamação que ele veio e registrou esta reclamação e criou-se um processo em cima daquilo que ele veio requerer. Então ele tem como acompanhar aquele processo, eu acredito que aí poderia, eu diria que, taria (sic) havendo uma interação, mas fora isso ainda não existe algo mais do que isso, até porque não é só disponibilizar o recurso da interação entre o governo, essa ferramenta física, vamos dizer assim, de interação. Você teria que criar toda uma estrutura por trás disto, uma equipe onde que esta equipe iria tratar a informação ou seja uma equipe que quando aquele requerimento, aquele recurso que o cidadão está requerendo, chegasse a esta equipe, esta equipe saberia a quem direcionar, se para a saúde, se para o secretário, se para o superintendente, então temos que montar toda esta estrutura o qual não está pronta se a gente simplesmente pegar e criar um recurso deste e jogar lá no site, eu te diria que iria ser uma ilusão, algo para estar ludibriando o cidadão, porque não teria ninguém as vezes por trás para dar o respaldo daquela ferramenta.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

O entrevistado EG1 afirma que a interação é feita por meio de E-mail, já a resposta do entrevistado EG2 foi que não há disponibilidade de tal recurso, e seu enfoque foi na prestação de serviço como forma de interação.

De acordo com Casas Pérez (2014) é fundamental que o cidadão possa estabelecer contato com os governantes a fim de poderem disponibilizar informações de ordem prática do que o ocorre no meio da sociedade. Tal aspecto favorece a sociedade da informação segundo Castells (2011) pois cria uma rede entre os responsáveis das ações governamentais e os que serão beneficiados por esta ação.

Quadro 14: Estrutura Relativa a Instrumentalização da Sociedade – Pergunta 14

PERGUNTA – 14	Existe no site espaço que propicie a democracia, onde o cidadão possa manifestar sua opinião a respeito das políticas públicas municipais?
RESPOSTA EG1	Da mesma forma, através do e-mail.
RESPOSTA EG2	Existe, tem algumas ferramentas onde o cidadão pode fazer seus comentários, e emitir seus pareceres, né, esse recurso eu te diria que ele está lá disponível assim como também existe na rede social onde a pessoa pode entrar lá na página da prefeitura e tecer seus comentários e fazer seus manifestos.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

A resposta do entrevistado EG1 isto ocorre via E-mail.

EG2 comenta que existe este espaço no sitio eletrônico e ressalta que também é feito uso de redes sociais para informar e interagir com o cidadão.

Realmente existe espaço para cidadão se manifestar no sitio eletrônico da prefeitura, no entanto, esta informação, comentário ou pergunta, não são usados de forma útil. Estes dados disponibilizados pelo usuário, não são destinados para nenhum setor específico, não são encaminhados para serem usados em deliberação de alguma instancia ou setor, por tanto, são ineficazes. Intui-se então que estes dados fiquem perdidos.

Quadro 15: Estrutura Relativa a Instrumentalização da Sociedade – Pergunta 15

PERGUNTA – 15	O governo municipal faz uso de mecanismo informatizado em rede, onde o cidadão possa mostrar sua produção cultural: música, artesanato, culinária, etc?
RESPOSTA EG1	A Secretaria Municipal de Cultura, quando realiza eventos, faz a divulgação pelo site próprio, além de outras mídias.
RESPOSTA EG2	Não, não tem este recurso disponível neste momento.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

EG1 alega que a Secretaria da Cultura divulga os eventos culturais em sitio eletrônico próprio.

EG2 declara que não existe tal recurso no sitio eletrônico da prefeitura.

De acordo com Trachana (2014) a cidade é o máximo expoente da cultura e no decorrer da história nas cidades foram produzidos espaços onde acontecem rituais extraordinários. A autora acrescenta ainda de como surgem espaços lúdicos, espaço de produção cultural, entre outros, e sobre as diferentes formas de expressão da existência humana. Estes espaços têm em sua essência o caráter público al qual comporta a liberdade de expressão e a participação no exercício da cidadania. Muitos gestores não se preocupam com estes espaços no sentido físico e são usados para outros objetivos, sujos e deteriorados.

Na Cidade Digital existe espaço para esta expressão com baixo custo de manutenção, por meio de sitio eletrônico. A autora salienta que os avanços tecnológicos permitem construir um mundo onde a participação do cidadão pode ser cada vez mais prioritária e constante, na qual a tecnologia contribui para reinventar o que é comum para todos e o estar juntos. Importa que os gestores tenham esta visão de permitir espaços de expressão da cultura popular, que não seja algo simplesmente local. Mas quando está disponibilizado na rede mundial, passa a ser acessível para todos e estabelece uma rede cultural globalizada a partir da expressão local.

Quadro 16: Estrutura Relativa a Instrumentalização da Sociedade – Pergunta 16

PERGUNTA – 16	As escolas municipais possuem laboratórios de informática com internet e professores capacitados para usar os mesmos?
RESPOSTA EG1	Quase todas as escolas da rede municipal possui (sic) laboratório com internet, porém, falta domínio dos professores para a sua utilização, uma vez que o objetivo é os próprios professores serem os instrutores da utilização da tecnologia para o ensino e aprendizagem. Estamos trabalhando para disponibilizar monitores para apoio ao trabalho dos professores.
RESPOSTA EG2	As escolas muitas delas têm laboratórios de informática, inclusive na zona rural foi disponibilizado também até sinal de internet e computadores, agora o que tá (sic) deficiente é a questão do monitor nos laboratórios, isso tá (sic) uma deficiência muito grande algumas não tem, outras já tem, mas o secretário de educação, já tá (sic) trabalhando para corrigir esta situação, as vezes ele está vendo se consegue resolver isso com o pessoal da Fimes. Os formandos do curso de Ciência da Informação, porque existe a questão lá da bolsa, né, da bolsa de horas, que esqueci como que chama o termo, os bolsistas, é assim que se fala, e de repente é uma forma que seria deles paga a questão da contrapartida através desses laboratórios, ele tá (sic) checando isto direitinho. Porque também não é assim simplesmente, chegar e pegar um bolsista e jogar lá dentro, tem que haver um comprometimento por que se você inicia um trabalho deste você tem que ir até o final dele, porque senão, quem sai prejudicado seriam os alunos das escolas municipais.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

EG1 ressalta o fato de todas as escolas do município, inclusive as rurais, possuem laboratórios, o grande problema é a capacitação de professores para usar os recursos de informática.

EG2 coincide em sua resposta com EG1, mas destaca o fato de usar bolsista do curso de Sistemas de Informação do Centro Universitário de Mineiros a UNIFIMES.

Se o grande problema é a capacitação de professores para utilizar os recursos tecnológicos o ideal seria, conforme Lemos (2007) ressalta, a aplicação de medida de inclusão induzida. Esta medida implica que quem tem o poder decisório assume o papel de impulsionar a inclusão de cima para baixo por meio da capacitação dos recursos humanos a fim de capacitar a outros. Este seria o profissional da educação que atuaria como agente da inclusão dos seus alunos por meio de estratégias educacionais.

A seguir o quadro 17 explana questão de Telecentro no município.

Quadro 17: Estrutura Relativa a Instrumentalização da Sociedade – Pergunta 17

PERGUNTA – 17	Existem, no município, Telecentros para inclusão digital? Se sim, quantos? Quantas pessoas atende?
RESPOSTA EG1	O Telecentro existente é oferecido e administrado pelo Governo do Estado de Goiás.
RESPOSTA EG2	Nós temos um laboratório no prédio do Lions onde que a prefeitura fez uma parceria inclusive a secretária de ação social é que administra essa sala onde que existe lá um professor, um monitor para ministrar os cursos neste Telecentro. Neste momento existe então um Telecentro eu acredito que ele deve ter lá, eu vou chutar aqui, entre todas as turmas lá prontas de curso uns cem alunos, acredito.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

EG1 informa que o Telecentro instalado no município, é administrado pelo estado e não pelo poder municipal. E o entrevistado EG2 responde que existe um Telecentro que é uma parceria entre a Secretaria de Ação Social e o Lions Club.

O Telecentro, de acordo com o CGI (2013), nas Cidades Digitais são fornecedores de internet e disponibiliza computadores para a população a custo baixos e são altamente importantes para a inclusão digital e são cruciais para a efetivação da Cidade Digital.

Conforme Queiroz (2007) os Telecentros proporcionam características positivas no que diz respeito a inclusão digital, pois promove o acercamento das tecnologias aos cidadãos de baixa renda e possibilita por meio da rede mundial de computadores diversas oportunidades. Lemos (2007) salienta que os Telecentros devem atender as necessidades informacionais da população.

O caso de o município de Mineiros não administrar nenhum Telecentro é um fator a ser considerado como algo negativo para a diminuição das brechas digitais. Não há nos documentos nenhuma referência a Telecentros e na fala dos gestores fica evidente que este recurso não é relevante para o município. No entanto, considerando a importância do Telecentro para a inclusão digital e segundo Lemos (2007) salienta sobre a ausência de formas de inclusão digital provoca aumento da exclusão social na sociedade informacional tal fato, amplia o impacto contraproducente da situação de inclusão.

O Quadro a seguir discute sobre a questão de acessibilidade cidadã aos serviços públicos.

Quadro 18: Estrutura Relativa a Instrumentalização da Sociedade – Pergunta 18

PERGUNTA – 18	Os cidadãos e contribuintes tem acesso aos serviços municipais por meio eletrônico?
RESPOSTA EG1	Alguns serviços são oferecidos via site, como acesso a legislação usual (Lei de Diretrizes Orçamentária, Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual, Estatuto do Servidores, Licitações, Emissão de Nota Fiscal de Serviços pelas empresas e empresários do ramo de prestação de serviços, entre outros. O Sistema Nacional de Empregos (SINE) funciona no município e por ele administrado.
RESPOSTA EG2	O acesso que o cidadão tem aos serviços municipais, é apenas aquele que estão disponibilizados nos serviços online no site da prefeitura e rede social, outras ferramentas mais específicas não têm.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

EG1 ressalta que os serviços oferecidos são os que atendem normativas legais. E outros para uso dos contribuintes. Ainda destaca a administração do Sistema Nacional de Emprego. EG2 concorda com EG1 e ressalta a falta de outros recursos, sem especificar quais.

A Cidade Digital tem em sua essência a oferecer acessibilidade ao cidadão aos serviços público e permite formas de que o contribuinte não precise ir fisicamente aos

departamentos e possa, via internet, resolver boa parte dos trâmites. Segundo Maia, Gomes e Marques (2011) a aplicação das tecnologias para a sociedade melhora o acesso à informação, aos serviços públicos, e contribui para acessibilidade e interação com os governantes.

Mineiros neste aspecto está consideravelmente atendendo a população, obviamente ainda pode melhorar.

O Quadro seguinte está relacionado com a promoção da inclusão digital.

Quadro 19: Estrutura Relativa a Instrumentalização da Sociedade – Pergunta 19

PERGUNTA – 19	Quais ações do município para promover a inclusão digital?
RESPOSTA EG1	Estamos trabalhando para estruturar o sistema de gestão integrada e democratizar a comunicação. Num segundo momento, trabalhar para popularizar os cursos que permitam aperfeiçoar a utilização das TICs.
RESPOSTA EG2	Neste momento não, efetivamente não temos uma ação que promova a inclusão digital as únicas, pra não dizer que não temos nada, as únicas ferramentas que a gente tem disponível seria a rede social, onde que a prefeitura tem sua página no Facebook e o site da prefeitura, é única ação, vamos dizer assim, únicas ferramentas que faça (sic) esta inclusão digital, temos também a internet lá na praça, né (sic), a internet gratuita para as pessoas mas, como eu tinha dito lá no início e o que faz parte também da questão da Cidade Digital, não basta simplesmente você disponibilizar uma internet de graça se por trás dela você não disponibiliza uma ferramenta, um site de relacionamento, entre entidade pública e cidadão então, tá um processo iniciado mas em stand by neste momento.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

A respeito das afirmações sobre a inclusão digital, pode ser percebido que é um tema que ainda precisa ter uma maior atenção por parte do poder público. Principalmente pelo fato de que no Brasil a inclusão digital é uma preocupação para os dirigentes, de acordo com pesquisa do CGI (2014) a inclusão digital, no que se refere a políticas públicas, possui um caminho extenso por percorrer, para realizar uma redução muito significativa na brecha digital, e que estas políticas, venham a garantir de forma generalizada o acesso à internet para os cidadãos. As ações governamentais são insuficientes no quesito de reduzir as disparidades socioeconômicas entre as áreas rurais e urbanas, entre as regiões geográficas, na particularidade interna de cada região e principalmente entre as distintas classes sociais.

Mineiros não está diferente ao que ocorre em termos de inclusão digital no restante dos municípios do porte igual ao seu. A Cidade Digital tem extrema relevância ações de inclusão digital, pois esta permite a diminuição das brechas digitais (LEMOS, 2007).

No próximo tópico será argumentado pelos entrevistados a respeito da predisposição política para a implantação de Cidade Digital em Mineiros.

4.3.5 Predisposição Política

No tocante ao interesse em seguir no avanço do processo para implantar Cidade Digital no município, de acordo com o relatado no Quadro 20, fica evidente que é real por parte dos atuais gestores. Porém, como não existem documentos legais que coordenem ações para que a implantação se torne efetiva, todo este processo fica vulnerável às decisões particulares da atual gestão. Mesmo quando existe o desejo de seguir no processo de implantação os entrevistados concordam em suas falas que o grande impedimento está na questão financeira.

As perguntas deste tópico estão focadas em conhecer a existência da vontade política na implantação da Cidade Digital e saber como tem desenvolvido o processo de implantação até o atual momento e para o futuro.

O Quadro 20 a seguir expõe a questão do desejo político para avançar em implantar a Cidade Digital.

Quadro 20: Predisposição Política – Pergunta 20

PERGUNTA – 20	Há interesse em seguir avançando no processo para implantar Cidade Digital?
RESPOSTA EG1	Sim, tanto que começamos um projeto de disponibilização de sinal aberto à população e nos preocupamos em integrar toda a rede de atendimento público, via software de gestão integrada em todas as Secretarias.
RESPOSTA EG2	Sim existe interesse para implantar, pela previsão que eu estou fazendo de investimento e até por este ano ser um ano de eleições, eu acredito que a partir do ano que vem seriam duas, vamos dizer assim, duas vertentes que a gente taria (sic) avançado na questão da, vamos dizer assim, da tecnologia, seria a inclusão digital a implantação efetiva ou pelo menos iniciar efetivamente a implantação da Cidade Digital assim como avanço na área de segurança utilizando de recursos tecnológicos.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

EG1 confirma que existe interesse na implantação. EG2 também confirma o interesse e ressalta que o próximo passo é avançar na inclusão digital e na segurança com o uso de TI.

A intenção de implantação de Cidade Digital se apresenta como uma atitude do desejo dos atuais gestores, mas o fato de que não há documentação que regule para que venha a ocorrer a implantação torna frágil o processo de conclusão da mesma, pois pode ser negligenciado pelos próprios gestores atuais e pelos sucessores.

Quadro 21: Predisposição Política – Pergunta 21

PERGUNTA – 21	Existe alguma previsão de conclusão de metas para a implantação? Se sim, quais e para quando?
RESPOSTA EG1	Não, pois o projeto ainda não está concluído em razão das prioridades dadas às maiores áreas de alcance social (Saúde e Educação).
RESPOSTA EG2	Não, não existe previsão ainda, o que eu diria só que eu estou prevendo que ano que vem se inicie, mas efetivamente assim projetado, assinado, escrito não tem.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

Ambos concordam no fato de não haver previsão para a implantação EG1 salienta outras prioridades. EG2 confirma a inexistência de documentos que norteie a implantação.

Quadro 22: Predisposição Política – Pergunta 22

PERGUNTA – 22	A administração municipal tem investido na ampliação do uso de novas tecnologias que possam colaborar com a melhoria da gestão municipal?
RESPOSTA EG1	Estamos aprimorando a existente. Fizemos a implantação de um sistema de georeferenciamento para a gestão do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) através do cadastramento e utilização de imagens. Substituímos o software de emissão e gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.
RESPOSTA EG2	Os recursos que a gente tem investido neste momento na área de tecnologia, seria um melhoramento do nosso, da nossa recepção de sinal de internet para distribuição dentro dos prédios públicos, para que tenham um acesso de mais qualidade aos nossos softwares, é que na maioria deles são todos via web. Então para que haja uma melhor qualidade de atendimento ao cidadão, no que diz respeito a rapidez e eficiência, então, procuramos melhorar a recepção do sinal e distribuição do sinal de internet, dentro dos diversos órgãos públicos, e questão do software também de gestão pública, temos também investido aí bastante, trabalhamos também com um datacenter o qual tem nos proporcionado assim uma boa qualidade de trabalho.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

EG1 salienta o fato de que se investe na melhoria da tecnologia que já existe.

De acordo com EG2 o investimento prioritário está na melhoria da qualidade da internet para o uso dos órgãos públicos, outro investimento é em ter contratado um Datacenter, tal ação melhorou a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

O interesse em se tornar o município de Mineiros em Cidade Digital é percebido pelos relatos dos entrevistados, mas devido não existir leis e normativas municipais, que orientem o processo de implantação, então a implantação está sujeita a decisão de governo. Consequentemente o caso de não haver nenhum documento que institua este processo de modo legal, tal situação constitui uma forte probabilidade de que a implantação expressamente desejada, não venha a ser continuada no governo subsequente, principalmente por se tratar de intensão puramente personalista dos gestores.

Tal situação do município de Mineiros, arremete-se a reflexionar sobre a diferença entre o planejamento e a gestão. Conforme Souza (2010) discorre sobre os aspectos entre as terminologias dilucidando que ambos termos planejamento e gestão não são intercambiáveis,

por possuírem referências de tempo distintos, enquanto que planejar remete para o futuro, pois tenta prever como evoluciona determinado fenômeno e simular a maneira que se desdobra um processo. O objetivo é a prevenção de problemas com intuito de aproveitar os possíveis benefícios. Já o termo gestão, está intrinsecamente relacionado ao presente, o qual o autor explana que, o termo trata de administrar determinada questão no envolvimento de situações e recursos do presente para buscar atender as necessidades imediatas.

No tópico seguinte se analisa os processos que foram implementados a respeito do que concerne a implantação da Cidade Digital no município.

4.3.6 Processos Implementados

No quesito referente a infraestrutura lógica e física que foram implementados para a implantação de Cidade Digital, o Quadro 23 a seguir apresenta duas perguntas para evidenciar o que até o momento se encontra realizado no que se refere a infraestrutura tecnológica.

O Quadro seguinte destaca a questão da documentação por ser um quesito de bastante relevância no processo de implantação de Cidade Digital ou de qualquer norteamento das ações dos gestores. Quando existem normas e leis para nortear as ações de governo, o planejamento destas ações recebem uma pressão que advinda de uma base regulamentada não está apenas sujeita a questão da vontade do gestor.

Quadro 23: Processos Implementados – Pergunta 23

PERGUNTA – 23	Quais processos já foram implementados em termos de infraestrutura lógica e física para a implantação de Cidade Digital?
RESPOSTA EG1	Quando assumimos a administração do Município, tivemos que locar um espaço em um Datacenter para resguardar a integridade dos dados, pois encontravam vulneráveis e sem nenhum dispositivo de segurança. Para isso, foi necessário contratar mais banda de internet para migração e utilização de dados do data center (localizado em Rio Verde-GO). Melhoramos a rede de fibra ótica para atender mais órgãos públicos, instalamos sinal de internet em praça pública. Integramos outros, disponibilizamos sinal de internet para a Delegacia de Polícia, Procon-Banco do Povo e Sine, disponibilizamos sinal para a unidade de atendimento para o Vapt-Vupt.
RESPOSTA EG2	Apenas a, iniciamos apenas uma, vamos dizer assim, uma implantação de um sinal de internet gratuito numa praça que fica bem localizada, no centro da cidade, e neste momento parou por aí não houve mais nenhuma evolução, é o único recurso que a gente tem a partir daí que a gente iria criar ou ramificar esses serviços e simultaneamente iríamos aperfeiçoar também a questão de efetivar realmente a Cidade Digital, por que como eu disse, né (sic), não é simplesmente você jogar internet de graça para as pessoas você tem que agregar valores, os quais neste momento não foi possível fazer por questões financeiras

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

EG1 destaca a contratação de Datacenter para dar mais segurança aos dados, como este se encontra em outro município, impulsionou investir em maior largura de banda para

atender esta necessidade. Consequentemente tal ação provoca melhoraria na infraestrutura de rede e promove a ampliação da instalação de fibra ótica. O que possibilitou interligar os órgãos públicos e disponibilizar sinal gratuito de rede sem fio para a população.

EG2 que argumenta sob a perspectiva de disponibilidade de sinal gratuito de internet para os cidadãos como sendo a única ação que denota o processo de implantação.

É possível deduzir que a discrepância de opiniões existente, está relacionado ao ponto de vista a respeito do processo de implementação relativo a implantação de Cidade Digital, onde EG1 destaca mais avanços positivos, enquanto EG2 salienta que pouco foi realizado para esta implementação.

Segundo Rede Cidade Digital (2014), considera-se como projetos em processo de implantação de Cidades Digitais os municípios que disponibilizam sinal de internet sem fio de forma gratuita para aos cidadãos, possuam ferramentas e infraestrutura de governo eletrônico, prestam serviços de atendimento ao cidadão via internet e interligação dos órgãos públicos via cabo ótico.

O Quadro a seguir questiona a respeito da existência de normas que conduzam a efetiva implantação de Cidade Digital.

Quadro 24: Processos Implementados – Pergunta 24

PERGUNTA – 24	Existe leis municipais que direcione para a implantação de Cidade Digital no município?
RESPOSTA EG1	O Plano Plurianual, define as diretrizes do Governo, que os projetos precisam ser analisados do ponto de vista de impacto orçamentário e, quando existem situações que colocam em risco a sua execução, recomenda-se adiá-los. Como estamos vivendo um momento econômico difícil, há que se eleger prioridades em razão da escassez de recursos.
RESPOSTA EG2	Não conheço esta lei, se ela existe eu desconheço, não sei te falar sobre este assunto

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

Referente a existência de leis municipais que direcione para a implantação de Cidade Digital no município EG1 comenta sobre o Plano Plurianual como diretriz de governo, mas que os projetos necessitam ser analisados sob a ótica do impacto no orçamento e ainda argumenta. EG2 alega não conhecer nenhuma lei sobre o tema de implantação de Cidade Digital.

Na análise dos documentos mencionados por EG1 não apresentam especificamente nenhuma lei a respeito, por tanto a continuidade de projetos iniciados nesta gestão, principalmente no que se refere a Cidade Digital pode não ser completado no futuro próximo pois existe vulnerabilidade nos processos por falta de leis que o regulamente.

O tópico seguinte discute questões relativas aos obstáculos que prejudicam a devida efetivação da implantação da Cidade Digital.

4.3.7 Barreiras

As dificuldades econômicas são relatadas pelos entrevistados como a principal barreira para não avançar no processo para a implantação de Cidade Digital, de acordo apresenta no Quadro 25 que levanta esta questão.

Quadro 25: Barreiras – pergunta 25

PERGUNTA – 25	Existe alguma dificuldade estrutural, política, financeira ou social para a continuidade do processo de implantação de Cidade Digital?
RESPOSTA EG1	Sim, especialmente de ordem financeira.
RESPOSTA EG2	Neste momento, é, eu vejo duas dificuldades, a primeira seria financeira porque, por mais que o governo federal tenha algum projeto específico, a prefeitura também tem que fazer sua contrapartida até porque, temos que montar uma equipe, vamos dizer assim, de suporte para fazer a mediação entre cidadão e gestor público, por que não adianta você jogar ou solicitar ou tentar interagir com o poder público, se não tem alguém ali para fazer o meio de campo, receber e tratar aquela informação que o cidadão passou e direcionar para o local adequado. Não adianta por exemplo alguém, o cidadão requerer alguma coisa de tecnologia e mandar, vamos dizer assim, para uma equipe de jardinagem, eles não vão saber o que se trata aquilo, assim como se passar alguma coisa de jardinagem para minha superintendência, eu não vou saber lidar. Então a dificuldade financeira, ela tá (sic) em primeiro lugar porque a gente necessitaria montar uma estrutura interna e alguns investimentos estruturais, acredito que o governo federal tenha lá os seus recursos, específicos para esta questão. Mas não adianta, é como se comprasse uma ambulância e de repente a prefeitura não tivesse o motorista para dirigir aquela ambulância, eu faço mais ou menos esta analogia, então nesse momento a dificuldade seria financeira. No segundo momento por este ano ser um ano político, eu diria que seria, a questão política, só por ser um ano político, mas por parte da câmara dos vereadores, por parte do poder executivo eu não vejo nenhuma dificuldade, eu diria até que, se eu dependesse de qualquer um destes poder, com certeza eles não iriam se furtar em nos ajudar.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

EG1 declara que o maior impedimento para a implantação está na ordem financeira.

De acordo com EG2 são duas as dificuldades: a primeira é de ordem financeira, que deveria focar em preparar uma equipe que estivesse destinada a este projeto e a segunda está no fato de este ser ano de eleições municipais.

Outra vez se esbarra na questão relacionada a falta de normatização e de planejamento dos processos que podem ser positivos para a sociedade. Souza (2010) ressalta da necessidade de realizar, por parte dos gestores, esforço para imaginar o que vai acontecer no futuro.

O seguinte Quadro surge o questionamento do conhecimento e da destinação de verbas para efetivar a implantação.

Quadro 26: Barreiras – pergunta 26

PERGUNTA – 26	Há verbas designadas para a implantação de Cidade Digital? Se sim, qual a origem, municipal, estadual ou federal?
RESPOSTA EG1	Os recursos para implantação de um projeto que assegure um nível de atendimento compatível com uma cidade verdadeiramente digital são de grande monta e precisamos do apoio do governo federal, através do Ministério das Cidades e da Ciência e Tecnologia.
RESPOSTA EG2	<p>Neste momento eu não conheço uma verba, pelo menos no que diz respeito a governo municipal, eu não conheço um recurso específico para esta finalidade, a questão do governo federal, o estadual da mesma forma, o federal eu imagino que exista mas eu não aprofundi mais porque como eu sabia que teria que haver uma contrapartida do município, então não adianta eu ir lá, pegar aquele recurso lá. As vezes conseguimos o recurso atendendo todos os pré-requisitos que o governo federal exige deu (sic) recurso, tá (sic) o governo deu o recurso, deu as vezes câmaras para filmar, deu computadores, deu rádio de comunicação, deu torres, forneceu sinal de internet de graça alguma coisa assim, e daí a gente não teria, de repente uma equipe técnica aqui preparado (sic), não teríamos de repente um recurso próprio para fazer aquela contrapartida adequada.</p> <p>Então da parte que toca a nossa superintendência, eu tenho, vamos dizer assim, dó do dinheiro público, se eu chegar a pegar algum recurso, aquele recurso tem que dar resultado para a população esse sempre foi o nosso entendimento, se a gente ver que aquele recurso vai ficar congelado por algum tempo, ou não vai de alguma forma a gente não vai usufruir daquele recurso. Então eu nem peço porque, as vezes outra cidade vai utilizar melhor daquele recurso do que nós aqui parado. Porque se a gente não conseguir por aquilo para rodar (sic), é aquela questão da ambulância que citei assim como exemplo, o que que adianta eu ir lá e brigar pela ambulância aí eu conseguir duas ou três ambulâncias, aí chega aqui a ambulância, ou um ônibus escolar, aí de repente a gente não tem o motorista para dirigir, então eu nem peço porque eu sei que a gente não vai ter, vamos dizer assim, contrapartida adequada pra (sic) isso. Como pedir as pessoas certas para fazer, para chegar lá no governo federal e fazer estas solicitações o governo municipal tem, vamos dizer assim, os nossos consultores, as nossas pessoas, que fazem este projeto muito bem feito e busca este recurso, mas depois chegar e morrer na praia, não resolve, então, deixe que outro pegue que outro vá a usar, do que nós pegar e congelar aqui conosco, a partir do momento que a gente tiver preparado, tiver tudo bem organizado, muito bem elaborado e projetado, de repente aquele recurso que eu falei lá atrás, lá, onde que a FIMES nos apresentou um recurso de um software via Smart Fone para haver uma interação, a gente tivesse sentado com a FIMES e ó (sic) FIMES é eu tou (sic) com o projeto de Cidade Digital aqui, só que uma das vertentes passa por este software aqui, vocês têm pronto? Então, quando a gente pegar este projeto e pôr ele, assim, muito bem elaborado, muito projetado, então agora sim, nós estamos tudo bem organizado, agora no que diz respeito a governo federal, vamos lá pegar aquele recurso e botar para funcionar, porque o resto nós já temos pronto, nós já temos toda a nossa estrutura adequada para receber este serviço.</p>

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

EG1 enfatiza a necessidade de verba externa, no entanto não responde se existe aplicação de verbas designadas para este fim.

EG2 acredita na existência de verbas estaduais e federais, porém, salienta que ao fazer uso destes recursos externos acarreta ter contrapartida por parte daquele município que recebe o benefício e ainda destaca o fato de ocorrer a impossibilidade de uso destes recursos em tempo hábil, o que não seria adequado, então o ideal é deixar para outro município que esteja mais preparado para fazer bom uso dos recursos.

Verifica-se por meio das entrevistas que os gestores ligados à área de tecnologia do município apresentam argumentos positivos em relação a implantação de Cidade Digital. Porém ao analisar os documentos a questão de implantação de Cidade Digital é sequer mencionada. O que induz a pensar que mesmo que existe interesses para realizar a implantação por parte dos gestores, não existe respaldo legal para instituir e determinar que a consecução de implementação de Cidade Digital. Os documentos analisados não dão a sustentação necessária as formalizações da intencionalidade declarada nas entrevistas pelos gestores.

Quando confronta o estado da arte com base nos autores abordados e o que se encontra realizado no município, percebe-se que as ações que levam a efetiva implantação de Cidade Digital, acontecem sem orientação fundamentada em normas e leis. Muito ainda precisa avançar para que realmente alcance a implantação. Os acontecimentos relativos aos aspectos que denotam a intenção de instalar a Cidade Digital, está relacionado a própria aspiração dos gestores, mas sem um planejamento estruturado e legalizado.

Nas questões sociais as ações são ínfimas no que se refere a habilitar, capacitar e potencializar o cidadão para fazer uso adequado e eficiente da tecnologia como ferramenta de auxílio democrático e participativo. Também são mínimas as ações que promove o cidadão a fazer uso dos recursos computacionais, como possibilitar o cidadão manifestar suas opiniões a respeito de como são conduzidas as decisões políticas. Principalmente na participação da gestão pública de infraestrutura, devido estas serem as que afetam a sociedade de forma mais direta.

Existem algumas atitudes que foram positivas por parte do poder público municipal, como a implantação de internet gratuita no centro da cidade, a interligação por meio de fibra ótica da maioria dos órgãos públicos, porém ainda são insuficientes. As questões de infraestrutura se apresentam como as que mais atenção receberam por parte da gestão municipal, devido a que sua utilidade para exercício das atividades funcionais são as mais relevantes, pois denotam mais uteis no tocante ao fato de facilitar acesso a serviços públicos, e diminuir o gasto com pessoal, que normalmente é maior na execução do atendimento presencial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação realiza uma análise sobre as estruturas tecnológicas e políticas que existem e que são necessárias para a implantação de Cidade Digital no município de Mineiros. A efetivação desta implantação pode propiciar diversos aspectos positivos para o desenvolvimento local e regional do município.

Foi realizada revisão da literatura para um melhor entendimento do tema, marcada por autores que estudaram o assunto sobre diversos ângulos. Verifica-se que a implantação favorece a comunicação e o envolvimento social nos temas de interesse dos cidadãos e proporciona uma maior proximidade das partes governo e cidadãos.

Para análise documental, foi pesquisado o Plano Diretor da cidade de Mineiros, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), Lei do Orçamento Anual (LOA), Plano Plurianual (PPA), de acordo com os documentos apresentados e pesquisados, não foi encontrado nenhuma menção sobre implantação de Cidade Digital. Todas as ações efetuadas a respeito do processo tecnológico, acontecem de forma isolada e sem projeto ou planejamento documentado que defina ou oriente no sentido da implantação da Cidade Digital.

Na análise das entrevistas verifica-se um discurso favorável para que tal implantação ocorra futuramente, porém sem indicar quando aconteceria. Devido a questão de dificuldades diversas, entre estas: financeira, equipe destinada e especializada para tal implantação e o foco atual da administração em outras prioridades, este projeto ainda não tem tido um avanço substancial.

Fatores relacionados a infraestrutura já implementadas como: a conexão do município a outros municípios e a maior parte dos órgãos públicos via fibra ótica, sinal de internet disponível para o cidadão gratuitamente, todas as escolas municipais equipadas com laboratório de informática e com internet, programa de informática para gestão administrativa. Disponibilidade por meio do sítio eletrônico da prefeitura: comunicação informativa, serviços e documentos atendendo a lei da transparência. Mesmo que alguns dos itens mencionados precisam ser potencializados pode ser considerado um início promissor.

Ainda existem ações que precisam ser realizadas para efetivamente o município se tornar Cidade Digital. Principalmente no que se refere a capacitação dos cidadãos no uso das TICs. A respeito da inclusão digital o município carece de ações mais efetivas, especialmente por conta de que este fator guarda relações com a inclusão social.

Outro fator que se encontra de modo muito precário é a disponibilização de espaços democráticos no portal da prefeitura, via mão dupla. Espaço que o cidadão possa reportar opiniões a respeito da gestão pública, possa enviar informações que agilize ações de atendimento às necessidades dos cidadãos e particularmente no que se refere a infraestrutura.

Dentre os dispositivos que a Cidade Digital pode disponibilizar para os cidadãos o aspecto da ampliação dos canais democráticos é um dos mais importantes. Estes dispositivos podem tornar o cidadão mais participativo das decisões importantes para a melhoria da cidade e, por conseguinte do cidadão. O município de Mineiros se apresenta mais preparado no que tange aos aspectos tecnológicos do que relativo às aplicações no âmbito social, característica que necessita avançar de modo intenso.

A partir desta análise torna-se possível para os gestores direcionarem ações que visem inserir ao cidadão na sociedade da informação. Com as questões observadas no presente trabalho, exterioriza que mais que criar leis é importante estabelecer políticas públicas. Evidencia, também, que é fundamental que haja ações governamentais municipais que favoreçam os cidadãos a se envolverem mais nas questões públicas.

Após as constatações expostas neste trabalho fica evidente a necessidade de investir na inclusão digital dos cidadãos, na capacitação da comunidade mineirense para que possam bem utilizar os recursos computacionais já existentes e instalados no município.

A implantação de Cidade Digital em cidades de pequeno e médio porte se torna um fator que impulsiona o desenvolvimento regional devido as diversas possibilidades que a implantação proporciona. A efetiva implantação pode favorecer a inclusão social, a inserção dos cidadãos na sociedade do conhecimento, ampliar os canais de relacionamento entre os cidadãos e os gestores e estender o aspecto democrático na sociedade.

Mineiros possui potencial para se tornar uma Cidade Digital, no entanto, não basta apenas interesse por parte dos gestores, é preciso que os dirigentes realizem o planejamento, instituam normas e leis para nortear as ações dos gestores futuros, para que os investimentos e as previsões orçamentárias visem a devida implantação da Cidade Digital. Dessa forma, superariam a mera intencionalidade e a realização de ações isoladas para inserir a Cidade Digital como um dos vetores de desenvolvimento do município.

REFERÊNCIAS

- AHCIET- ASOCIACIÓN HISPANOAMERICANA DE CENTROS DE INVESTIGACIÓN Y EMPRESAS DE TELECOMUNICACIÓN. **Libro Blanco de Ciudades Digitales de Iberoamérica**. 2004. Disponível em: <<https://nuevasciudadesdigitales.wordpress.com/libro-blanco/>>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- BESSELAAR, V.; BECKERS, P. **Demographics and sociographics of the Digital City**. Em Community Computing and Support Systems. Berlin, Spring Verlag. 1998. p 108-124
- BNDES- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Cartilha PMAT Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos**. 2013. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/cartilha/Cartilha_PMAT_web.pdf>. Acesso em 28 de ago. 2016.
- BOURDIN, A. **A Questão Local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- _____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001. 80 p.
- _____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, F, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em 11 mar. 2016.
- _____. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 376**. 2011. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/portarias/24155-portaria-n-376-de-19-de-agosto-de-2011-com-alteracoes>>. Acesso em: 14 nov. 2015.
- _____. Ministério das Comunicações. **Balanco: Crescimento da internet móvel**. 2014. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/sala-de-imprensa/todas-as-noticias/institucionais/30310-crescimento-da-internet-movel-salta-aos-olhos-afirma-bernardo>> Acesso em 28 jan. 2016.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair Da Modernidade**. 4ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2015. 388p.
- CARNIELLO, M. F. SANTOS, M.J. **Comunicação digital na gestão pública municipal brasileira: acesso à informação e transparência**. Disponível em: <http://alaic2012.comunicacion.edu.uy/sites/default/files/gt10_carniello_dossantos.pdf> Acesso em: 02 fev. 2016.

CASAS PÉREZ, M. de la L. **Ciudades Inteligentes y Ambientes de Comunicación Digital**. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68732788001>>. Acesso em: 06 nov. 2015

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Traduzido por Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CGI- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros - TIC Domicílios 2014**. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Domicilios_2014_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. **Pesquisa sobre o uso de Telecentros no Brasil - TIC Centros Públicos de Acesso 2013**. Disponível em <<http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-centros-publicos-de-acesso-2013.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

CUNHA, M. A.; FREY, K.; DUARTE, F. **Governança local**. Curitiba: Champagnat, 2009.

FARIA, R. M. (Coord.). **Ciência, tecnologia e inovação para um Brasil competitivo**. São Paulo: SBPC, 2011. 196p. 2011.

GANN, D. M.; DODGSON, M.; BHARDWAJ, D. **Physical-digital integration in city infrastructure**. 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/220498818_Physical-digital_integration_in_city_infrastructure>. Acesso em: 24 out. 2015.

GABARDO, E. **Princípio constitucional da eficiência administrativa**. 1. Ed. São Paulo: Dialética, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAHAM, S.; MARVIN, S. **Splintering Urbanism: Networked Infrastructures, Technological Mobilities, and the Urban Condition**. London: Routledge. 2001.

GOHN, M. da G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 28 ago. 2016.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 24 out. 2015.

_____. **Estimativas de População enviadas ao TCU 2015**, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 01 de set. 2016.

ISHIDA, T.; ISBISTER, K. **Kyoto Meeting on Digital Cities**. Digital cities: Technologies, experiences, and future perspectives. Berlin: Springer, 2000.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. 2a ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KOMNINOS, N. **The Architecture of Intelligent Cities: Integrating human, collective, and artificial intelligence to enhance knowledge and innovation**. 2006. Disponível em: <<http://www.urenio.org/wp-content/uploads/2008/11/2006-The-Architecture-of-Intel-Cities-IE06.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

KOMNINOS, N. **Intelligent Cities and Globalization of Innovation Networks**, London: New York, Routledge, 2008. 307p. 24 cm.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2004.

LEMOS, A. **Cidade Digital Portais, Inclusão, e Redes no Brasil**. Salvador. EDUFBA, 2007

LEMOS, A. **Cidade-ciborgue: a cidade na cibercultura**. 2008. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/cidadeciborgue.pdf>>. Acesso em 23 out. 2015.

LEVY, P. **O que é virtual**. São Paulo: Editora 34, 1996.

LORDÊLO, T. da S. **A Comissão de Legislação Participativa: uma análise do site da comissão e suas ferramentas de interação**. 2009. 202 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Culturas Contemporâneas) – Programa de Pós-Graduação Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MAIA, R. C. M.; GOMES, W.S.; MARQUES, F. P. J. A. (Org.). **Internet e Participação Política no Brasil**. 1ed.Porto Alegre: Editora Sulina, 2011, p. 47-91.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MASSRUHÁ, S. M. F. S. et al. **Tecnologias da informação e comunicação e suas relações com a agricultura**. Brasília: Embrapa, 2014. 411 p.

MATTAR, M. E. **Emendas parlamentares podem ser uma opção de financiamento inicial**. 2009. Disponível em: <<http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/pagina/emendas-parlamentares-podem-ser-uma-opo-de-financiamento-inicial>>. Acesso em: 19 ago. 2016

MINAYO, M. C. S (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINEIROS. **A Cidade de Mineiros**. Disponível em <<http://mineiros.com/cidade/>>. Acesso em 23 ago. 2015.

_____. **Plano Diretor Democrático do Município de Mineiros**. Lei Complementar N° 31/2008 de 30 de dezembro de 2008. 2008. 62p.

NAM, T.; PARDO, T.A. **Smart city as urban innovation**. 2011. Disponível em: <https://www.ctg.albany.edu/publications/journals/icegov_2011_smartcity/icegov_2011_smartcity.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2015.

PANOS LONDON. **The case for communication in sustainable development**. London: Palos, 2007.

QUEIROZ, Â. A. **Capacitação tecnológica da população**. 1. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. 309p.

REDE CIDADE DIGITAL. **Mapa das Cidades Digitais**. 2014. Disponível em: <http://redecidadedigital.com.br/mapa_br.php>. Acesso em: 25 de ago. 2016.

_____. **Mapa das Cidades Digitais - Goiás**. 2014. Disponível em: <http://redecidadedigital.com.br/mapa_go.php>. Acesso em: 25 de ago. 2016.

RUBEN, G.; WAINER, J.; DWYER, T. **Informática, organizações e sociedade no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RUEDIGER, M. A. **Governo Eletrônico e Democracia – uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública**. Organização & Sociedade, v. 9, n. 25, set./dez. 2002.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SADAO, R. **Piraí: município digital**. In: Teixeira M., Godoy M., & Coelho C. (org.). 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania - Ciclo de premiação 2004. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania.

SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SILVA, K. C.; DA SILVA, M. J. A.; CHAVEIRO, M. S. **Qualidade no Atendimento ao Cliente em Instituição Pública de Saúde de Goiânia**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2010.

SILVA, M. J. **Mineiros: memória Cultural**. Goiânia: Líder, 1980. v.1000. 144p.

SILVA, M. J. **Quilombos do Brasil Central: Violência e Resistência Escrava 1919-1888**. Goiânia: Kelps, 2003.

SIMÃO, J. B. **A concepção de um modelo de cidade digital baseado nas necessidades informacionais do cidadão: o caso dos municípios brasileiros de pequeno porte.** Brasília: UNB, 2010. 134 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Departamento de Ciência da Informação e Documentação de Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos.** 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 558p.

TANCMAN, M. **A (Ciber) geografia das Cidades Digitais.** 2004. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-170-36.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

TANENBAUM, A. S. **Redes de computadores.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TRACHANA, A. **Urbe Ludens.** Ed.: Trea, Gijón Ano: 2014.

UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – UIT. 2013. **ITU ICT-Eye.** Disponível em: <<https://www.itu.int/net4/itu-d/icteye/Topics.aspx?TopicID=7>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

As perguntas seguirão os seguintes pontos:

Caracterização do entrevistado:

- 1- Qual a área de sua formação?
- 2- Qual é o cargo que ocupa?
- 3- Quanto tempo está atuando neste cargo?
- 4- Como foi o processo de contratação para este cargo?

Conceito de Cidade Digital:

- 5- Pode definir seu entendimento sobre o que é Cidade Digital?
- 6- O governo local tem projeto para implantar a Cidade Digital? Se sim, como foi elaborado?
- 7- Conhece projetos de governo federal ou estadual para a implantação de Cidade Digital?

Estrutura tecnológica e de gestão:

- 8- Os órgãos municipais são interligados com fibra ótica?
- 9- O município disponibiliza sinal gratuito de internet para a população? Se sim, como é a infraestrutura, quantos pontos de acesso?
- 10- O site do governo municipal segue o padrão determinado pelo governo federal e é atualizado periodicamente?
- 11- As atividades burocráticas dos servidores são geridas por um sistema de gestão informatizado?
- 12- Há incentivo na formação continuada dos servidores no uso das TICs no intuito de promover a cidadania?

Estrutura instrumentalização da sociedade:

- 13- O site da prefeitura disponibiliza espaço de interação entre o governo municipal e a população?
- 14- Existe no site espaço que propicie a democracia, onde o cidadão possa manifestar sua opinião a respeito das políticas públicas municipais?

- 15- O governo municipal, faz uso de mecanismo informatizado em rede, onde o cidadão possa mostrar sua produção cultural: música, artesanato, culinária, etc?
- 16- As escolas municipais possuem laboratórios de informática com internet e professores capacitados para usar os mesmos?
- 17- Existe no município Telecentros para inclusão digital? Se sim, quantos? Quantas pessoas atende?
- 18- Os cidadãos e contribuintes tem acesso aos serviços municipais por meio eletrônico?
- 19- Quais ações do município para promover a inclusão digital?

Predisposição política:

- 20- Há interesse em seguir avançando no processo para implantar Cidade Digital?
- 21- Existe alguma previsão de conclusão de metas para a implantação? Se sim, quais e para quando?
- 22- A administração municipal tem investido na ampliação do uso de novas tecnologias que possam colaborar com a melhoria da gestão municipal?

Processos já implementados:

- 23- Quais processos já foram implementados em termos de infraestrutura lógica e física para a implantação de Cidade Digital?
- 24- Existe leis municipais que direcione para a implantação de Cidade Digital no município?

Barreiras para a implantação:

- 25- Existe alguma dificuldade estrutural, política, financeira ou social para a continuidade do processo de implantação de Cidade Digital?
- 26- Há verbas designadas para a implantação de Cidade Digital? Se sim, qual a origem, municipal, estadual ou federal?

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA EG1

Caracterização do entrevistado:

1- Qual a área de sua formação?

Administração, com especialização em Gestão e Docência Universitária pela UNIFIMES.

2- Qual é o cargo que ocupa?

Secretário Municipal de Administração, Tecnologia e Recursos Humanos e Secretaria Municipal de Educação

3- Quanto tempo está atuando neste cargo?

No primeiro, 38 meses e no segundo há 12 meses.

4- Como foi o processo de contratação para este cargo?

Decreto de Nomeação, por iniciativa do Prefeito Municipal

Conceito de Cidade Digital:

5- Pode definir seu entendimento sobre o que é Cidade Digital?

Cidades que estão fortemente integradas aos sistemas de comunicação, com a utilização da telecomunicação e informática, onde a maioria da população tem acesso às informações, disponibilizadas pela rede mundial de computadores (web)

6- O governo local tem projeto para implantar a Cidade Digital? Se sim, como foi elaborado?

O Município já tem parte da sua estrutura de comunicação de dados, integrado todas as Secretarias numa mesma base de dados, através de um sistema integrado de gestão que permite a utilização, não só pelos servidores, mas a população em geral, como a emissão de certidões e guias de recolhimentos, além de canal de comunicação com o cidadão, através do seu sítio na internet.

A sua concepção atende em grande parte às exigências da legislação pública, além de atender a lei de acesso à informação. O software foi contratado por atender as exigências dos órgãos fiscalizadores, como o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO).

Começamos um projeto de democratização do acesso à web, através da disponibilização de sinal aberto em praça pública para o cidadão acessar a internet. A ideia é colocar mais pontos de acessos em outros locais de grande concentração pública (praças).

7- Conhece projetos de governo federal ou estadual para a implantação de Cidade Digital?

O Município tem como prioridade a Saúde e a Educação e todos os esforços têm sido canalizados para estas duas áreas. Porém, as demais áreas têm recebido atenção, especialmente de infraestrutura.

A prioridade da comunicação eletrônica tem restringido ao atendimento do funcionamento da administração como um todo.

Estrutura tecnológica e de gestão:

8- Os órgãos municipais são interligados com fibra ótica?

Grande parte da estrutura está interligada, com a utilização da fibra ótica, porém, existem alguns pontos que são atendidos por outros meios, como a ADSL e RÁDIO.

9- O município disponibiliza sinal gratuito de internet para a população? Se sim, como é a infraestrutura, quantos pontos de acesso?

Sim. Num projeto piloto foi disponibilizado o sinal de internet na Praça Deputado José Alves de Assis, ou seja, apenas num local. Porém, todas as escolas da rede pública municipal possuem sinal de internet para utilização pela administração escolar. Como estas escolas atendem somente a 1ª fase do ensino fundamental, ainda não foi disponibilizado sinal aberto. Com recursos do Governo Federal, foram disponibilizados sinal de internet em todas as escolas da zona rural, em número de 11 unidades, através de satélite.

10- O site do governo municipal segue o padrão determinado pelo governo federal e é atualizado periodicamente?

Não existe um padrão determinado pelo governo federal. O que existe é a Lei de Acesso à Informação que precisa ser atendida, ou seja, que as informações sobre a gestão seja disponibilizada para o cidadão. Além disso, são colocadas à disposição, informações, notícias, serviços e outros links importantes.

11- As atividades burocráticas dos servidores são geridas por um sistema de gestão informatizado?

Todas as atividades que precisam ser desenvolvidas, e que seguem padrões de execução, são todas realizadas através do software de gestão pública PRODATA.

12- Há incentivo na formação continuada dos servidores no uso das TICs no intuito de promover a cidadania?

Pelo fato da administração se utilizar de um software de gestão integrada, a preocupação tem sido no sentido de que o servidor tenha domínio da ferramenta para prestar um atendimento de qualidade.

Estrutura instrumentalização da sociedade:

13- O site da prefeitura disponibiliza espaço de interação entre o governo municipal e a população?

Sim, porém limitado ao uso do e-mail.

14- Existe no site espaço que propicie a democracia, onde o cidadão possa manifestar sua opinião a respeito das políticas públicas municipais?

Da mesma forma, através do e-mail.

15- O governo municipal faz uso de mecanismo informatizado em rede, onde o cidadão possa mostrar sua produção cultural: música, artesanato, culinária, etc?

A Secretaria Municipal de Cultura, quando realiza eventos, faz a divulgação pelo site próprio, além de outras mídias.

16- As escolas municipais possuem laboratórios de informática com internet e professores capacitados para usar os mesmos?

Quase todas as escolas da rede municipal possui laboratório com internet, porém falta domínio dos professores para a sua utilização, uma vez que o objetivo é os próprios professores serem os instrutores da utilização da tecnologia para o ensino e aprendizagem. Estamos trabalhando para disponibilizar monitores para apoio ao trabalho dos professores.

17- Existem, no município, Telecentros para inclusão digital? Se sim, quantos? Quantas pessoas atende?

O Telecentro existente é oferecido e administrado pelo Governo do Estado de Goiás.

18- Os cidadãos e contribuintes tem acesso aos serviços municipais por meio eletrônico?

Alguns serviços são oferecidos via site, como acesso a legislação usual (Lei de Diretrizes Orçamentária, Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual, Estatuto do Servidores, Licitações, Emissão de Nota Fiscal de Serviços pelas empresas e empresários do ramo de prestação de serviços, entre outros. O Sistema Nacional de Empregos (SINE) funciona no município e por ele administrado.

19- Quais ações do município para promover a inclusão digital?

Estamos trabalhando para estruturar o sistema de gestão integrada e democratizar a comunicação. Num segundo momento, trabalhar para popularizar os cursos que permitam aperfeiçoar a utilização das TICs.

Predisposição política:

20- Há interesse em seguir avançando no processo para implantar Cidade Digital?

Sim, tanto que começamos um projeto de disponibilização de sinal aberto à população e nos preocupamos em integrar toda a rede de atendimento público, via software de gestão integrada em todas as Secretarias.

21- Existe alguma previsão de conclusão de metas para a implantação? Se sim, quais e para quando?

Não, pois o projeto ainda não está concluído em razão das prioridades dadas às maiores áreas de alcance social (Saúde e Educação)

22- A administração municipal tem investido na ampliação do uso de novas tecnologias que possam colaborar com a melhoria da gestão municipal?

Estamos aprimorando a existente. Fizemos a implantação de um sistema de georeferenciamento para a gestão do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) através do cadastramento e utilização de imagens. Substituímos o software de emissão e gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

Processos já implementados:

23- Quais processos já foram implementados em termos de infraestrutura lógica e física para a implantação de Cidade Digital?

Quando assumimos a administração do Município, tivemos que locar um espaço em um datacenter para resguardar a integridade dos dados, pois encontravam vulneráveis e sem nenhum dispositivo de segurança. Para isso, pois necessário contratar mais banda de internet para migração e utilização de dados do data center (localizado em Rio Verde-GO). Melhoramos a rede de fibra ótica para atender mais órgãos públicos, instalamos sinal de internet em praça pública. Integramos outros, disponibilizamos sinal de internet para a Delegacia de Polícia, Procon-Banco do Povo e Sine, disponibilizamos sinal para a unidade de atendimento para o Vapt-Vupt.

24- Existe leis municipais que direcionem para a implantação de Cidade Digital no município?

O Plano Plurianual, e define as diretrizes do Governo, que os projetos precisam ser analisados do ponto de vista de impacto orçamentário e, quando existem situações que colocam em risco a sua execução, recomenda-se adiá-los. Como estamos vivendo um momento econômico difícil, há que se eleger prioridades em razão da escassez de recursos.

Barreiras para a implantação:

25- Existe alguma dificuldade estrutural, política, financeira ou social para a continuidade do processo de implantação de Cidade Digital?

Sim, especialmente de ordem financeira.

26- Há verbas designadas para a implantação de Cidade Digital? Se sim, qual a origem, municipal, estadual ou federal?

Os recursos para implantação de um projeto que assegure um nível de atendimento compatível com uma cidade verdadeiramente digital são de grande monta e precisamos do apoio do governo federal, através do Ministério das Cidades e da Ciência e Tecnologia.

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA EG2

Caracterização do entrevistado:

1- Qual a área de sua formação?

Eu não tenho uma formação acadêmica, no entanto já trabalho na área de informática há vários anos, né, desde 1987, fiz cursos nas áreas pertinentes de TI, cursos em centros credenciados da Microsoft, e sempre tive uma parceria com pessoas a fins, as quais, ao longo destes anos de trabalho, nesta área de tecnologia fui aprendendo a lidar com a área de tecnologia e desenvolvimento a qual eu comecei em 89, e a partir de 2008, passei mais a gerir a área de TI, ao invés de desenvolver.

2- Qual é o cargo que ocupa?

Hoje ocupo o cargo de superintendente de tecnologia.

3- Quanto tempo está atuando neste cargo?

Desde o ano de 2013, janeiro de 2013.

4- Como foi o processo de contratação para este cargo?

A equipe administrativa desta prefeitura precisava de alguém com experiência em empresas grandes, como por exemplo a nível da Comiva, a qual eu já trabalhei, a nível da Comajul, que é uma grande cooperativa do Mato Grosso, então seria alguém que tivesse trabalhando na área de TI e gestão de empresas grandes e que transmitisse, tivesse uma vida ética, a qual transmitisse muita confiança e responsabilidade, por que esta área a qual eu atuo hoje, o que o prefeito e sua equipe mais me cobrou, é o que eu tenho no meu, é vamos dizer assim, na minha personalidade, responsabilidade, ética e pessoa de extrema confiança, porque um dado mal interpretado ou mal informado a população ou a quem for de direito pode prejudicar o andamento dos trabalhos.

Conceito de Cidade Digital:

5- Pode definir seu entendimento sobre o que é Cidade Digital?

Perfeitamente, Cidade Digital ela, quando uma pessoa lê esta, vamos dizer simplesmente, essa tecnologia pensa que é fornecimento de internet de graça para as pessoas, não é bem isso, o que eu entendo de Cidade Digital é como se fosse uma criação de uma cumplicidade entre administração pública e população, onde

que as informações, como um todo, solicitações, houvesse fosse uma via de mão dupla onde que a população pudesse interagir mais com a prefeitura, fazendo solicitações recebendo de volta o status atual daquela solicitação feita, enfim, usando todos os recursos disponíveis pra que essa integração, população e gestão pudesse acontecer.

- 6- O governo local tem projeto para implantar a Cidade Digital? Se sim, como foi elaborado?

Bom é, a atual administração e como qualquer outra que se encontra no país neste momento, encontra-se numa grande dificuldade financeira, isso aí, é notado pelas reportagens dos vários jornais, televisão, revistas, então o que a gente tem pronto hoje disponível, seria aqueles recursos onde, que houvesse menos investimento, e fosse, vamos dizer assim, o mais barato possível, que seria a utilização de redes sociais, o próprio site da prefeitura, onde a pessoa pode tá, alí buscando uma informação de um processo em andamento, temos lá os serviços online, onde que a pessoa pode, digitar o número do processo dela, e acompanhar ni (sic) qual secretária, aquele processo está, então é uma forma de integração que tem disponível neste momento.

Projetos futuros, temos também só que, é, depende muito da questão financeira neste momento, não sei se eu consegui responder, temos o projeto vamos dizer assim neste momento está em stand by, inclusive neste projeto gostaria muito de frisar, porque quando eu iniciei com ele, logo eu recebi a equipe de TI da Fimes, a qual me mostrou uma ferramenta que eu já tava, vamos dizer assim, pesquisando sobre ela, e de repente eles chegaram com esta ferramenta pronta, onde ela me ofereceu recurso de integração entre população e prefeitura, onde poderia requisitar diversos tipos de serviços e ao mesmo tempo acompanhar o andamento daquele serviço, eu não vou, vamos dizer assim, cobrar nada da Fimes até por que nós é que freamos esta atuação, caso contrário teríamos cobrado mais junto a Fimes que desse o retorno deste projeto.

- 7- Conhece projetos de governo federal ou estadual para a implantação de Cidade Digital?

Conheço pouco, vou ser sincero com você, conheço poucos projetos neste sentido eu sei que existem o Governo Federal, é, eu sei que ele tem recursos até pra este tipo de atividade, né, mas neste momento conheço poucos recursos tenho pouco conhecimento deste assunto.

Estrutura tecnológica e de gestão:

8- Os órgãos municipais são interligados com fibra ótica?

Muitos órgãos são interligados, inclusive utilizando fibra de propriedade da própria prefeitura, dia 21 eu estive até reunido com um representante um gestor de TI da área de software da secretária de saúde aonde estamos com um projeto de interligar, as unidades, todas as unidades de saúde via fibra, né, só que nesse ponto nós já não utilizaremos recursos próprios porque seria um investimento alto, o qual, as vezes, agente iria imobilizar um, vamos dizer assim, um patrimônio onde que a depreciação é muito grande, além do que, temos também a manutenção que também é grande pelo volume de serviços que vamos enfrentar, então neste caso da saúde já optamos por utilizar um serviço terceirizado acreditamos que seria um melhor resultado para prefeitura, para esta gestão e as gestões que hão de vir.

9- O município disponibiliza sinal gratuito de internet para a população? Se sim, como é a infraestrutura, quantos pontos de acesso?

Hoje nós temos em pleno funcionamento uma distribuição de internet gratuito lá na praça José de Assis, bem no centro da cidade, como lá naquela região, temos uma fibra de nossa propriedade, que passa por ali, por aquela localidade, então eu optei em pegar um ramal desta fibra e conectar no poste que temos lá na praça central e o sinal sai daqui de dentro da prefeitura, então mandamos para lá um sinal, é, via fibra partindo do prédio da prefeitura, então neste momento é o único sinal que a gente tem de distribuição gratuita, os outros projetos que a gente iria instalar que seria na praça ali da região, conhecido como Bauhaus, tínhamos também uma outra região que agora não me lembro aqui ao certo, não sei se foi pra feira municipal, foi congelado porque houve a necessidade de frearmos alguns investimentos, em virtude de estar fazendo um grande investimento na área de saúde.

10- O site do governo municipal segue o padrão determinado pelo governo federal e é atualizado periodicamente?

Sim, ele segue inclusive, existe órgãos fiscalizadores por parte do governo, o qual até a gente foi, se eu não me engano, foi acionado pelo TCM, onde que a gente deveria disponibilizar as

funções do site de forma mais acessível para o cidadão, então, somos fiscalizados e a partir do momento que a gente atendeu aquela adequação que eles pediram, deu-se por satisfeito e está atendendo a necessidade.

11- As atividades burocráticas dos servidores são geridas por um sistema de gestão informatizado?

Ainda não temos este recurso disponível, de controle das atividades dos servidores, é, gostaria apenas de ressaltar que nós iniciamos um serviço de avaliação até de atendimento que a princípio era para funcionar ali na questão da arrecadação, ali no IPTU, onde que o cidadão poderia avaliar até o atendimento, mais por um motivo administrativo, um problema administrativo, que já está sendo corrigido, este projeto foi adiado um pouco, no momento temos, resumindo não temos nenhum tipo de software ou qualquer recurso que seja para gerir, é, para gerir as atividades burocráticas.

12- Há incentivo na formação continuada dos servidores no uso das TICs no intuito de promover a cidadania?

O governo municipal, ele, ele tá, neste momento, como é que, eu fico até repetindo, né, enfrentando uma dificuldade muito grande por conta de recurso financeiro mesmo, mas, é, eu sinto dele, isso eu posso te falar, por que eu convivo com esta gestão desde o início dela, eles incentivam todas as secretárias a evoluir naquilo que lhes são pertinentes, no caso da questão da cidadania infelizmente os recursos não estão acessíveis para nós, o governo federal por exemplo já cortou muito investimento, o governo estadual também nem se fale, e a arrecadação municipal acaba sendo assim, um efeito cascada, também foi prejudicada, então hoje nós não temos este investimento, é, desse incentivo, que vontade de investir o governo tem o governo municipal tem, sempre que há reuniões ou eventos, o qual, envolve alguma questão, assim, social, envolve questão da comunidade, onde que a gente possa estar criando recursos ou condições de haver esta integração, entre município e cidadão, está sendo realizado evento, a exemplo disto seria o governo itinerante foi realizado dois, do meu conhecimento, um foi ali na escola Dom Bosco no setor Taninho, o outro foi no setor, lá atrás da igreja São Bento, Alvina Paniago, se não me engano o nome, foi uma forma que o governo conseguiu fazer, de uma forma barata, mas que também dá seu resultado, onde que há esta integração ou esta promoção da cidadania, porque lá foi levado secretária de saúde, esteve presente secretária da educação, esteve presente os advogados através da procuradoria onde

houve várias orientações jurídicas, acredito ter atendido o anseio das pessoas naquele momento.

Estrutura instrumentalização da sociedade:

13- O site da prefeitura disponibiliza espaço de interação entre o governo municipal e a população?

Não disponibiliza, neste momento o site, eu vou te dizer da seguinte forma, o recurso que tem da interação do governo municipal a população é somente o acompanhamento dos processos, por exemplo: o cidadão abriu uma demanda aqui, registrou uma demanda na prefeitura, então é criado um processo, o qual este processo depois pode ser consultado pelo site, né, a única forma neste presente momento onde que há esta interação do governo com a população, é neste sentido, caso o cidadão venha requerer algum tipo de serviço ou algum tipo de recurso, uma nota fiscal que foi, está por receber, ou uma reclamação que ele veio e registrou esta reclamação e criou-se um processo em cima daquilo que ele veio requerer, então ele tem como acompanhar aquele processo, eu acredito que aí poderia, eu diria que, taria havendo uma interação, mas fora isso ainda não existe algo mais do que isso, até porque não é só disponibilizar o recurso da interação entre o governo, essa ferramenta física, vamos dizer assim, de interação, você teria que criar toda uma estrutura por trás disto, uma equipe onde que esta equipe iria tratar a informação ou seja uma equipe que quando aquele requerimento, aquele recurso que o cidadão está requerendo, chegasse a esta equipe, esta equipe saberia a quem direcionar, se para a saúde, se para o secretário, se para o superintendente, então temos que montar toda esta estrutura o qual não está pronta se a gente simplesmente pegar e criar um recurso deste e jogar lá no site, eu te diria que iria ser uma ilusão, algo para estar ludibriando o cidadão, porque não teria ninguém as vezes por trás para dar o respaldo daquela ferramenta.

14- Existe no site espaço que propicie a democracia, onde o cidadão possa manifestar sua opinião a respeito das políticas públicas municipais?

Existe, tem algumas ferramentas onde o cidadão pode fazer seus comentários, e emitir seus pareceres, né, esse recurso eu te diria que ele está lá disponível assim como também existe na rede social onde a pessoa pode entrar lá na página da prefeitura e tecer seus comentários e fazer seus manifestos.

15- O governo municipal, faz uso de mecanismo informatizado em rede, onde o cidadão possa mostrar sua produção cultural: música, artesanato, culinária, etc?

Não, não tem este recurso disponível neste momento.

16- As escolas municipais possuem laboratórios de informática com internet e professores capacitados para usar os mesmos?

As escolas muitas delas têm laboratórios de informática, inclusive na zona rural foi disponibilizado também até sinal de internet e computadores, agora o que tá deficiente é a questão do monitor nos laboratórios, isso tá uma deficiência muito grande algumas não tem, outras já tem, mas o secretário de educação, já tá trabalhando para corrigir esta situação, as vezes ele está vendo se consegue resolver isso com o pessoal da Fimes, os formandos do curso de Ciência da Informação, porque existe a questão lá da bolsa, né, da bolsa de horas, que esqueci como que chama o termo, os bolsistas, é assim que se fala, e de repente é uma forma que seria deles paga a questão da contrapartida através desses laboratórios, ele tá checando isto direitinho, porque também não é assim simplesmente, chegar e pegar um bolsista e jogar lá dentro, tem que haver um comprometimento por que se você inicia um trabalho deste, você tem que ir até o final dele, porque senão, quem sai prejudicado seriam os alunos das escolas municipais.

17- Existe no município Telecentros para inclusão digital? Se sim, quantos? Quantas pessoas atende?

Nós temos um laboratório no prédio do Lions onde que a prefeitura fez uma parceria inclusive a secretária de ação social é que administra essa sala onde que existe lá um professor, um monitor para ministrar os cursos neste Telecentro, neste momento existe então um Telecentro eu acredito que ele deve ter lá, eu vou chutar aqui, entre todas as turmas lá prontas de curso uns cem alunos, acredito.

18- Os cidadãos e contribuintes tem acesso aos serviços municipais por meio eletrônico?

O acesso que o cidadão tem aos serviços municipais, é apenas aquele que estão disponibilizados nos serviços online no site da prefeitura e rede social, outras ferramentas mais específicas não têm.

19- Quais ações do município para promover a inclusão digital?

Neste momento não, efetivamente não temos uma ação que promova a inclusão digital as únicas, pra não dizer que não temos nada, as únicas ferramentas que a gente tem disponível seria a rede social, onde que a prefeitura tem sua página no Facebook e o site da prefeitura, é única ação, vamos dizer assim, únicas ferramentas que faça esta inclusão digital, temos também a internet lá na praça, né, a internet gratuita para as pessoas mas, como eu tinha dito lá no início e o que faz parte também da questão da Cidade Digital, não basta simplesmente você disponibilizar uma internet de graça se por trás dela você não disponibiliza uma ferramenta, um site de relacionamento, entre entidade pública e cidadão então, tá um processo iniciado mas em stand by neste momento.

Predisposição política:

20- Há interesse em seguir avançando no processo para implantar Cidade Digital?

Sim existe interesse para implantar, pela previsão que eu estou fazendo de investimento e até por este ano ser um ano de eleições, eu acredito que a partir do ano que vem seriam duas, vamos dizer assim, duas vertentes que a gente taria avançado na questão da, vamos dizer assim, da tecnologia, seria a inclusão digital a implantação efetiva ou pelo menos iniciar efetivamente a implantação da Cidade Digital assim como avanço na área de segurança utilizando de recursos tecnológicos.

21- Existe alguma previsão de conclusão de metas para a implantação? Se sim, quais e para quando?

Não, não existe previsão ainda, o que eu diria só que eu estou prevendo que ano que vem se inicie, mas efetivamente assim projetado, assinado, escrito não tem.

22- A administração municipal tem investido na ampliação do uso de novas tecnologias que possam colaborar com a melhoria da gestão municipal?

Os recursos que a gente tem investido neste momento na área de tecnologia, seria um melhoramento do nosso, da nossa recepção de sinal de internet para distribuição dentro dos prédios públicos, para que tenham um acesso de mais qualidade aos nossos softwares, é que na maioria deles são todos via web, então para que haja uma melhor qualidade de atendimento ao cidadão, no que diz respeito a rapidez e eficiência, então, procuramos melhorar a recepção do sinal e distribuição do sinal de internet, dentro dos diversos órgãos públicos, e questão do software também de gestão pública, temos também investido aí bastante, trabalhamos também com um datacenter o qual tem nos proporcionado assim uma boa qualidade de trabalho.

Processos já implementados:

23- Quais processos já foram implementados em termos de infraestrutura lógica e física para a implantação de Cidade Digital?

Apenas a, iniciamos apenas uma, vamos dizer assim, uma implantação de um sinal de internet gratuito numa praça que fica bem localizada, no centro da cidade, e neste momento parou por aí não houve mais nenhuma evolução, é o único recurso que a gente tem a partir daí que a gente iria criar ou ramificar esses serviços e simultaneamente iríamos aperfeiçoar também a questão de efetivar realmente a Cidade Digital, por que como eu disse, né, não é simplesmente você jogar internet de graça para as pessoas você tem que agregar valores, os quais neste momento não foi possível fazer por questões financeiras

24- Existe leis municipais que direcionem para a implantação de Cidade Digital no município?

Não conheço esta lei, se ela existe eu desconheço, não sei falar sobre este assunto.

Barreiras para a implantação:

25- Existe alguma dificuldade estrutural, política, financeira ou social para a continuidade do processo de implantação de Cidade Digital? 22:30

Neste momento, é, eu vejo duas dificuldades, a primeira seria financeira porque, por mais que o governo federal tenha algum projeto específico, a prefeitura também tem que fazer sua contrapartida até porque, temos que montar uma equipe, vamos dizer assim, de suporte para fazer a mediação entre cidadão e gestor público, por que não adianta você jogar ou solicitar ou tentar interagir com o poder público, se não tem alguém ali para fazer o meio de campo, receber e tratar aquela informação que o cidadão passou e direcionar para o local adequado, não adianta por exemplo alguém o cidadão requerer alguma coisa de tecnologia e mandar, vamos dizer assim, para uma equipe de jardinagem, eles não vão saber o que se trata aquilo, assim como se passar alguma coisa de jardinagem para minha superintendência, eu não vou saber lidar, então, a dificuldade financeira, ela tá em primeiro lugar porque a gente necessitaria montar uma estrutura interna e alguns investimentos estruturais, acredito que o governo federal tenha lá os seus recursos, específicos para esta questão, mas não adianta, é como se comprasse uma ambulância e de repente a prefeitura não tivesse o motorista para dirigir aquela ambulância, eu faço mais ou menos esta analogia, então nesse momento a dificuldade seria financeira, no segundo momento por este ano ser um ano político, eu diria

que seria, a questão política, só por ser um ano político, mas por parte da câmara dos vereadores, por parte do poder executivo eu não vejo nenhuma dificuldade, eu diria até que, se eu dependesse de qualquer um destes poder, com certeza eles não iriam se furtar em nos ajudar.

26- Há verbas designadas para a implantação de Cidade Digital? Se sim, qual a origem, municipal, estadual ou federal?

Neste momento eu não conheço uma verba, pelo menos no que diz respeito a governo municipal, eu não conheço um recurso específico para esta finalidade, a questão do governo federal, o estadual da mesma forma, o federal eu imagino que exista mas eu não aprofundi mais porque como eu sabia que teria que haver uma contrapartida do município, então não adianta eu ir lá, pegar aquele recurso lá, as vezes conseguimos o recurso atendendo todos os pré-requisitos que o governo federal exige deu recurso, tá o governo deu o recurso, deu as vezes câmaras para filmar, deu computadores, deu rádio de comunicação, deu torres, forneceu sinal de internet de graça alguma coisa assim, e daí a gente não teria, de repente uma equipe técnica aqui preparado não teríamos de repente um recurso próprio para fazer aquela contrapartida adequada, então da parte que toca a nossa superintendência, eu tenho, vamos dizer assim, dó do dinheiro público, se eu chegar a pegar algum recurso, aquele recurso tem que dar resultado para a população esse sempre foi o nosso entendimento, se a gente ver que aquele recurso vai ficar congelado por algum tempo, ou não vai de alguma forma a gente não vai usufruir daquele recurso, então eu nem peço porque, as vezes outra cidade vai utilizar melhor daquele recurso do que nós aqui parado, porque se a gente não conseguir por aquilo para rodar, é aquela questão da ambulância que citei assim como exemplo, o que que adianta eu ir lá e brigar pela ambulância aí eu conseguir duas ou três ambulâncias, aí chega aqui a ambulância, ou um ônibus escolar, aí de repente a gente não tem o motorista para dirigir, então eu nem peço porque eu sei que a gente não vai ter, vamos dizer assim, contrapartida adequada pra isso, como pedir as pessoas certas para fazer, para chegar lá no governo federal e fazer estas solicitações o governo municipal tem, vamos dizer assim, os nossos consultores, as nossas pessoas, que fazem este projeto muito bem feito e busca este recurso, mas depois chegar e morrer na praia, não resolve, então, deixe que outro pegue que outro vá a usar, do que nós pegar e congelar aqui conosco, a partir do momento que a gente tiver preparado, tiver tudo bem organizado, muito bem elaborado e projetado, de repente aquele recurso que eu falei lá atrás, lá, onde que a Fimes nos apresentou um recurso de um software via Smart Fone para haver uma interação, a gente tivesse sentado com a Fimes e ó Fimes é eu tou com o projeto de

Cidade Digital aqui, só que uma das vertentes passa por este software aqui, vocês têm pronto? Então, quando a gente pegar este projeto e pôr ele, assim, muito bem elaborado, muito projetado, então agora sim, nós estamos tudo bem organizado, agora no que diz respeito a governo federal, vamos lá pegar aquele recurso e botar para funcionar, porque o resto nós já temos pronto, nós já temos toda a nossa estrutura adequada para receber este serviço.

ANEXO A – TERMO LIVRE E ESCLARECIDO INDIVIDUAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa está sendo realizada por Claudinei de Sousa Fernandes, aluno do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté (PPGA), como monografia, sendo orientada e supervisionada pelo professor Profa. Dra. Monica Franchi Carniello.

Seguindo os preceitos éticos, informamos que sua participação será absolutamente sigilosa, não constando seu nome ou qualquer outro dado que possa identificá-lo no manuscrito final da monografia ou em qualquer publicação posterior sobre esta pesquisa.

Pela natureza da pesquisa, sua participação não acarretará em quaisquer danos para sua pessoa. A seguir, damos as informações gerais sobre esta pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação que V.S. desejar, poderá ser fornecida junto ao aluno-pesquisador ou pelo professor orientador.

TEMA DA PESQUISA: ESTUDO DE VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DA CIDADE DIGITAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE MINEIROS.

OBJETIVO: Verificar junto ao poder público de Mineiros como estão as estruturas tecnológica e política existentes e necessárias para a implantação da Cidade Digital.

PROCEDIMENTO: aplicação de entrevista

SUA PARTICIPAÇÃO: ceder a entrevista

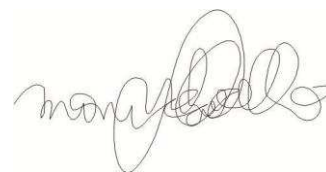
Após a conclusão da pesquisa, prevista para mês de 2016, uma monografia, contendo todos os dados e conclusões, estará à disposição na Biblioteca da Universidade de Taubaté. O nome da instituição não será revelado no documento final.

V.S. terá a total liberdade para recusar sua participação, assim como solicitar a exclusão de seus dados, retirando seu consentimento sem qualquer penalização ou prejuízo.

Agradecemos sua participação, enfatizando que a mesma em muito contribuiu para a construção de um conhecimento atual na área.

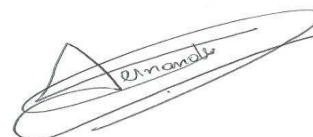
Contato do pesquisador: (64) 8419-0345 fone/ e-mail claudinei@fimes.edu.br

Taubaté, 27 de janeiro de 2016.



Prof. Orientador Monica Franchi Carniello

RG 20.931.875-2



Aluno Claudinei de Sousa Fernandes

RG 2.343.261 SSP/GO

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento, eu

_____, autorizo a utilização, nesta pesquisa, dos dados por mim fornecidos.

Taubaté ____/____/2016

Assinatura

ANEXO B – TERMO LIVRE E ESCLARECIDO INSTITUCIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INSTITUCIONAL

Esta pesquisa está sendo realizada pelo Sr. Claudinei de Sousa Fernandes aluno do Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté (PPGA), como dissertação, sendo orientada e supervisionada pela professora Dra. Monica Franchi Carniello.

Seguindo preceitos éticos, informamos que pela natureza da pesquisa, a participação desta organização não acarretará em quaisquer danos à mesma. A seguir, damos as informações gerais sobre esta pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação poderá ser fornecida a qualquer momento, pelo aluno pesquisador ou pelo professor responsável. O nome da organização será preservado e não constará identificação da organização no documento final da pesquisa.

TEMA DA PESQUISA: ESTUDO DE VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DA CIDADE DIGITAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE MINEIROS.

OBJETIVO: Verificar junto ao poder público de Mineiros como estão as estruturas tecnológica e política existentes e necessárias para a implantação da Cidade Digital.

PROCEDIMENTO: aplicação de entrevista

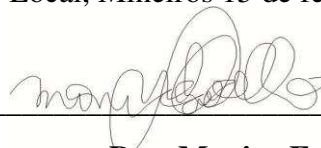
SUA PARTICIPAÇÃO: Autorizar a aplicação da pesquisa nesta organização.

Após a conclusão da pesquisa, prevista para 18 de fevereiro de 2016, uma dissertação, contendo todos os dados e conclusões, estará à disposição na Biblioteca da Universidade de Taubaté.

Contato do pesquisador: (64) 8419-0345 e-mail claudinei@fimes.edu.br

Agradecemos sua autorização, enfatizando que a mesma em muito contribuirá para a construção de um conhecimento atual nesta área.

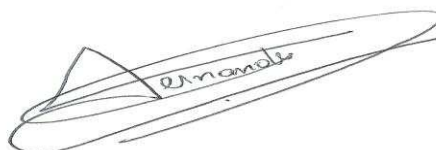
Local, Mineiros 15 de fevereiro de 2016.



Dra. Monica Franchi Carniello

Prof. Orientador

RG 20.931.875-2



Aluno: Claudinei de Sousa Fernandes

RG 2343261 SSP/GO

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento, Eu _____,
portador do RG nº _____,
responsável pela organização Prefeitura Municipal de Mineiros GO, autorizo a aplicação
desta pesquisa na mesma.

Local, ____ de fevereiro de 2016.

Assinatura

ANEXO C – PARECER COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESTUDO DE VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DA CIDADE DIGITAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MINEIROS

Pesquisador: CLAUDINEI DE SOUSA FERNANDES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 53221716.7.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.416.570

Apresentação do Projeto:

Projeto interessante e útil para o desenvolvimento social.

Objetivo da Pesquisa:

Verificar junto ao poder público de Mineiros como estão as estruturas tecnológica e política existentes e necessárias para a implantação da cidade digital.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos mínimos já previstos pelo pesquisador.

Benefícios - contribuir para se ter ciência a respeito da atual estrutura tecnológica e uma possível e futura instalação de cidade digital no município de Mineiros.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa útil que pode ser iniciada conforme cronograma apresentado pelo pesquisador.

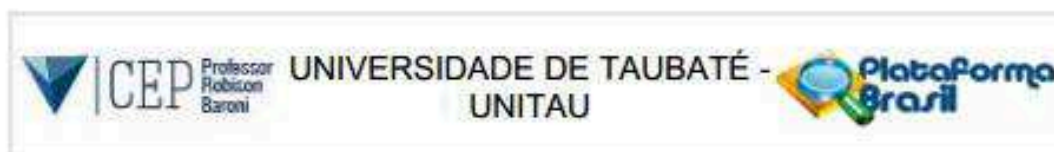
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador apresentou os documentos obrigatórios.

Recomendações:

Ao término da pesquisa inserir na Plataforma Brasil o relatório final, em atenção as normas operacionais da Resolução 466/12.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
 Bairro: Centro CEP: 12.020-040
 UF: SP Município: TAUBATE
 Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cepunitau@unitau.br



Continuação do Parecer: 1.416.570

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pode iniciar a pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião de 19/02/2016, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 466/12, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_655695.pdf	15/02/2016 17:15:11		Aceito
Outros	termo_institucional.pdf	15/02/2016 17:14:36	CLAUDINEI DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_deRosto_Claudinei.pdf	13/02/2016 19:13:53	CLAUDINEI DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_consentimento_individual.pdf	27/01/2016 23:46:27	CLAUDINEI DE SOUSA FERNANDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ESTUDO_VIABILIDADE_IMPLANTACAO_CIDADE_DIGITAL_DESENVOLVIMENTO_LOCAL_MINEIROS.doc	27/01/2016 23:44:41	CLAUDINEI DE SOUSA FERNANDES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TAUBATE, 19 de Fevereiro de 2016

Assinado por:
 Maria Dolores Alves Cocco
 (Coordenador)

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
 Bairro: Centro CEP: 12.020-040
 UF: SP Município: TAUBATE
 Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cepunitau@unitau.br